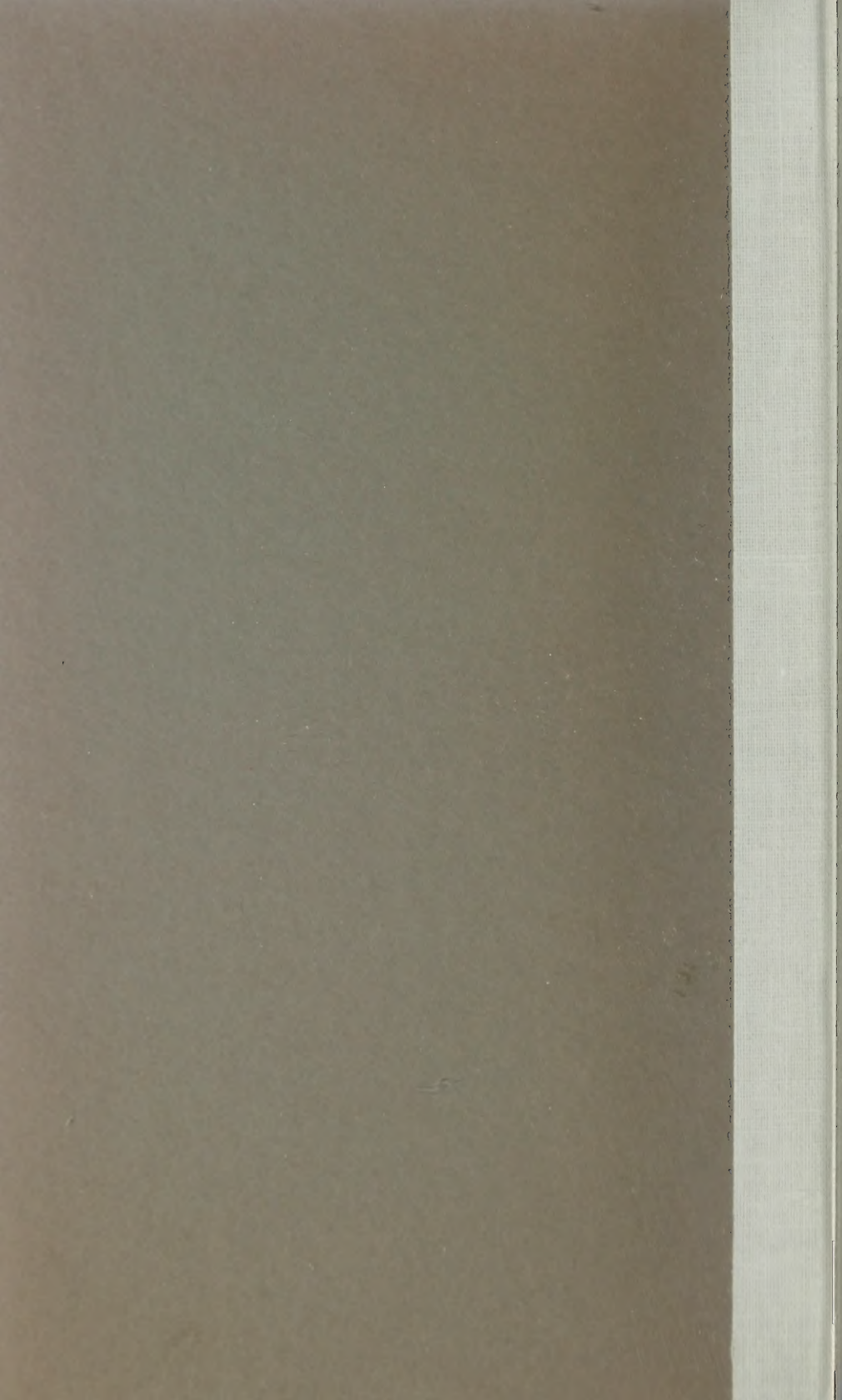
Campos Lima, Joao
Evangelista
A questao da univer-
sidade

Campos Lima

A Questão da Universidade

(Depoimento d'um estudante expulso)

LISBOA — Livraria Clássica Editora
de A. M. Teixeira & C.ta — Praça
dos Restauradores, 20 — 1907

A Questão da UNIVERSIDADE

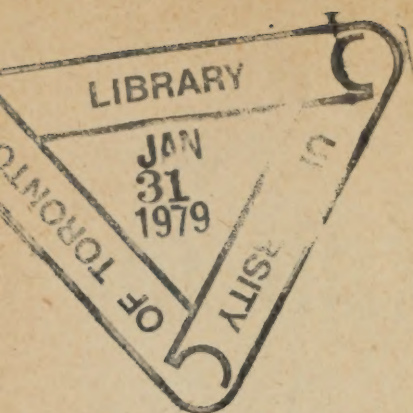
Composto e impresso na Typ. do PORTO MEDICO
de MAGALHÃES & FIGUEIREDO, Limitada
Praça da Batalha, 12-A, PORTO — 1907

Campos Lima

A Questão da Universidade

(Depoimento d'um estudante expulso)

LISBOA — Livraria Clássica Editora
de A. M. Teixeira & C.ta — Praça
dos Restauradores, 20 — 1907

Comp. e imp. na Typ. do Porto Medico de Magalhães & Figueiredo, Lim.a
Praça da Batalha, 12-A — PORTO

DO MESMO AUTOR

Da Responsabilidade, edição da Livraria Moura Marques, de Coimbra . 100

Os meus dez dias em Pariz, pedidos á Livraria França Amado, de Coimbra 200

A Ceia dos Pobres (contraste á **Ceia dos Cardeaes**), pedidos á Livraria França Amado, de Coimbra 200

Aos meus camaradas expulsos

Ramada Curto, Carlos Olavo,
Gonçalves Preto, Pinho Ferreira,
Alberto Xavier e Pinto Quartim

Á academia de Coimbra

e aos estudantes de todas
as escolas do paiz

I

O MEU PROCESSO

I

OS MEUS ANTECEDENTES CRIMINOSOS

O crime pelo qual o conselho de decanos da Universidade de Coimbra, a poucos mezes do termo da minha formatura, me fecha as portas das aulas, tem precedentes na minha vida. Não foi um subito arrebatamento, uma irreflexão d'uma hora, a paixão momentanea que um juizo ponderado devesse inutilizar e me arrastasse a penitenciar-me ante os lentes, com a minha inconsciencia d'homem que não prevê as consequencias. No meu passado havia já culpas grandes.

O cadastro da policia academica acusa em todos os anos do meu curso faltas de disciplina, irreverencias contra a Universidade, audacias e atrevimentos. Eu era até no dizer d'um lente de Direito, o dr. Joaquim Fernandes, «uma creatura perigosa» e, no entender

d'um outro de theologia, o dr. Luiz Maria da Silva Ramos, « um monstro de perversidade », embora este senhor a mim mesmo me tenha testemunhado as maiores deferencias « pela minha honestidade e pelo meu caracter », como o fez ainda nos primeiros dias em que surgiu o actual conflicto academico. O meu nome era sempre o primeiro a pronunciar-se no gabinete dos lentes nas occasiões de perigo para os mestres, e fui por alguns temido.

D'este ultimo facto é uma prova bem frisante o cuidado com que o dr. Pedro Martins, lente de Direito, andou a indagar por toda a parte se eu tomaria a palavra no comicio dos alpoinistas, no receio que ao depois se viu ser justificado de que eu não partilhasse do seu entusiasmo dissidente. O dr. Fernandes Vaz, decano da Faculdade, presidiu duas vezes a dois actos meus de direito civil, substituindo o lente Guilherme Moreira, e nessa occasião manifestou a sua repugnancia em se apresentar ao acto, porque « já estava velho, não era para aquelas coisas », convencidissimo da minha ferocidade. O dr. Caeiro da Matta quando este ano se propoz reger a sua cadeira d'uma maneira um pouco menos autoritaria declarou que « até nem o Campos Lima ha-de ter rasão

de queixa». O dr. Dias da Silva teve um dia uma frase pitoresca em que me defenia, pela minha atitude, de insubmisso. Agora mesmo, depois de iniciar-se o movimento, o dr. Villela declara que não voltaria a reger cadeira emquanto eu frequentasse a Universidade, e o dr. Ulrich queixa-se em Lisboa de que o que receava neste momento era um estudante apenas, que era eu, de quem temia violencias e até um assassinato, dadas as minhas relações, dizia ele, com certos operarios terriveis.

Não é preciso citar mais. Isto é o suficiente para denunciar que do meu processo deve necessariamente haver nota dos meus precedentes e que eles deveriam em muito ter determinado os velhos do conselho universatario a descarregar sobre mim o peso da sua justiça.

Por isso, pretendendo eu agora quebrar o sigilo que a Universidade mantém na accusação contra os estudantes e organisar eu proprio o meu processo publicamente, julgo indispensaveis algumas referencias a essa vida de reprobo, tam solenemente condenada pela palavra judiciosa dos senhores doutores.

Ainda quando eu me não havia matriculado em Direito, e, pela interrução dos estu-

dos, podia em Coimbra ser considerado um *futrica*, já um facto me denunciara á curiosidade receosa dos lentes. Eu assistira á manifestação contra o bispo do Porto na sala dos Capelos e tomára parte nela. Dizia-se até que, ao mesmo tempo que os processos academicos, ia ser instaurado um processo civil contra mim. Houve mesmo um lente que afirmou ao bispo do Porto, na occasião em que ele descia ao pateo da Universidade, que a manifestação tinha sido provocada por elementos extranhos á academia. E S. Ex.ª reverendissima, que me julga de Barcelos, chegou a ter estas palavras de desagrado para comigo: — «o que me custa é que neste movimento um dos mais salientes foi um conterraneo meu».

A minha reputação de «monstro de perversidade» estava feita.

Assim me matriculei na Universidade. O meu primeiro ano, aparte uma discussão acalorada com um lente na aula, só no fim foi perturbado por um movimento de indignação. Deu-se a quando o suicidio do meu condiscipulo Teixeira de Vasconcellos e ficou registada nesta

Carta aberta

Ao dr. Guilherme Moreira,
Lente de Direito na Universidade.

Não começo esta carta pedindo a V. Ex.ª desculpa pelo arrojo de lhe escrever, eu que vivo na humilde obscuridade de discipulo de V. Ex.ª que passa impavido e triumfante na suprema gloria de catedratico. A distancia que a sua miopia lhe faz tamanha anula-se perante o bom senso de meia duzia de considerações justas; e assim quando V. Ex.ª comigo cruza, capa terçada á lente, fronte erguida no desvanecimento da sua posição brilhante, é para mim egual ao mais modesto estudante do meu curso embrulhado na capita esfiada e na batina rota.

Entendido isto, não estranhe V. Ex.ª que a minha carta não tenha o tom emfatico e subserviente das frasesinhas lisongeiras dos bajuladores que lhe formam côrte. Não procure ver em mim um devoto curvado, venerando-o, no extasi pacovio com que se admiram deuses. V. Ex.ª tem-me aqui tal qual eu sou: um rapaz nervoso, cheio de complicadas irritações de sensibilidade, todo aspirações de justiça e indignadas revoltas contra a infamia. Não é o covarde, hypocrita e safado, que lhe embarga o passo para, tirando cortezmente o seu chapeu, lhe dirigir, entre amabilidades e sorrisos, a insinuação que o pique, a pequenina observação ligeira de desgosto, evitando maguá-lo muito. Sou o homem que pára ante uma má acção e solta um brado.

E para erguê-lo, senhor, eu não cedo a considerações de ordem nenhuma, para recuar agora deante da situação que vou crear para com V. Ex.ª tendo de o acompanhar como seu discipulo dois anos ainda, com a minha inexperiencia, a minha falta de conhecimentos e a nervosa compleição que a natureza me deu, em extremo impressionavel, e que me ha-de tornar redobradamente incomoda a sua presença na aula. Passarei deante de tudo, por-

que acima de tudo, gritando indignadamente dentro em mim, está o protesto da minha consciencia.

Escrevo-lhe a proposito d'aquela reprovação d'um condiscipulo meu, reprovado já nos dois anos anteriores, e que tam más consequencias agora teve. Esta insistencia em o inutilisar, complicada com outras razões, denunciam bem a perseguição sistematica, que V. Ex.ª por vezes nem sequer dissimula. Este facto assim isolado nada valia, se ele não fosse a reproducção exacta e constante de tantos outros que lhe lançam em rosto. Mas ha mais ainda: é que o estudante reprovado foi o Antonio Pereira Teixeira de Vasconcellos, esse pobre rapaz que acaba de pôr termo á vida, imputando a V. Ex.ª a responsabilidade da sua morte.

Estou evocando talvez deante de V. Ex.ª o espectro do morto. Vê-o decerto ainda, de chicote alçado arregoando-lhe as faces e, num grande despreso sublime, — ele que ia partir, tudo deixar, — significar-lhe que lhe poupava a existencia porque V. Ex.ª era um chefe de familia numerosa. A nobre generosidade d'esse rapaz que trez anos de estudo perdidos levaram ao suicidio, ha-de atormentá-lo por certo,

acompanha-lo na vida, ser o seu constante pesadelo. Se V. Ex.ª tem uns restos de coração, uma pequenina sombra de sentimento humano, isso bastará para o orientar no futuro e traçar-lhe um caminho de honestidade, em que V. Ex.ª, num rasgo de brio se lembre do perigo que representa o seu cargo de professor quando mal cumprido.

Porém, senhor, — eu o prevejo — amanhã V. Ex.ª ha de esquecer-se. O sangue d'esse suicida apagar-se-ha e V. Ex.ª virá descançadamente até á sua aula de Direito, passando exactamente no logar em que o Vasconcellos desfechou o tiro e no pateo onde V. Ex.ª foi chicoteado. Por causa d'isto se lhe escreve esta carta.

É para dizer-lhe, senhor, que o nosso condiscipulo continua vivendo no nosso coração; que em cada um de nós V. Ex.ª tem um homem que discorda dos seus processos de fazer justiça e se indigna contra as violencias que vê praticarem-se quasi todos os dias.

Interpretando a geral antipatia que o meu curso tem por V. Ex.ª eu venho declarar-lhe, senhor, a opinião que começou já a formar-se a respeito do lamentavel caso que acaba de se dar. Se V. Ex.ª a não quer ler na frieza

com que o havemos de tratar, na altivez com que o defrontaremos amanhã, demita-se.

Demita-se! É esta a unica solução que V. Ex.ª tem deante. Sem pesar ainda a circumstancia de poder amanhã sindicar-se o seu acto, apurar-se que houve injustiça na reprovação d'aquele rapaz e V. Ex.ª sofrer legalmente as consequencias; sem pensar na atitude que a Academia venha a tomar perante um lente que liquida as suas questões pessoais e politicas por està forma, causando a morte d'um estudante de todos os colegas estimado, eu entendo que V. Ex.ª, para evitar o defrontar-se com aquele curso que é o mesmo d'esse estudante, deve, para merecer de nós um pouco da consideração que votamos ás pessoas honestas, imediatamente, sem esperar pela reação que se lhe possa oppôr, assignar o pedido da sua demissão.

É esta a maneira corrente como se aprecia o seu caso. E embora o declarar-lh'a não tenha outra consequencia senão a de o indispôr a V. Ex.ª contra mim e colocar-me de sobreaviso para evitar futuras surprezas, ficará valendo esta carta como a afirmação categorica da incompatibilidade que V. Ex.ª veiu crear para com muitos dos seus discipulos,

significando-lhe bem claramente que V. Ex.ª no curso que acaba de dirigir e que dirigirá no proximo ano lectivo não tem meia duzia de rapazes que o estimem.

E mais claramente fique ainda consignado que eu não estou nessa meia duzia.

Coimbra, 28 de Julho de 1903.

O seu discipulo

Campos Lima.

O espirito universatario é de tal forma cerrado aos preceitos mais elementares da vida corrente que, embora o meu brado se repercutisse na imprensa e o professor visado fosse alvo de todas as antipatias, sofrendo a maior responsabilidade da reprovação de Teixeira de Vasconcellos, nem esse professor veiu defender-se publicamente, nem ninguem da casa apareceu com honestidade a colocar-se-lhe ao lado, como tendo também uma parte nesse facto. Se algum erro houve acaso na minha apreciação e na imputação que eu convictamente fazia a um homem que trez annos seguidos reprovára aquele estudante, ninguem me apareceu da parte da Universidade a chamar-me á rasão, se por acaso d'ela me desviei, preferindo os lentes concertarem-se no plano de me inutilisarem por outro processo que não o de me confundirem com a verdade.

E ainda hoje, decorridos quatro anos, não

*

se fez inteira luz sobre o caso. A dignidade do professorado teve um gesto desdenhoso, um encolher d'hombros indiferente. A sua desafronta, a unica compreendida na Universidade seria a de, com o pretexto de manter a disciplina, me empurrarem para fóra da porta. Dentro d'aquela casa, com tantos juristas é o Direito ainda a expressão da força bruta, servindo a todos os pontos d'honra a pressão da autoridade. É contra a praxe o vir um lente defrontar-se na imprensa com um estudante. O caso do professor Teixeira d'Abreu levantando a acusação que lhe era feita e a colegas seus pelo seu aluno João Maria Santiago Presado, foi para todos nós uma das maiores surprezas do ano lectivo passsado. Porque o lente, especie de semi-deus soerguido na imponencia da cátedra, não baixa a terçar armas com miseros mortais que nós somos.

Numa questão de dignidade como a que eu levantei, qualquer homem, que não fosse um lente, tinha a obrigação moral de vir a publico, ao proprio jornal onde o ataquei, defender-se da acusação. Para um lente ha só um meio para resolver estes casos: — o fôro academico. Dizem conselheiros rotundos e sensatos que assim é preciso para manter equili-

brada e sem quebras a justa imparcialidade dos professores, para não converter as relações entre lentes e discipulos numa disputa constante, inconveniente para o bom andamento dos trabalhos escolares.

Suponhamos. Mas quando a discussão é d'ordem meramente scientifica, qual a rasão porque o lente se cala por egual? Seria até logico que tal se não desse, para o esclarecimento das doutrinas escassamente desenvolvidas na aula. Porque se procede assim?

Porque o lente receou sempre a opinião publica. Publicamente não toma responsabilidades: nem as d'uma desafronta da sua propria dignidade como professor e como homem, se essa desafronta cahir sobre um estudante; nem as responsabilidades propriamente intelectuais que advéem da exposição de ideias. Quer dizer: no primeiro estabelecimento scientifico do paiz teve-se sempre horror á letra redonda.

Por isso, visto que a todo o ataque é preciso dar resposta, o que se tentou manejar contra mim não foi a opinião publica, mas a d'este encantador conselho de decanos que ha tanto tempo anda a acariciar o doce prazer de me ser agradavel. Simplesmente d'essa vez

S. Ex.as não estavam preparados. O inesperado do golpe deslumbrou-os e não tiveram tempo de o desviar. E como não estavamos ainda no regimen da moralidade do actual ministerio, o assunto liquidou-se com uma informação do reitor em que eu proprio era defendido por causa do meu temperamento nervoso e da muita amizade que eu tinha com Teixeira de Vasconcellos, com o qual aliaz eu não tivera senão relações afastadas.

De resto o dr. Guilherme Moreira teve um largo gesto de hombridade, com que perante a sua consciencia se sentiu desobrigado de mais desforços — saiu do partido republicano!

Abriu o meu segundo ano ainda com esta questão latente. A Universidade arreceava-se dos rapazes e o dr. Moreira faltou ás aulas nos primeiros dias. Foi por essa occasião que eu publiquei os trez numeros da *Verdade*, outro crime meu de que deve constar parte carregada nos archivos da reitoria.

Não resisto portanto a documentar o meu processo, reeditando algumas das palavras que mais mereceram o reparo dos catedraticos. Porque no resto eu tenho de contar uma historia.

I

O suicidio de Antonio Pereira Teixeira de Vasconcellos trouxe mais uma vez á discussão o nosso primeiro estabelecimento de ensino, como pomposamente chamam a esse casarão sombrio — a Universidade. Clamorosamente, em rasgados e sentidos protestos contra a má organisação universitaria, fulgurou aqui e ali a scintila da verdade: *o que por lá ia, o que aquilo era.* E viu-se um momento em Coimbra especialmente a opinião publica, excitada por aquele caso tragico da morte prematura d'um rapaz em pleno vigor da vida, sacrificado ao rigorismo universitario, pronunciar a condenação do lente que o reprovára e envolver d'onde a onde nas suas apreciações de antipatia a propria instituição de que esse homem fazia parte.

Mas, na perturbação de então, nascida do drama profundo que aquele suicidio significava, muitos dos protestos que surgiram poderiam talvez ter sido tomados á conta de indignação desordenada e irreflectida, conseguintemente injusta. Na efervescencia sentimental que se fez em torno do triste acontecimento, alguma coisa de exagerado poderia ter surgido: ás vezes a dôr ou a colera alucina-nos e perturba a clareza dos nossos mais simples juizos. Houve pois falta de justeza e consciencia na critica violenta de que a Universidade foi alvo?

Passaram mais de dois mezes sobre o dia em que Teixeira de Vasconcellos, mantendo a mais generosa e altiva atitude, rompeu da vida. Cessaram já as coleras e as revoltas. O assunto parece ter morrido. Desanuviou-se o toldado horisonte a borrasca sumiu-se. Tudo serenou. É pois a hora justa de discorrer, num comentario mais a frio, mas nem por isso menos energico, sobre o que é a Universidade e quanto se precisa d'uma reforma a serio. Façamos por assim dizer a contraprova do que em horas de menos calma se gritou indignadamente, valorisando assim, com o recalcá-las, as palavras de então.

Certamente o problema do ensino, por complicado das mais serias rasões d'ordem social, é um assunto dificil, só dado a altos e claros espiritos. E' um dos pontos mais vezes atacado pelos filosofos e sociologos e tem merecido sempre em todos os paizes uma particular atenção dos governantes para o sujeitar á norma da sua vida publica, no sentido de impedir o livre desenvolvimento da sciencia, provocando sistematicamente a ignorancia. Por sem duvida á nossa experiencia não nos é dado pedir a exposição de todo um forte e bem coordenado sistema de educação, servido d'uma rigorosa logica, subordinado a uma base verdadeiramente scientifica.

É certo porém que do ensino que ahi se ministra, tam grosseiramente elle é orientado, muito resalta de defeituoso ao nosso exame ainda que superficial e desacompanhado d'uma opinião segura e absolutamente terminante sobre o problema educativo. De quanto ahi vemos conservador, anachronico, irracional, perturbando numa epoca de aspirações libertarias a natural evolução d'uma moral nova, d'uma justiça mais perfeita, d'um sentimento de humanidade mais amplo: muito ha que nós mesmo podemos apontar, com convicção e

consciencia, como estando em briga com os elementares principios de independencia mental e de dignidade no noviciado scientifico. Oprimidos por um regimen que quasi nos prohibe pensar por nós, que nos impõe o formulario da *sebenta* e nos ageita o encefalo ao molde já gasto da veneranda metafisica, nós sentimos bem, na ancia de expansão e liberdade em que nos debatemos, o que deveria, para bem do bom senso, eliminar-se imediatamente.

Fez-se ainda ha pouco uma reforma da Universidade. Obedeceu ela a este intuito de remodelar o sistema de educação, engrandecendo-o, tornando-o mais util? Veiu libertar o aluno das praxes, da caderneta dos lentes, da espionagem dos archeiros e do rigor deprimente do fôro academico? Melhorou de algum modo este longo periodo de expiação que todos nós temos o ar de vir sofrer em desconto dos nossos pecados?

É olhar para a Universidade reformada e comentar. Isto nos propomos fazer no desfiar da serie de artigos que iniciamos hoje.

(Do 1.º n.º da *Verdade*, de 17 d'outubro de 1903).

II

A primeira velharia com que o estudante universitario depára e que logo avulta aos seus olhos de ainda *novato*, como um dos grandes ridiculos da sua vida, até ali sem grandes desconchavos em que fortemente perigassem o bom senso e a dignidade, é o *juramento*.

Outr'ora investiam-se os cavaleiros, que partiam, na sugestão das batalhas e das aventuras, á conquista do gloria. No sagrado templo de Minerva, onde tudo respira um cheirinho a antigo, os estudantes tambem téem a sua investidura.

Pódem muitos, ou melhor todos, não comprehender a vantagem e a sublimidade d'essa cerimonia tradicional, pelos ultimos reformadores mantida: o caso é que ela é precisa e tem grandeza.

É bem verdade que em certo modo nestes ultimos tempos em que tudo anda falsificado desde a farinha até aos homens de talento, ela desmereceu um pouco. Ainda não ha muito exibiam-na na Sala dos Capelos. Sorria-lhe a luz do sol e a dos olhos das senhoras. Atualmente faz-se pela calada, á pressa, quasi sem religiosidade, num desvão da casa —*p'ra'li*...

Os estudantes ainda não ajuramentados formam magote á porta da secretaría. Um a um, á leitura do respectivo nome, transpõem o limiar e ei-los a contas com o calhamaço da matricula e depois—olhos em alvo, joelhos na preciosa almofada previdentemente posta sobre o sobrado,—pronunciando as palavras sacramentais. Segundo o ritual da casa não é preciso rezar, nem pôr as mãos.

Mas não sei que ar extranho se nota no *novato* que jura, no secretario que lhe defere o juramento. Dir-se-ia que ninguem presta a devida veneração a um acto tam solene e brilhante...

Tentemos uma explicação do facto.

Em creanças, na edade em que a rasão apenas debrocha e se acreditam as caraminholas dos princepes encantados e das fadas

loiras e o Papão é uma coisa autentica, vista, palpavel; meteram-nos esta: que algures, um senhor barbado, de longos braços poderosos, dominava os mundos. Á sua voz giravam as esferas e acendiam-se no ceu as estrelas. Terrivel na sua ira, arrastava ao abismo, com um simples movimento do seu dedo, milhares de vidas. E era preciso, para merecer as graças d'um tal jagodes iracundo, andarmos sempre de ventas no chão, espinha curvada, deixando-nos calcar pelos outros e sofrendo as contrariedades do destino.

Então as nossas mães, piedosamente, juntavam-nos as maositas tremulas, faziam-no-las erguer e balbuciavam comnosco preces medrosas ao alto grulha que em tudo metia bico e de tudo dispunha. O senhor Papão lá de cima era para nós nesse tempo um sugeito veneravel.

Ora depois um soprosinho de filosofia, ahi pela edade em que se começa verdadeiramente a sentir a vida, remessou para longe a ilusão. Foram-se os medos ridiculos das coisas ignoradas, as superstições e a devoçãosinha ao deitar da cama! E, no alto, do espantalho erguido ante a nossa imaginação de

pequeninos romanticos nem as sacratissimas barbas ficáram...

Alguns d'entre nós seguiram, é verdade, no mesmo confuso e emaranhado sonho, mas podem crêr que todos esses que, como *novatos*, na cerimonia do juramento sorriram ao joelhar sobre a indispensavel almofadinha, sam certamente os miseraveis sceticos odiados. Eles não acreditam na Virgem, derespeitam os santos e francamente não levam a sério aquela scena beata do juramento...

Porque se não pensou ainda em suprimir esta velha praxe? Mas não. Para quê?—se tudo quanto na Universidade é tradicional precisa de ser mantido.

Assim, meus caros, todos vós que sentis uma certa raivasinha surda, uma vergonha encoberta, da cerimonia a que vos submeteram, tendes um só meio de desabafo e de vingança. É irdes assistir uma vez por ano, por occasião da abertura da Universidade, na capela engalanada, com todo o aparato e compustura, ao juramento dos lentes.

(Do n.º 2 da *Verdade*, de 24 d'outubro de 1903).

III

Os estudantes, segundo o regulamento da casa, sam obrigados a um trajo especial. A capa e batina, habito talar propriamente, ficou como reminiscencia d'aquela boa Universidade fradesca, toda humanista, sem preocupacões d'ordem scientifica, que fez as delicias d'algumas gerações de frades.

O trajo academico, *á rigori* e conforme a praxe universitaria estatue, seria uma coisa sem elegancia e cheia de gravidade. Esmancham os rapazes a disciplina do vestuario, terçando as capas ou descendo-as dos hombros. Em regra só os lentes observam a lei, usando a capa sobre as espaduas caindo lisa até aos pés.

Caso sem importancia, sem significação, dirám. Logico parece que isto não deva ser to-

mado em conta para o balanço da vida universitaria.

Pois engana-se quem assim cuida. Nada mais fundamental. A capa e batina e o modo de a usar, desde que se transpõe a Porta Ferrea ou a Porta Minerva, se entra ao Museu ou ao Jardim Botanico, é uma questão de vida e de morte para a Universidade. Ha archeiros zelosos encarregados da compostura da nossa *toilette* e que nos podem levar á reitoria, como renitentes no desleixo da vestimenta.

A questão das gravatas é um capitulo interessantissimo na historia interna do estabelecimento. A gravata deve ser preta; do contrario, como num colegio, o estudantinho que prevaricou pode ser impedido de entrar na aula e, quando haja reincidencia e ainda por cima se atreva a protestar, arrisca-se a passar um mau quarto d'hora na reitoria.

E não se diga que isto poderia ser uma questão de birra da parte de reitores irrasciveis. Não, senhores. Sabem bem o caso d'aquele bom reitor que comprava gravatas aos rapazes e a cada um que lhe levavam por pecha de mal engravatado presenteava com uma gravata convenientemente preta. Não era birra. Era, como não podia deixar de ser, o

natural funcionamento da engrenagem universitaria.

Ha também quem faça questão por causa dos rasgões da batina. Os archeiros então mandam-nos cozer e não ha remedio senão dar os pontarecos. Muito estudante atribue reprovações e má disposição de certos lentes ao facto de não se escovar todos os dias, não usar botas de polimento, trazer a capa cossada, a batina rota e a barba por escanhoar.

Assim a Universidade tem o aspecto d'uma grande alfaiataria. Á viva força nós havemos de sahir de lá cuidadosos com o fato, preocupadissimos com o laço da gravata, considerando a linha elegante do nosso perfil desenhado ao lado na sombra que vamos projectando sobre a calçada e de que nos enchemos de inveja.

Se ele é assim, ha uma lacuna importante nos Gerais. É urgente mandar colocar nas paredes uma fileira de espelhos.

(Do n.º 3 da *Verdade*, de 31 d'outubro de 1903). Em este numero ficou interrompida esta serie d'artigos.

Congresso academico

A todos os que deploram e detestam a actual organisação do ensino e téem da educação coletiva uma noção mais larga e humana, vimos trazer hoje e propomo-nos defende-la e discuti-la em seguintes numeros d'este jornal, uma ideia que se nos afigura aproveitavel e de uma certa utilidade pratica. Desde já ficam á disposição d'aqueles que a queiram apreciar ou desenvolver as colunas da *Verdade*.

Contra o ensino actual, mal orientado, fóra da epoca, sem o rasgo d'uma ideia fecunda, pecando na essencia e nos processos, quasi todos nós os que estamos sob o peso d'essa organisação anti-racional e lhe sofremos os defeitos, temos mais ou menos dito a nossa indignação. Mas esses protestos téem aparecido isolados, sem carater coletivo, morrendo logo ao nascer e tendo a aparencia do bruxulear efemero d'uma lampada que se apaga.

Mas quer isto significar que a voz vibrante e inflamada dos que assim procedem, num movimento de audacia e de dignidade, não traduz o pensamento dos outros, não fala bem á sua alma? Destacam-se aqueles, os insubmissos, de todos os demais, não só pelo arrojo da da sua altivez, mas principalmente pelo seu modo de pensar?

Não, felizmente. Em cada um de nós, encoberto ou declarado, ha sempre um inimigo da maneira como o ensino se ministra em Portugal. Estudam-se as lições de má vontade, forçadamente, num sacrificio. O entusiasmo pelas sciencias é coisa que não existe quasi, a não ser para aqueles que, desprendendo-se do que se lhes ensina nas aulas, podem trabalhar por si, para o que é preciso um desenvolvimento intelectual como não o tem o geral dos rapazes e numa edade em que o espirito começa a formar-se apenas. Os estudantes, como os operarios que sofrem hoje a pressão da desegualdade economica, não téem gosto pelo trabalho e em vez de nele encontrarem o prazer espiritual de sentir o desabrochar do pensamento, o fecundar do seu cerebro, vam para as aulas como quem vai para a cadeia, e pegam nos livros como quem faz penitencia. O

estudante em regra não estuda. Um paradoxo, seja, mas é assim.

Nenhum de nós está em desacordo sobre este ponto: o ensino que nos dam é uma coisa detestavel, umas vezes por inutil outras por prejudicial. Pois de que serve por exemplo em Direito saber-se que as Ordenações afonsinas foram mandadas queimar quando deixaram de ter vigor e em Medecina estudarem-se as operações cirurgicas por compendios, tendo de reproduzir quase textualmente paginas e paginas de livros que foram escritos apenas para servir de guia a uma aula pratica de operatoria e não para se decorar imbecilmente? Não ha ninguem que tome isto a serio e observe a rigor um tal metodo e que nele não veja um elemento perigoso e perturbador na aprendizagem scientifica.

Pois bem, porque não havemos todos nós, que sentimos tudo isto, que vemos bem d'onde vem o mal, de declarar, perante o paiz e perante os senhores que superintendem em coisas d'instrucção, qual é o nosso modo de pensar a tal respeito? Porque não fazer publico d'uma maneira terminante e clara que nós, oprimidos sob um rejimen de educação classica, aspiramos ardentemente por sermos tratados com

o cuidado que merecemos a todos, visto que somos a geração d'amanhã e em nós se formam as ideias e os sentimentos que ham-de vir a orientar a sociedade que se renova? Porque não patentear, num documento que fique representando coletivamente o nosso protesto e as nossas convicções, o que entendemos sobre este aspecto interessantimo da sociologia:—a educação?

Assim, propômos,—como melhor meio de romper definitivamente com o preconceito de que as reformas se não reclamam mas se esperam pacientemente, servilmente,—a organisação d'um congresso sociologico-academico, com o fim de discutir e apreciar a corrente moderna do ensino e fazer d'ela o confronto com o que se passa entre nós. Este congresso, convenientemente preparado, seria para nós todos o primeiro passo para uma fase de independencia e altivez, acabando com os mêdos ridiculos de muitos e a vileza de alguns.

A redacção da *Verdade* submete á apreciação de todos, facultando-lhes nas suas colunas a discussão de tal assunto, a ideia da formação d'um congresso assim. Abrem agora as aulas. Ha muito tempo ainda para cuidar e empreender isso e lêva-lo a cabo ainda este ano letivo.

A ideia ahi fica, com toda a sua simplicidade. Só nos resta aguardar a opinião de quem se queira pronunciar a este respeito.

Voltaremos no proximo numero a este assunto.

(Do n.º 1 da *Verdade* de 17 d'outubro de 1903).

Propondo-nos promover, como em o nosso numero passado consignamos, um congresso academico, temos apenas em vista patentear d'uma maneira publica e frisante, o quanto nos revolta o actual sistema de educação oficial. E não é este assunto de mesquinho interesse de classe somente; com o atrazo e má organisação do ensino está intimamente ligado o desenvolvimento da sociedade portugueza. Ninguem ignora o quanto tem até hoje perturbado a nossa vida publica a nenhuma orientação dos nossos estadistas, saídos das escolas com ligeiras noções de coisas e arranhando pouco o francez. De resto este mal estende-se a todo o paiz, que, inconsciente e cheio de preconceitos, não pode preparar a reação inteligente e sensata aos desvarios, que nesse movimento se funda toda a vitalidade d'um povo.

Falar contra a maneira de educar nos nossos estabelecimentos d'instrucção é traduzir a magua profundissima que nos causa o grande numero de ignorantes servis que todos os anos saem dos bancos das escolas para chafurdar o monturo da politica. Hoje uma carta de bacharel representa uma escada para subir aos cargos publicos e é esta miseria que faz de nós uma sucia de inuteis, de desleixados, afinal de malandretes.

Um congresso academico que levasse a cabo o protesto da geração nova contra o ensino classico seria, quer-nos parecer, a primeira afirmação séria d'uma fase toda de renovação e de energia, pondo bem em destaque a grandeza dos nossos ideais. É de luta e de luta encarniçada e cruel a epoca que vamos atravessando: de todos os lados estalam impetuosos e vibrantes os protestos dos oprimidos, e cada vez mais ferozmente a opressão encurva as garras no peito ensanguentado dos infelizes. Como novos, em que os sentimentos generosos ainda estam arreigados devemos-lhes o nosso apoio.

Por isso, atravez todo o grande movimento de solidariedade que vai lavrando pelo mundo nós temos tambem o dever de, na esfera das

nossas reclamações, reivindicar os despresados direitos.

Nós temos sido até hoje nas mãos dos professores pouco mais ou menos aquele barro maleavel que o oleiro distende e alisa a seu prazer. Quanta caraminhola e teoria absurda se lembrem de nos impingir, logo prontos e submissos os nossos bestuntos se prestam a recebê-la. Porque, cuidadosamente, os mestres desde os bancos do liceu nos vieram preparando com uma educaçãosinha jesuitica e facil com muito pouco de sciencia e bastante religião. Ha muito bacharel formado que nunca ouviu falar em Darwin mas é capaz de papaguear, aprendida na aula de Historia (!) a pataranha de Adão e Eva.

É tempo de rompermos contra todo este absurdo que sobre nós pesa. Mostremos que também temos direito a sermos ouvidos um dia.

(Do n.º 2 da *Verdade*, de outubro de 1903).

Ao nosso colega *A Justiça* mereceu algumas palavras de aprovação e incitamento a ideia, aqui apresentadâ, de nós, os estudantes portuguezes, nos organisarmos em congresso,

para discutir o problema da remodelação do ensino. Começa a ser discutido o nosso projecto e é bem de ver que não estará longe da sua realisação pratica.

Quanto ás dificuldades que o nosso colega lhe antevê, afiguram-se-nos faceis de remover. Porque positivamente o Estado preocupa-se pouco com congressos sociologicos e nós não cremos que o nosso lhe mereça as honras d'uma perseguição. Depois o que nós queremos fazer não revestirá um aspecto revolucionario, no sentido de incitar os ouvintes ao protesto de facto. O que se intenta é tam somente esclarecer um dos mais importantes problemas, o da educação, e mostrar que a nossa revolta contra o atual sistema de ensino não é inconsciente e antes se justifica com atendiveis rasões d'ordem social.

E porque, para o efeito, urge iniciarem-se já os trabalhos preparatorios, convidamos todos os estudantes que adiram a esta ideia, para que nos enviem o nome e a morada, afim de serem inscritos para a organisação de um grupo que tomará a seu cargo promover o projectado congresso.

(Do n.º 3 da *Verdade* de 31 d'outubro de 1903).

O Lente Guilherme Moreira

Corre com insistencia que este homem acaba de requerer á reitoria uma sindicancia aos seus actos de professor no ultimo ano letivo. A ser verdade, esta maneira de justificar-se contra a forte corrente de opinião publica que tam desfavoravel lhe foi é das mais infelizes. A não ser em espiritos acanhados que se deslumbrem com rasgos de efeito, a sindicancia que dizem o sr. Guilherme Alves Moreira pediu, não deixará impressão nenhuma.

Pois que será afinal essa sindicancia?

Um lente é acusado por toda a gente que o conhece, que lhe sabe dos antecedentes, que o acompanha no seu mister de professor, de ter reprovado premeditadamente e por vingança um aluno. Esses que o acusam sabem

de ha muito a preponderancia que esse lente vem exercendo nas decisões do jury do primeiro ano de Direito, em que se deu tal reprovação. E ao remessarem contra ele a violencia do seu protesto e a altivez do seu desprezo, no intimo da sua consciencia téem a convicção de que o voto lançado contra a aprovação desse aluno foi a principal origem da reprovação.

Ora depois disto vem a sindicancia. Que se apura d'ela? Vêem-se as cadernetas dos lentes e, naquelas em que estiver tomada nota de chamada, um numero indicará a impressão muito pessoal que o professor teve do aluno nos minutos em que o ouviu. Examina-se depois o livro dos registos dos atos. Num e noutro caso observa-se atentamente se alguma rasura ou emenda denuncia irregularidade. E a sindicancia ficará feita.

Sabe-se porém que o examinado fez um bom acto. Desce a isto a sindicancia? Em outros casos haveria o acto de comparação. No caso de Teixeira de Vasconcellos, que se suicidou, não pode ele fazer-se.

E os sindicantes farám constar ao paiz que as cadernetas estavam na melhor ordem, que

a nota do acto não tinha nada de menos correto.

Porque claramente esses senhores não véem estudar a psicologia do sr. Guilherme Moreira, o seu caracter, confrontar e esmiuçar os diferentes pequeninos factos da sua vida publica; nem mesmo descerám de lapis em punho aos Gerais a perguntar um a um aos estudantes a opinião que toda a gente que lhe tem passado sob a alçada forma d'esse homem.

E, como todas essas coisas oficialmente não sam contadas, o sr. Guilherme Moreira, ficará branco como o arminho.

É com isto pois que esse lente, desconceituado hoje na opinião do paiz conta para restabelecer os seus creditos? É talvez confiar muito na ingenuidade de todos nós.

(Do n.º 1 da *Verdade*, de 17 d'outubro de 1907).

Pela Universidade

Realisou-se hontem a abertura solene da Universidade. Como de costume a praxe, que em Coimbra tem foros de deusa, exibiu-se pomposamente na garridice dos capelos, sob os olhares das senhoras.

Aquele edificio sombrio, onde desoladamente a nossa mocidade se passa entre os sobresaltos das aulas e a observancia da rigorosa disciplina academica, esteve hontem em festa.

Numa universidade livre em que lentes e discipulos constituissem toda uma grande familia, que se tratasse mutuamente com estima, a festa d'hontem teria sido uma festa bela, cheia de grandeza. Natural era então que o dia d'hontem fosse um dia de entusiasmo e de alegria sincera, porque seria o de uma festa de fraternidade. Apoz uns mezes de ferias, seria aquela a nossa primeira reunião de cum-

primentos e mais do que a severidade catedratica, os fulgores dos capelos e juramentos solenes, valeriam os nossos abraços e as nossas palmas. Teriam os lentes palavras sinceras de regosijo á nossa volta e teriamos nós o ensejo de aplaudir aqueles que nos merecessem simpatia. E esse dia seria para nós um dia ruidoso e feliz.

Em vez d'isto que vemos? Uma cerimonia cheia de frieza, religiosa, com musica detestavel, sem que por tudo isso passe um sopro de entusiasmo; recebida indiferentemente pelos rapazes, suportada por dever d'oficio pelos catedraticos. Nesse acto inicial do periodo escolar está defenida bem a simpatia que aquela instituição inspira. É que a Universidade é ainda hoje alguma coisa que ficou do antigo tempo, irreconceliavel com a moderna geração.

Porém um tempo virá em que, tendo caido por terra todos os preconceitos e tendo-se a educação tornado uma coisa altissima, se ha-de ver num dia como o d'hontem a alegria animar o rosto dos estudantes e a festa escolar converter-se, como soem ser todas as da mocidade, numa festa vibrante, quente, toda de sentimento.

(Do n.º 1 da *Verdade*, de 16 de outubro de 1903).

O nosso jornal, que chegara a atingir uma tiragem de dois mil e quinhentos exemplares e que morreu por circumstancias independentes da vontade dos seus redatores, mereceu as atenções dos lentes. Concertaram-se os de Direito e, tendo obtido maioria contra mim, dizem-me que se entenderam a tal respeito com o então reitor da Universidade.

Pretendia-se a minha expulsão. Mas desde que não fôra feita sindicancia aos actos do professor Guilherme Moreira, o pretexto não podia já ser o da minha irreverencia manifestada na *carta aberta* que eu fizera publicar na imprensa. Luminosamente os lentes imaginavam perseguir-me como anarchista confesso, como elemento perturbador dentro da academia. Com este motivo eu seria arredado da Universidade e provavelmente indicado ao juiz Veiga para o respectivo passeio até ao ultramar.

A lei de 13 de fevereiro é reconhecidamente uma das mais anti-juridicas, em que se ofendem os mais elementares principios da justiça. Pois eram lentes de Direito, homens encarregados de preparar a chamada consciencia juridica dos seus alunos, que assim

pretendiam por um facto dar o seu apoio á lei do snr. João Franco.

Considerou o reitor a gravidade do disparate e, detendo as iras dos simpaticos zeladores da ordem no meio academico, em que eu era no ver d'eles um elemento perigoso, tratou prudentemente de fechar a questão. Para isso pediu uma informação oficial ao governador civil sobre o meu comportamento moral e social a fóra do estabelecimento.

Assim ficou explicado para mim o facto de um policia ir pedir á tipografia onde se imprimia a *Verdade* um exemplar de cada numero publicado. Do governo civil informaram para a reitoria que a minha vida publica não tinha nada de ilicito e criminoso. Perante a informação oficial, que o reitor manejou habilmente, com todas as precauções e receios de agitação academica, os lentes recolheramse a uma reserva forçada, que se manteve mesmo em geral nas aulas e nos actos. O que vale o peso das conveniencias...

Mas afinal se a autoridade civil na sua informação para a Universidade confirmasse a opinião dos lentes é claro que o fôro academico iria exercer-se contra mim com aquele pretexto. D'onde se prova quanto esse fôro é

uma coisa iniqua, que assim dá margem a uma perseguição que para se fazer cá fóra na sociedade civil, foi preciso que um impulsivo como João Franco, acompanhado de deputados subservientes e ignorantes fizesse uma lei como a de 13 de fevereiro.

Na Universidade não é preciso. Está tudo feito. A pressão da autoridade pode exercer-se sempre, a bel-prazer dos lentes, para suprema gloria da sua dignidade de professores.

O anarchismo é uma escola sociologica, que demais a mais se ensina na Faculdade de Direito. O seu estudo, a sua propaganda por meio da imprensa e da palavra, merece tantas garantias de liberdade como qualquer outra noção scientifica, na sua vulgarisação. A não ser assim é melhor a Universidade instaurar já o respectivo processo ao professor Marnoco, que todos os anos expõe, sem reparos dos fiscais da lei, as teorias anarchistas. Era afinal o que eu fazia cá fóra, com um pouco mais de clareza e mais amor pela verdade.

De resto eu proprio nas aulas fiz sempre, quando a proposito, as mais rasgadas afirmações libertarias. Ao mesmo professor Marnoco eu entreguei uma dissertação, no fim do meu

segundo ano, orientada nas ideias de Kropotkine.

Ha até um caso curioso. Essa dissertação poude ser reproduzida no *Instituto*, pedida pelo professor Bernardino Machado por indicação do meu lente, mas na reproducção em separata não me permitiram na imprensa da Universidade a impressão d'uma pagina em que se continha apenas esta inocente dedicatoria: «Aos estudantes anarchistas meus contemporaneos na Universidade. Recordação d'um camarada.»

O que prova que, se o golpe falhou contra mim quando quizeram expulsar-me com o pretexto de libertario, nem por isso deixa de haver perigo ainda hoje em face da Universidade para todo o estudante que se declare publicante anarchista. Que por sob cada capelo ha um juiz Veiga impassivel e previdente.

Por estas e por outras é que eu, quando no principio do seguinte ano lectivo o dr. Bernardino Machado em plena Sala dos Capelos defendeu o ensino racional e livre me juntei aos meus camaradas nessa sessão de homenagem a esse professor e ao mesmo

tempo de protesto á Universidade. Foi no dia 8 de dezembro de 1904 em que o estabelecimento festejava o dogma da Imaculada, com os doutores revestidos de capelos berrantes e a respectiva palhaçada dos archeiros de grande uniforme, que nós os estudantes de Coimbra simbolisamos em Bernardino Machado a aspiração da intelectualidade portugueza por um melhor sistema de educação.

Foi nesse dia que eu pratiquei mais um delito contra a Universidade, que é preciso documentar neste processo. Recorto pois da *Voz Publica* o extracto do discurso que nessa sessão proferi:

Nós os estudantes, os que ainda sofremos a pressão do actual regimen de ensino, vimos dar á homenagem ao dr. Bernardino Machado uma bem nitida significação. Nutrindo nós uma fria indiferença pela maior parte d'esses lentes que nos olham desdenhosamente do alto da sua superioridade olimpica, com os quais temos limitado as nossas relações á formula banal do cumprimento nas ruas, nós vimos aqui de braços abertos e coração palpitante afirmar a nossa profunda simpatia, a nossa adhesão moral, o preito da nossa admiração a um homem que soube compreender a sua missão de professor; a um homem que, quasi isoladamente numa classe que nos mantém ainda na inferioridade d'uma dependencia vexatoria afirmada no fôro academico, ergueu a voz em defeza da nossa causa.

Como homens, nós podiamos vir declarar aqui a muita veneração que sentimos pela delicadeza d'alma d'esse que, cheio de bondade e amor, proclama: «Amemos ternamente os pequenos, os necessitados. Quanto mais rotos e sujos os virmos, mais nos aproximemos d'eles, não sentido senão uma só repugnancia, pelo mal». Como homens, nós podiamos trazer aqui a afirmação da nossa estima pelo caracter imaculado d'aquele que, tendo pela ingenuidade do seu coração bondoso tocado as esferas do poder, soube pôr de parte falsos brilhos de gloria e rasgar a sua carta de conselheiro d'Estado. Como estudantes, apraz-nos sobretudo aplaudir em Bernardino Machado, o professor que um dia na Sala dos Capelos, fugindo á praxe banal do elogio, proclamou honestamente um plano educativo, na sua aspiração justa e generosa d'uma Universidade nova. E, como estudantes, a melhor maneira ainda de prestar homenagem ao dr. Bernardino Machado é mostrar-lhe que a sua acção calou fundo em nós, que as suas palavras foram acolhidas no nosso coração e que nós compreendemos e sentimos com ele quanta verdade e quanta justiça nessas palavras ha. Neste mesmo sentido, o que vou dizer, eu o

creio, não será mais do que a interpretação sincera do pensamento de todos os estudantes da Universidade de Coimbra.

Um dos peiores males, entre os muitos da Universidade, é o rotineirismo do seu ensino. Sam ainda os velhos processos, numa sujeição servil á praxe, sem largueza de intuitos educativos. Nas aulas de Direito, por exemplo, onde se guarda ainda religiosamente a imponencia da cátedra, como a marcar a distancia insuperavel entre o lente e o estudante, faz-se tudo menos sciencia. Esta anda confundida com a erudição: de modo que o aluno, com este metodo, por muito aplicado que seja, está sempre em risco de caír num esteril amontoado de nomes, de datas e de teorias, raras vezes conseguindo assentar em alguma coisa de positivo. Subordina-se assim, pelo espirito da erudição, a mentalidade do aluno á mentalidade de varios escritores. Habituado a reproduzir ideias d'outros, é natural que na sua inteligencia se vá amesquinhando e annulando o impulso proprio e independente, cuja evolução deveria ser antes de tudo o fim d'um sistema de educação rigorosamente scientifico. Quanta verdade não ha, meus senhores, nestas palavras do dr. Bernardino Machado:

«Uma Universidade é um laboratorio, onde professores e discipulos, como verdadeiros operarios e aprendizes, não teem por occupação consumir ideias mas produzi-las.»

Chamado um estudante a dar lição, terá de cingir-se a um plano pré-estabelecido, que não póde ultrapassar, nem substituir. Entenda ele embora a inutilidade da exposição d'um certo numero de factos; o mais que se lhe permite é afirmar que discorda das vantagens do estudo d'esses factos, mas isto depois de os ter exposto e assim ter mostrado que os estudou. Este ano ao abrir das aulas, e certamente um pouco sob a influencia do discurso do dr. Bernardino Machado, naquela parte em que o ilustre professor reclama a liberdade nas escolas, muitos lentes declararam que permitiam aos seus alunos a mais ampla liberdade de discussão. A ingenuos poderia ter parecido ao ouvir essas palavras que a velha Universidade, autoritaria se penitenciava de antigas faltas e vinha para nós, numa transigencia, rompendo honestamente com o passado. Mas a amarga verdade é que aquilo significava pouco mais de nada. Liberdade de discussão quer dizer apenas que se nos concede que, em face de certas teorias ex-

postas resumidamente em ligeiras linhas, sobre que se não póde fazer um juizo seguro, nós apresentemos a nossa opinião. Mas isto não impede que nós sejamos obrigados a decorar, e a alguns lentes agrada-lhes que seja quasi textualmente, as teorias apresentadas na prelecção e quanto ao plano geral da materia de cada cadeira, seja qual fôr o caso, sejamos forçados a não ter o mais pequeno desvio. Não, o que se reclama não é liberdade de discussão mas liberdade de estudo. O que se deseja não é que nos deixem emitir opinião sobre assuntos em que, pela precipitação com que sam tratados, dificilmente a poderiamos ter, mas que se simplifique o ensino, aliviando-o de todas as inutilidades que o abafam e estam a sobrecarregar, sem resultado, a memoria do aluno. O que se pretende é que a instrução seja ministrada de modo a despertar a actividade intelectual dos estudantes e a promover assim que, livre e independente, a inteligencia obre por si mesma. De que vale fazer-se a rezenha historica de teorias sobre teorias, uma grande parte d'elas já desapparecidas, se se tem, por isto mesmo, de descurar outros pontos fundamentaes. O que importa é que a instrução, cumprindo o seu

destino social, forme homens aptos para a vida intelectiva e livre e não apenas simples decoradores, que mais tarde não saberám libertar-se da pressão autoritaria que começam por sofrer na aula e a que se submeterám em todos os seus actos, agora como simples estudantes, amanhã como homens. E é exactamente isso o que na Universidade se não faz.

Por isso B e r n a r d i n o Machado, coração aberto a todos os sentimentos generosos, não poude deixar de condenar um tal regimen que assim falseava a sua missão educadora. E naquela sala fria e triste, onde as figuras dos reis sombriamente nos lembram oito seculos de sujeição e servilismo, as palavras d'esse homem, que era um professor como os outros mas que d'eles se afastava naquele momento, essas palavras aliaz justas, sendo a proclamação d'uma verdade, foram a afirmação d'uma consciencia. E é ainda porque essas palavras tiveram para nós a mais alta significação que aqui vimos hoje, nesta homenagem prestada a Bernardino Machado trazer-lhe o nosso incondicional aplauso. Ao professor que soube declarar-se abertamente comnosco, manifestando o seu desacordo com uma Universidade em que se mantém ainda o fôro academico.

que persistiu atravez todas as reformas, que nos impõe ainda um juramento religioso e nos actos nos obriga a orações em latim, a envergar medievalmente o calção e a pôr uma volta padresca, e que não cobre todos estes ridiculos da praxe com um sistema de ensino que tivesse a norteal-o a intenção nobre de preparar homens uteis; a esse professor toda a expressão da nossa simpatia, a ele todo o entusiasmo do nosso coração de novos, que sobre ele caiam, vibrantes e sinceras, as nossas palmas.

E essas palmas contéem ainda a nossa aspiração por um tempo em que as ideias expendidas na Sala dos Capelos por Bernardino Machado venham a ser uma realidade. E nessas palmas vae ainda a nossa confiança numa era toda de paz e verdade, em que a educação será orientada num sentido eminentemente social, em que as Universidades deixarám de ser armazens sombrios, abertos privilegiadamente áqueles que poderem conquistar o direito de entrada, mas verdadeiros templos da Sciencia, erigidos no interesse de todos, com as suas portas franqueadas ás proprias classes operarias. E essas palmas quererám dizer: ensino racional, humanitario e livre!

Bernardino Machado, que nas aulas vai

procurando realisar os seus principios sobre educação, é para nós o tipo do professor como nós o concebemos. Nesta derrocada vergonhosa em que os caracteres se desnaturam e a instrução se converteu num problema secundario, que pode ser posto de parte num dado momento por simples rasões pessoais, ele vale como um exemplo moral. Nesta occasião em que os lentes da Universidade se apartam de nós e se escusam a vir aqui mostrar-nos que estam comnosco nas nossas aspirações d'uma melhor Universidade, Bernardino Machado é para nós um verdadeiro simbolo. Simbolo da instrução como nós a queremos e como parece provar-se que a não querem esses. Simbolo da Verdade, tantas vezes guerreada e que emfim ha-de um dia triunfar quando tiver caido o ultimo absurdo e o ultimo preconceito.

Assim, juntando ao vosso o meu preito d'homenagem ao dr. Bernardino Machado, o professor sem macula, eu quero significar-lhe que nele eu estou a ver agora toda a Humanidade consciente e livre caminhando para o grande dia da Justiça.

Um ano mais tarde, a 4 de novembro de 1905, eu confirmava ainda publicamente estas minhas palavras. Preparara-se um sarau de camaradagem para com os rapazes que chegavam para o primeiro ano da Universidade. Nesse sarau, que tinha um acentuado carater festivo, quando tudo parecia aconselhar-me a que me devia limitar a amabilidades, a referencias elogiosas, um pouco mesmo á homenagem delicada aos sorrisos das senhoras que tinham vindo amenisar, com a garridice das *toilettes*, o ar pesado e triste das capas e batinas; nesse sarau de gala eu fui ainda incorrigivelmente o mesmo desaustinado insubmisso contra o ensino oficial.

E S. Ex.ª o sr. João Franco, que hoje quer á viva força vêr no nosso movimento uma

inspiração dos republicanos, ouviu bem e até ao fim as minhas palavras, do seu camarote de frente, em companhia do meu colega e seu filho Frederico Franco, que era um dos novatos d'esse ano. S. ex.ª o sr. João Franco teve até nessa occasião, conversado com alguns estudantes, umas referencias amaveis a meu respeito, referencias que infelizmente nem eu devo agradecer-lhe nem posso com verdade retribuir-lhe. E s. ex.ª o sr. João Franco podia bem desde esse momento ficar com a convicção de que o espirito da academia nunca podia ser favoravel ao espirito catedratico da Universidade e que era um estudante não republicano e pertencendo a um grupo que, por avançado não colhe os aplausos de todos os academicos quem dos mesmos recebia as mais significativas provas de que o respeito pela instituição universitaria, tal como ela está organisada, já então nada valia.

Nessa noite o sr. João Franco, longe das cadeiras do poder, sorria benevolamente para esse rapazito atrevido, que assim sem cerimonia ia cortando nas mazelas universitarias. E quero crer que se de s. ex.ª eu não tive palmas vibrantes eu devia ter sido aplaudido no fundo da sua consciencia.

Ponha s. ex.ª os seus olhos dominadores e sobranceiros sobre a pagina adiante, recorde comigo os aplausos que essas palavras mereceram e, se teimar em dizer que houve tal conspiração, atribua-lhe ao menos uma data mais remota e não lhe dê uma feição exclusivamente republicana.

Dizia o escritor anarchista Sebastien Faure que nós os revolucionarios devemos estar em toda a parte. E é na comprehensão desta verdade que eu e o meu camarada Alfredo Pimenta estamos aqui.

Não espereis que eu venha, interprete dum sentimento de fraternidade e simpatia desfolhar aos pés de rapazes que eu não conheço que tarde saberei quem sam, as flôres sediças duma rétorica já gasta em dezenas de recepções a tunas hespanholas. Embora a vossa condescendencia m'o permitisse, não m'o consentia a dignidade propria, que uma vez eu teria, falseando as minhas convicções, faltado ao meu proposito de sinceridade na vida.

Não quero saber qual a ideia que determina neste momento os meus colegas da aca-

demia a reunirem-se aqui. Não investigo se do fundo dos seus corações transborda o sentimento de afinidade, nascido da comunhão de ideias e aspirações, que se chama a solidariedade academica. Sei apenas de mim: pela minha parte, se não venho com pretenções festivas e propositos de glorificacões extemporaneas e incompreendidas, também não encontro motivo para, com desdenhosa superioridade, pôr de parte ninguem de entre esse todo unido e harmonico que uma academia devia ser.

Entendo que este momento poderia ter sido escolhido para uma sincera e desafogada troca de impressões entre nós todos, sem o aparato desnecessario e importuno das formulas burguezas das festas civicas. Era o nosso coração que nós deviamos comunicar uns aos outros, desvendando a todos as nossas aspirações, a nossa fé e os nossos desalentos, os nossos sonhos de fraternisação e a nossa revolta contra o mal, as vezes que a justiça veiu ao nosso encontro, as vezes que a infamia nos tomou o passo e nos derrubou. E, assim, engrandecida, esta fusão de ideias e de sentimentos valeria mais na nossa educação do que o resto do ano na armazenagem de conhecimentos, amontoados e sem sistematisa-

ção que os lentes nos dessem. Mas quantos d'entre vós sentirám que assim devia ser? Que importa: para mim esta noite valerá o mesmo, e pela minha parte eu farei como se o fôsse.

Houve o proposito de realisar uma grande reunião na Sala dos Capelos. Foi recusada a permissão, felizmente. E digo felizmente porque em vez das hirtas figuras dos senhores reis, eu vejo agora na moldura dos camarotes a figura gentil das damas de Coimbra, e, em vez do regelado aspecto d'aquele casarão soturno, eu tenho em frente a quente e transbordante efusão do vosso entusiasmo de rapazes, sem que sobre nós todos pese a censura catedratica ou a vigilancia dos archeiros. E nisto coerentemente andou quem nos recusou o luxo dos doutorais e da fanfarra academica. Pois não realisa a Universidade todos os anos a sua festa? Simplesmente essa festa abrange no mesmo abraço estudantes e lentes. Mas não era esta afinal a significação de qualquer coisa que, mesmo de iniciativa nossa, nós lá fossemos fazer?

Sendo sempre suspeitos os impulsos de generosidade entre a Universidade e a academia, ha muito que as duas andam divorciadas: e assim aquela festa tem sido uma coisa fria,

sem a vibração d'uma nota entusiastica; feita á sobre-posse, por imposição d'um dever oficial. Quando alguem, como Bernardino Machado, lá faz ouvir alguma coisa sincera e levantada, passa entre todos uma impressão de espanto e a gente tem a convicção de que dinastias inteiras de monarcas fazem lá de cima das paredes sinais desesperados ordenando silencio.

Não, não deveriamos ser nós, arredados da convivencia de homens que nos vêem do alto da superioridade da sua cátedra e que nos não tem como camaradas de trabalho, que á Universidade, borolenta nas suas tradições dogmaticas, fossemos levar um pouco do nosso entusiasmo de moços. E, porque a isto se liga uma das grandes aspirações que nós todos temos, convém dizer mais desenvolvidamente as rasões que brigam com um proposito de aproximação entre estas duas entidades tam distinctas e tam distantes — a Universidade e a academia.

Assim, em primeiro logar, quem procure motivos de simpatia por essa coisa que pomposamente se chama o primeiro estabelecimento scientifico do paiz, ver-se-ha obrigado a confessar que só um errado espirito de con-

sideração faz ainda manter a salvo da irreverencia das troças, sem se desconjuntar pelo ridiculo, esse formidavel armazem de bachareis que Eça de Queiroz simbolisou na sintese admiravel do talentoso Pacheco. Numa épocha em que o espirito humano, abandonando as antigas abstrações metafisicas, se orienta já em normas positivas, subordinando as suas creações a uma imediata e directa relação com a natureza, a nossa Universidade é ainda a velha e fradesca escola humanista, onde ás demonstrações simples se preferem os mirabolantes jogos retoricos dos ursos. E como sam esses depois os lentes, as preleções dos professores sam ainda aquele repositorio vasto de ideias contraditorias, onde por vezes há apenas a mais o facto de se não fazer a citação dos nomes dos respectivos autores, que os rapazes descobrem e calam prudentemente. E assim, em vez da exposição clara, num proposito meramente scientifico, a preleção vem descendo do alto da cátedra, num ar pomposo, coleando a sala pausadamente no ritmo da frase redonda e cheia e inflamando-se nos tropos retumbantes e profundos. E assim se explica que o facto de «falar bem» permita ao

lente gastar um ano inteiro a repisar banalidades que já o eram em seculos passados.

Uma das preocupações predominantes é tambem ferir as atenções pelo prurido da erudição e faz-se assim um curso com discussões acaloradas em que a proposito d'uma simples definição se alinham, flamantes, em fila longa, escolas, teorias, sistemas, numa baralhada perturbante. Em vez de se precisarem em rigorosas demonstrações as verdades scientificas desfia-se e ramifica-se tudo, gastando a energia da percepção intelectual e anulando a tendencia unificadora e sintetica do espirito, que precisa de não ser perturbado, com desvios, na sua linha normal. Assim, de todo o amontoado de retalhos de coisas novas e velhas, o que nos fica muitas vezes? — Uns nomes estrangeiros, vasios de sentido e pouco mais nada.

Um ensino assim, sem orientação, vivendo artificialmente, não tem também as exigencias das coisas que brotam naturalmente, e que, por isso mesmo, andam submetidas á lei da evolução. Um ensino como o nosso estaciona, não tem deslocamentos, é sempre o mesmo, decalcando o caminho percorrido, num circulo eterno, sem acidentes nem perturbações.

Umas lições de ha uns poucos de anos podiam servir hoje nas aulas e póde haver dinastias de bachareis herdando em estudantes para as suas necessidades escolares, as *sebentas* dos pais.

Vê-se isto por exemplo em Direito. Sendo o Direito, como todas as manifestações de coordenação social, alguma coisa de espontaneo e natural, rompendo dos costumes, não podendo provocar-se por mero capricho do legislador, ficando áquem ou além da lei e só coincidindo com ela por acaso, não sendo o que o legislador queria que fosse, mas o que as circumstancias o fazem ser, evolucionando sempre, por mais que os pretendidos orgãos diretivos o intentem cristalisar em formulas: na nossa Universidade o Direito não é ainda senão o conjunto de regras de conduta social impostas pela coação do Estado, isto é o conjunto de leis. Assim um codigo é um livro de Direito, e a sciencia toda limita-se á interpretação das disposições legais. Ora a isto póde quando muito chamar-se o *Manual do advogado* ou a *Arte de enrodilhar e desenrodilhar demandas*, mas nunca a sciencia juridica. Mas é que era assim já ha seculos e na Universidade... *quod est, est.*

Os defeitos d'um tal processo podiam ser corrigidos pela liberdade dada ao aluno não só da exposição mas da escolha do assunto das suas lições. Mas isso é coisa que na Universidade nem sequer se sonha. No discurso de cumprimentos, é bem verdade, costumam alguns lentes prometer muita liberdade aos alunos, mas, chegada a ocasião, estes terám de submeter-se, moldando a sua lição pela norma dada pelo professor, de que só incidentalmente, muito de passagem pederám afastar-se. Assim o nosso estudante é materialmente um repetidor de ideias d'outros, sem impulso proprio, nem independencia e sai das escolas sem habitos de trabalho, esperando sempre o auxilio d'uma *sebenta* reguladora e salvadora para todos os actos da sua vida, incapaz já de laborar por si proprio seja o que fôr. Este estudante é ámanhã o magistrado, o legislador, o ministro: é a chamada classe culta e diretiva do paiz, sintese d'uma nação, documento vergonhoso e deploravel da decadencia dum povo.

Pretendeu-se um dia, remedando o gesto demolidor do Marquez de Pombal, reformar a Universidade. Viu nesse momento o legislador todo o mal? Todos os senhores sabem que não.

A Universidade continúa sendo a mesma inutilisadora de energias e de aptidões, e, como se fosse precisa alguma prova para os que só vêem as coisas superficialmente, lá estám, como sintoma d'uma vida improgressiva, o juramento, a oração do acto, o cabeção e a volta de padre e a cerimonia do grau, parecendo que estamos menos numa Universidade do que numa sociedade carnavalesca.

D'aqui nasce, d'esta falta de compreensão do seu papel social, que a Universidade não tem uma ligação forte e poderosa com a actividade do nosso meio intelectual, vivendo á parte uma vida amorfa e sem relevo evolutivo e iludindo o seu orgulho de vaidosa desprezada, fazendo-se acreditar a si propria que é ela que, por superioridade, se isola. E esta desrelacionação começa logo com os estudantes, excepção feita para aqueles que com ela saibam eternisar-se num prudente e reservado conservantismo, condição primeira para a conquista d'uma cátedra.

Com a falta de grandeza e de intuitos da Universidade coincide, digamo-lo sinceramente, numa rude franqueza que póde ser talvez a nossa unica virtude, a depressão moral da academia. Se uma é no seu dogmatismo

a representante do residuo pretencioso e dominador que ficou nas sociedades modernas depois da Revolução Franceza, a outra é, na sua desorganisação, no seu desprezo pelas coisas mais levantadas e mais justas, a imagem d'uma burguezia sem ideais que lentamente se dissolve.

Numa época em que as aspirações da humanidade se sistematisaram já num preposito consciente de remodelação social; caídas as antigas preocupações politicas, que interessavam sob um ponto de vista meramente nacional as classes cultas; nós os estudantes que não temos já crenças monarquicas, nem entusiasmo republicano, temo-nos deixado vergonhosamente cruzar os braços. Emquanto lá longe, nessa Russia sangrenta e deshumana, sob a pressão autoritaria do czar, os estudantes véem para a rua afrontar heroicamente os fuzilamentos em massa, nós desinteressamo-nos de ideais e materialisamos a nossa vida num egoismo deprimente.

E no entanto o papel do estudante, por isso mesmo que ele não está ainda de todo tomado pelas preocupações da vida burgueza e porque o seu coração é ainda novo e o sangue quente é o de ser o transmissor das gran-

des ideias, pondo-se em contato com o povo humilde, ensinando-o a amar e a luctar pelo Bem e pela Verdade. É numa academia que deve estar concentrada a energia moral dum povo, é ela que deveria ir sempre na vanguarda de todos os grandes empreendimentos, justos e generosos.

Mas temos nós sabido fazer isto? Não. E assim a solidariedade academica é uma coisa ficticia que a mais pequenina questão banal e sem interesse póde conseguir romper.

E é sobre esta nossa fraqueza, reconhecida e provada, que firma a razão de ser da Universidade tal como ela é actualmente. Mas será isto sempre assim? Estará a academia de Coimbra condenada a não ter nunca um dia de independencia e de hombridade?

Entre nós estám neste momento estudantes novos, d'esses que acabam de chegar a Coimbra como noutros anos nós chegamos, cheios de esperanças e de ilusões. Realisará a geração a que eles pertencem o que nós não soubemos ou não podémos realisar? É de prevêr que não.

Porém em todas as classes ha sempre um nucleo de insubmissos, que se não deixam dominar pelo meio e contra ele procuram rea-

gir. Esse nucleo d'âno a ano vae engrossando sempre, e ha-de chegar um dia a constituir em cada classe o elemento redentor que ha-de vir a predominar na orientação coletiva.

E assim, sem duvida, entre os nossos novos colegas, entre esses rapazes que acabam de chegar, alguma coisa nos vem que fará aumentar esse contingente, ainda tam reduzido, de energias, de dedicações e de vontades.

É a esse pequeno numero de novos defensores d'um ideal de redenção humana que eu neste momento, venho trazer a mais calorosa e entusiastica saudação pelos estudantes anarquistas da Universidade de Coimbra. E nesta saudação vai toda a nossa esperança por um futuro de maior sinceridade e consciencia, primeiro impulso para essa obra grandiosa e vasta de que ha-de resultar a destruição da sociedade em que vivemos, para sobre as suas ruinas se erguer, generosa e altiva, uma sociedade egualitaria e livre.

Ainda no meu quarto ano eu prevariquei. Pratiquei pelo menos dois delitos.

Um foi a publicação d'uma nota na *Era Nova*, jornal que eu então publicava em Coimbra, com referencia a um dos lentes, o simpatico dr. José Tavares. Vai a transcrição a seguir.

O outro foi a proposta apresentada em assembleia geral para que se reclamasse um exame medico-legal ao dr. Calixto, que toda a gente em Coimbra diz sofrer de alienação mental, e apezar d'isso e em edade de poder jubilar-se continúa regendo a sua cadeira na Universidade. Esta proposta foi aprovada unanimemente (vá notando o sr. João Franco) e em virtude d'ela foi nomeada uma comissão, de que eu fiz parte, a qual elaborou um documento que foi enviado ao governo e em que em termos decisivos se fazia a mesma reclamação.

Devo declarar, por coerencia com os meus principios, que essa proposta e a participação minha na comissão não significa que eu ingenuamente chegasse a acreditar que seriamos atendidos na pretensão exposta aos poderes publicos, reconhecendo-os assim, mas que tam sómente representava uma atitude de protesto.

Estes dois factos merecem registo. Porque não tive uma parte efectiva na redacção da reclamação feita ao governo, limito-me a reproduzir a referencia que na *Era Nova* fiz ao professor Tavares:

O anarchismo... na Universidade

Na discussão d'uma das teses do sr. dr. Caeiro da Matta, que se enunciava — *A coação é um elemento eventual do Direito,* — o sr. dr. José Tavares, em gesto arrebatado de tribuno, proclamou em plena Sala dos Capelos:

— Isso é defender ideias anarchistas e se bem que eu possa admitir a sua apologia em comicios publicos e sessões revolucionarias, como homem de sciencia não devo sequer discuti-las aqui.

Fazemos-lhe a justiça de acreditar que o sr. dr. Tavares, no seu rasgo oratorio, cumpria apenas o dever do cargo e não afirmava sinceramente uma observação reflectida do seu espirito. No entanto, por causa do efeito que possam ter produzido as suas palavras, é bom esclarecer.

O sr. dr. Tavares, e ésta afirmação aproveita-nos, sendo franquista declara, contra a opinião do seu chefe politico, que admite a propaganda anarchista, apezar da lei de 13 de fevereiro.

Como homem de sciencia ele que na mesma Sala dos Capelos declarou não ter vagar de lêr a maior parte dos livros que o possam pôr ao par do movimento scientifico-juridico moderno, diz não dever discutir ideias que sam não só discutidas mas aceitas por homens de sciencia como Kropotkine, Hamon, Eliseu Rechus...

O sr. dr. Tavares esquece que numa das cadeiras da Universidade um seu colega trata o anarchismo scientificamente e ignora que não ha muito o mesmo seu colega teve na aula de extranhar a ignorancia d'um aluno que de anarchista dava esta definição: — Anarchista é um homem que lança bombas.

Até novas informações não nos seria ilicito supôr que o mesmo sr. dr. Tavares está nos casos do aluno do sr. dr. Marnoco.

(Do n.º 7 da *Era Nova*, de 17 de Março de 1906).

No actual ano lectivo alguma coisa houve também a denunciar á Universidade que a academia de Coimbra se não amoldava pacientemente ao regimen autoritario da cátedra. O nosso colega João Maria Santiago Prezado havia sido riscado no ano anterior, sendo a expulsão declarada habilidosamente nos ultimos dias d'actos. Ao reabrir a Universidade o poder moderador interviera comutando a pena de expulsão pela de oito dias de prisão academica.

A comutação tinha sido bem acolhida pelo condenado. De resto o reitor recomendava atenciosamente todos os cuidados com o preso, permitindo-lhe comunicasse livremente com quem quizesse e a que horas quizesse. Oito dias de cadeia assim equivaliam a oito dias passados numa « republica » em que não faltavam os convivas e em que o recolher ao leito

se fazia sempre pela madrugada. Não havia pois motivo para indignações.

Pois apezar de tudo isto e de parecer que os estudantes se desinteressariam do facto, esperando alegremente o termo dos oito dias, que para o proprio preso iam deixar saudades, a academia manifestou-se hostilmente contra a Universidade, generalisando já o seu protesto ao fôro academico. Defronte da prisão se juntou um grande numero de estudantes protestando contra o facto de se achar preso um seu camarada. Os vivas ao João Maria confundiam-se já com as exclamações contra o fôro universitario e contra o ensino catedratico. E foi nessa occasião que eu a instancias de muitos rapazes ergui a voz em plena rua saudando em nome de todos o estudante preso.

Recorda-me de ter dito que não estavamos ali por indignação contra o facto concreto e especial da prisão do Santiago Prezado, que para ali tinha ido a muito contento seu, mas que ali tinhamos vindo como protesto contra o que aquele facto representava em ameaça para cada um de nós, em ofensa para a liberdade dos estudantes. Aquele rapaz que d'ali viamos por detraz dos ferros do seu carcere

ra a demonstração bem eloquente de que o
ôro academico se mantinha ainda de pé e que
l'um momento para o outro o rancor cate-
lratico poderia d'ele servir-se. Afirmei ainda
uanto aquele caso, na aparencia banal e sem
ignificação, representava contra o brio e a di-
gnidade da academia e protestei contra uma
Jniversidade que andava a simular de refor-
nada e onde se permitia ainda o desconcerto
le sermos regulados por um regimen inquisi-
orial e absurdo.

Como entre os estudantes se encontravam
nuitos archeiros, fiz uma referencia directa á
Jniversidade, agradecendo-lhe a honra de se
er feito tam numerosamente representar, como
e quizesse manifestar-nos que estava com-
osco no nosso movimento de simpatia pelo
reso. Mas que se assim era, — fui dizendo, —
ue fossem eles comunicar a quem ali os tinha
nandado que a academia de Coimbra não
iera ali por uma deferencia pessoal para com
Santiago Prezado, mas em oposição decla-
ada e aberta contra o regimen universitario.

Foi em sintese o que eu disse e que foi
nanimemente aplaudido, sem que então da
arte da imprensa do sr. João Franco hou-
esse um reparo violento ao modo de proce-

der dos estudantes. Foi o que estava e anda ha muito no espirito da academia de Coimbra e o que, pode hoje garantir-se, está no espirito de todos os estudantes portuguezes.

E este capitulo sendo um resumo d'alguns dos factos em que me coloquei em oposição contra a Universidade vale ainda, d'um modo geral, como documentação da tendencia que entre os estudantes se ia afirmando contra a prepotencia doutoral dos mestres. A reprovação de José Eugenio Ferreira não foi pois mais do que o pretexto para a explosão esperada e inevitavel.

II

O MEU CRIME

Acusam-nos de premeditadamente, em plano concertado de muitos dias antes, termos investido contra a cátedra por especulação politica. Que, sabendo nós que o José Eugenio Ferreira ia ser reprovado, disseram alguns lentes, nos prepararamos numa conspiração secreta, para aproveitar o caso para uma manifestação republicana.

Reedita-se a afirmação para frisar o espirito saloio de observação de que sam dotados os mestres da Faculdade de Direito. Que vergonha para qualquer pessoa que se diz ilustrada conhecer tam pouco de psicologia coletiva! Esses homens, educados nas aulas da Universidade, habituados a remoer a *sebenta*

*

e a vasculhar os expositores quando estudantes e a repetir o mesmo processo a quando lentes, deslumbraram-se pelo facto de unanimemente se erguerem os estudantes da Universidade contra eles, num protesto intenso e altivo, e d'ahi a ideia da conspiração. E muitos d'esses homens o disseram sinceramente, quero crer, porque sam muitos d'eles sinceramente ignorantes.

É um facto demonstrado, que o comprova eloquentemente a lição da historia, o poder de organisação e de logica da multidão entregue a si mesma. Sem chefes, sem um governo central e coordenador, um movimento de agitação multiplica extraordinariamente as forças da massa anonima, equilibra-as harmoniamente e impulsiona-as numa direção segura e com um ponto fixo que não foi preciso nenhum dirigente decretar. Os movimentos de resistencia, em ocasiões de excitação, podem até ser prejudicados por esses chefes que se suponham indispensaveis e que só servem a fomentar uma disensão na coletividade.

A ignorancia d'esta verdade é que fez pasmar os lentes e á viva força os levou a procurar, em vez dos antecedentes logicos que explicassem o facto, a cabeça directora que o

tinha imaginado, distendido em plano e arrastado á pratica triumfantemente. Pobres metafisicos que assim punham em destaque a sua infantil apreciação do espirito humano. E sam estes cavalheiros que na Universidade ensinam o Direito, o dizem a garantia da vontade social e o colocam, como todos os sociologos, no topo da sciencia, considerando-o uma resultante dos conhecimentos humanos.

Antes do Direito está a Sociologia de que aquele é um ramo, antes da Sociologia, a Biologia de que aquela é outro ramo — berra o Calixto. Mas tam machinalmente, tam á maneira de fonografo que não liga o valor ás palavras, que sam eles mesmo que téem a ousadia de ensinar Direito ignorando esse elementar principio biologico — a lei das afinidades, que se respeita em toda a natureza e que nunca obedece a determinada vontade d'um ser mas é a coordenação espontanea e inevitavel das tendencias de todos.

A concepção que formam da sociedade é meramente abstrata e da vida social não vêem senão o que aparece cristalisado em formulas politicas. Educados neste criterio estreito, imaginando que as transformações dos povos resultam da ação dos legisladores e dos go-

vernos, habituados a encontrar em tudo um poder directivo e subordinador, aqueles pobres diabos travestidos em sabios de ocasião, como poderiam ter sido amanuenses numa repartição publica, acreditaram a serio na existencia de chefes terriveis do movimento dos estudantes.

Mas, como o mêdo lhes perturbara o uso da rasão, desvairaram até ao ponto de supôr que se tratava d'uma vasta conspiração republicana, que o Directorio alimentava de Lisboa; e que os rapazes andavam a ver se proclamavam a republica. Claro que não vale atribuir isto apenas a deficiencia intelectual. Ha a desculpa de que o susto os tivesse desorientado. E se insistiram depois na afirmação foi para lhe aproveitarem manhosamente aquilo em que ela lhes poderia ser favoravel, para demonstrar a nenhuma grandeza e justiça dos nossos protestos.

A ninguem cabe na cabeça a ideia de que nós, pretendendo agitar os estudantes para uma manifestação republicana, vez nenhuma, desde que o movimento rebentou, tivessemos procurado dar-lhe uma forma acentuadamente jacobina e de hostilidade ao governo do snr. D. Carlos. Bem pelo contrario o proprio em-

penho dos estudantes republicanos foi sempre o de que os acontecimentos não se revestissem nunca de côr politica. E em vez de protestos violentos contra os poderes constituidos os rapazes até acataram esses poderes, dirigindo uma representação ao governo e outra ao parlamento.

Que estupidez era a dos estudantes republicanos que, procurando fazer uma manifestação republicana, ir mesmo até á republica, não fossem tratando de incitar os seus colegas na aversão pela monarchia, logo desde o momento em que o conflicto rebentou? Estupidez não, dirám os mestres, mas calculo. Segundo eles, os republicanos deviam ter especulado com a propria abstenção de principio para mais tarde surgirem. Assim podia ser. Mas para isso era preciso que os rapazes, em vez do seu temperamento impulsivo e sincero de novos, em vez da generosa altivez do seu espirito, em vez do tudo isso que palpita e sofre e vibra dentro do seu coração de creaturas ainda não contaminadas pelo meio social, tivessem a ronha velhaca dos padre-mestres de borla e capelo.

Mas para que em tudo se denuncie a sua falta de tatica, quem era o estudante indicado

pelos lentes como chefiando tal conspiração republicana? Era eu, estudante apartado dos republicanos, que lhes não frequento as reuniões e que tenho já manifestado pela imprensa em que situação os libertarios se devem colocar perante uma revolução politica, inclinando-me claramente a que se devem abster de entrar em conspirações com partidos, tomando só parte no movimento quando ele seja inevitavel e tenha vindo para a rua, e ainda assim para tratar de educar o povo num espirito mais revolucionario contra a propriedade e o estado. Era eu que pelos mesmos estudantes republicanos sou tido e havido como um elemento hostil que os embaraça e lhes perturba a sua ação politica, desviando-lhes as atenções dos operarios para problemas deversos ao lado dos quais o da patria é meramente secundario. Era eu que fazia parte d'um grupo que tomára para base a doutrina revolucionaria acima exposta. Que falta de logica, que pobreza de raciocinio, que ingenua e comovente inconsciencia!

Depois para haver uma conspiração é preciso haver tempo para conspirar. Muito antes da reprovação de José Eugenio Ferreira nos deviamos ter nós entendido, quando mais não

fosse para combinar o santo e a senha. E os lentes confessam simploriamente: os rapazes sabiam que o candidato ia ser reprovado, ele mesmo o sabia e foi para isso que se filiou no partido republicano.

Vêem como eles sam? Querem mais clara demonstração da sua capacidade? Pois não sam eles mesmo que se comprometem declarando que o José Eugenio Ferreira estava já reprovado antes de entrar a acto? Pois não sam eles que nos véem denunciar que houve uma conspiração, não dos estudantes que não conseguiram provar, mas a dos proprios lentes? E sam estes senhores que dirigem a mentalidade dos que estudam e se preparam para a vida!

Contemos singelamente os factos. Em fevereiro aparecera afixado na Via Latina o enunciado das teses que o licenceado José Eugenio Ferreira se propunha defender no fim d'esse mez. Sabia-se já que o candidato havia sido embaraçado por parte da Faculdade na elaboração do programa do seu acto, sob varios pretextos e em que se accentuára, terminante e decisiva, a tendencia reaceonaria dos lentes. Por mais de que uma vez lhe fôra pre-

ciso submeter á censura rigorosa da congregação o esboço das teses, porque os professores eram renitentes na sua empedernida intolerancia. De resto o acto de licenceado de que muitos ainda se recordavam e que para José Eugenio Ferreira fôra apertado, cheio de perguntinhas d'algibeira, das de duas respostas, não deixara duvida de que os lentes não iam feitos com o seu feitio independente. Era manifesta pois a má vontade contra ele.

Naturalmente a defeza d'estas teses interessou logo todos os rapazes, que a elas assistiram de sobreaviso. Contava-se com a indisposição dos lentes e esperava-se que eles dariam uma baixa classificaçáo ao candidato. A ideia da reprovação era uma coisa posta de parte, porque a passagem no acto de licenceado, acto de exploração, implicava por assim dizer a do acto de doutoramento, de simples ostentação, como a propria lei o define.

Mas o que era inevitavel e se tornava interessante era a casmurrice com que lentes cheios de embofia, tam senhores sempre do seu nariz, se iam defrontar com esse rebelde, em cuja vida aquele projecto de se revestir das insignias doutorais era apenas um episodio alegre de rapaz. Corriam os nomes dos

que mais interesse despertariam: uns preferiam o Pitta ao Villela, outros inclinavam-se fortemente pelo Calixto. De resto contava-se com a sisudez composta e pomposa do Assis, e esperava-se pela estreia dos dois lentes novos, ainda fresquinhos das aulas, e já anceados por celebrisar-se nos inflamados torneios doutorais.

Não era preciso mais para que no meio academico o acto de José Eugenio Ferreira despertasse curiosidade e em favor do rapaz houvesse um natural sentimento de simpatia. Assim nos dois dias marcados a Sala dos Capelos encheu-se completamente de ouvintes. Eu fui naturalmente um d'eles.

O que esses dois dias foram para vergonha da Universidade di-lo bem eloquentemente a indignação que entre os assistentes de logo começou a manifestar-se, contida ainda na ideia de que os lentes não iriam até á reprovação, na sua reconhecida má vontade contra o candidato. Um a um, oito dos lentes, em atitude por vezes indelicada, foram fazendo d'aquele acto uma sabatina de taboada, em que, para dar mais lustre ao quadro, só faltou a ferula do mestre-escola.

—«Cale-se!», dizia um e, cortando a li-

berdade de exposição, tolhia a resposta de contradicta em retalhos insignificantes, particularisando o acto a coisas secundarias e rebuscadas para tirar todo o brilho ás provas do doutoramento. Outro fincava a sua logica explendida numa questão de pesos e medidas, a proposito de civilisações, fingindo-se estupido por conveniencia e chegando a parece-lo com verdade. E todos, mais ou menos, com espertezas de rato, assim iam entretendo o tempo, de modo a perturbar propositadamente a argumentação do examinando.

Nos doutorais havia dois lentes novos, dos que a Faculdade apadrinhou sempre, bafejando-os com o sopro dos predestinados. Pois nem esses, que áquele lugar tinham subido sem luctas, sem resistencias, amoldando-se ao espirito catedratico, tiveram um impeto de sinceridade que lhes mordesse a consciencia e os convertesse em naturais camaradas do que tinha sido pouco antes o seu colega e que em licenceatura fôra o mais antigo. Precisamente um dos dois, o que andava de relações cortadas com José Eugenio Ferreira e que uma elementar delicadeza de sentimentos por este facto deveria, com qualquer pretexto, ter afastado d'ali, notabilisou-se no ataque agressivo

e intencionalmente desleal. Roubava-lhe o tempo, cortando-lhe a resposta com longas tiradas, enumerando de cór artigos sobre artigos, com a mesma presurosa actividade com que um caixeiro mostra ao balcão peças de pano. Ardia-lhe um desejo de se celebrisar como bom chefe de armazem que tudo tem catalogado, sem erros de copia nem a mancha irritante d'uma ideia nova.

Dizia-me o dr. Luiz Maria da Silva Ramos, lente de theologia que assistira a uma parte dos actos:

—Não sei se o rapaz andou bem nem mal, que não tenho habilitações especiais sobre o assunto. Mas o que sei é que podiam ser mais bemcreados. Trataram-no mal. Aquilo assim não se faz.

Este é ainda dos que sabem guardar as conveniencias e respeita ao menos o decoro. Porque afinal ha muitas maneiras de reprovar injustamente...

Abundava nas mesmas ideias o reitor da Universidade, declarando a uma das comissões que o procurou que realmente o acto do José Eugenio Ferreira tinha sido um acto de licenceado e apertado.

Sam duas opiniões autorisadas para o

sr. João Franco, pois que ambos sam franquistas. Da primeira afirmação dou eu testemunho e o meu colega Mauricio Costa, do quarto ano de Direito. A segunda atesta-a a propria comissão com quem o sr. reitor falou nesses primeiros dias do movimento academico.

Entre os estudantes a atitude manifestamente hostil dos lentes começou logo a merecer reparos. E havia já impetos de protesto. Assim, a umas observações ridiculas do professor Villela, esganiçando-se para se fazer homem importante, muitos dos rapazes riram alto em plena Sala dos Capelos. E apezar da intervenção do reitor, a instancias do dr. Callixto, ainda as risadas se repetiram mais tarde a proposito de não sei que outro episodio burlesco.

Começava a desautorisar-se o jury antes mesmo de conhecida a decisão. Aprovado que fosse o candidato, nem por isso deixaria de haver motivo para censuras, tam deprimente para a dignidade academica tinha sido aquele desleal combate em que ao José Eugenio Ferreira não tinham dado armas eguais.

A reprovação fez apenas aumentar o que já estava latente, irrompendo o protesto dos estudantes mesmo no pateo da Universidade.

A esse tempo os lentes haviam-se escapado prudentemente, como quem saía com a consciencia pouco tranquila. Houve quem visse o dr. Calixto em tal aspecto de acabrunhamento que chegou a ter pena d'ele. E em cima ao José Eugenio Ferreira chegaram a propor-lhe, não sei que empregados, a saida por uma porta escusa, pretendendo oculta-lo assim á academia.

O que significava tudo isto, senhores da moralidade? Que audacioso levantar de cabeça é esse que se arreceia da opinião dos outros? Que energia inquebrantavel d'animo é essa que assim foge ás responsabilidades? Então a imponencia doutoral é só para armar na cátedra e não tem segurança para passar altiva e severa atravez dos estudantes?

A explicação não pode ser outra, custe a quem custar, senão a que lhe deu a academia inteira no protesto unanime com que logo sublinhou o procedimento dos lentes. A reprovação tinha sido uma coisa provocada e estava dentro do espirito da casa. A verdade unica, inatacavel era esta: — os lentes não queriam José Eugenio Ferreira na Universidade.

Desagradava-lhes o seu feitio independente

que nunca em baixezas rastejára ante a cátedra. Assustava-os a rasgada e ampla orientação, com acentuadas tendencias libertarias, comprovada em muitas das suas teses, precisamente d'aquelas que a congregação riscou e não deixou defender publicamente. Arreceavam-se de que um dia lente da Universidade ele se não adaptasse ao improgressivo sistema universitario e revolucionasse com ideias novas o ensino do Direito. Por isso o reprovaram e só por isso.

Surgiu então o levantamento da academia, com toda a audacia e independencia que a mocidade costuma pôr nos seus actos. O José Eugenio Ferreira descera ao pateo da Universidade entre palmas, acercando-se-lhe do carro grupos de estudantes perguntando:

— Quantos valores?

O José Eugenio respondeu:

— Reprovado.

Mas entre as palmas não foi entendido e havia ainda quem perguntasse:

— Sim, aprovado; mas com quantos?

Então a situação aclarou-se. Rapidamente dezenas de braços se ergueram para o José Eugenio e o pucharam do trem, emquanto de toda a parte as aclamações cresciam de em volta

com os protestos contra a Faculdade de Direito.

Mas ainda a Porta Ferrea não tinha sido transposta, tal a consciencia de que tudo provinha do espirito universitario, e já se ouvia:

— Queremos cursos livres e uma Universidade nova!

E atravez das ruas da cidade o movimento teve logo o caracter revolucionario da afirmação dos novos principios de ensino, em que o José Eugenio Ferreira era o simbolo escolhido a proposito, em que os estudantes aplaudiam exactamente essa falta de pose doutoresca e a disposição reconhecida de fazer um dia da sua cadeira se fosse professor um lugar honesto. — Viva o dr. José Eugenio Ferreira! Abaixo o ensino catedratico! — gritava-se nas ruas. Nada mais claro e defenido em aspirações, nada mais de harmonia com o que em todo o seu movimento a academia gritou ao paiz.

Começa propriamente aqui o meu grande crime. Eu saíra também da Porta Ferrea com os meus colegas e com eles egualmente manifestára a minha antipatia pelo ensino oficial, com todos os seus defeitos e autoritaris-

mos. A meio da rua Ferreira Borges, d'entre os estudantes muitas vozes me reclamaram como sendo um d'aqueles em que a academia confiava nesse momento o dever de significar ao publico sem tibiezas de palavra a intenção das nossas manifestações. Ajustara-se o desejo dos meus amigos ao impulso que no momento me estava secretamente instigando a comunicar com a alma da mocidade, transmitindo-lhe tudo quanto no momento eu sentia. Assim eu me encontrei, com o meu temperamento e a minha sede de expansão, ao peitoril d'uma das janelas, lavrando o meu protesto, no legitimo direito que cabe a todas as consciencias honestas.

Esse discurso, por conveniencias da acusação que me foi feita, andou deturpado pela bôca dos serventuarios da Universidade. Vou procurar reconstitui-lo, o que de resto me não é dificil de gravadas que eu tenho ainda essas palavras no meu espirito, tam grande era a sinceridade que as inspirou. Recorda-me bem ter dito o seguinte:

Meus amigos. O facto que acaba de consumar-se não é senão a justificação d'aquilo contra que eu tenho vindo a protestar desde

o primeiro ano em que me matriculei na Universidade. A reprovação do dr. José Eugenio Ferreira não é senão um dos muitos factos que téem feito a condenação do ensino universatario, o téem tornado antipatico a todos aqueles que aspiram por um sistema de educação livre e racional.

Desde o dia em que pela primeira vez assinei o termo de matricula na Universidade eu tenho sido d'aqueles que se não téem conformado docilmente com esse regimen autoritario, em que os interesses da sciencia sam prejudicados pelo feitio intolerante dos lentes. Mas a triste verdade é que durante todo este tempo eu tenho combatido isolado, quasi sem o apoio de ninguem e não sendo por vezes o meu protesto senão a afirmação individual d'uma consciencia. Mas felizmente que me não deixais partir de Coimbra sem eu ter assistido ao levantamento de toda a academia, no mesmo grito de protesto que para mim tem sido sempre a norma da minha vida academica.

Chega no meu quinto ano, mas não vem tarde ainda para me dar quanto de apoio moral e solidariedade eu tenho precisado para fazer valer as minhas palavras e dar força e grandeza ás minhas reclamações. E eu me fe-

licito por isso e vos felicito a vós, ainda que todo este movimento cheio de justiça tenha resultado da reprovação d'um amigo meu.

Eu chego mesmo a regosijar-me por essa reprovação, que assim dá margem ao levantamento da academia, e tenho a certeza de que o proprio reprovado já neste momento esqueceu o que de pessoal possa ter havido na ofensa dos seus direitos para ver só a instituição universitaria em si mesmo, na sistematica oposição que ela tem feito sempre a todas as ideias generosas. Entre nós neste momento ele não é mais do que uma consciencia revoltada contra o sistema de ensino da Universidade, que ele queria inteiramente remodelado. Foi mesmo este o motivo por que lhe fizeram oposição na Universidade.

Mas desde que a nossa manifestação desceu até ás ruas não é justo, meus amigos, que ela se não afirme, com toda a grandeza do nosso espirito de novos, dentro da nossa Universidade, porque é ali que é a nossa casa.

A Universidade foi sempre mais dos estudantes do que dos lentes. Para eles nunca aquilo representou mais do que um emprego, um oficio. A maior parte d'eles não vai lá senão para ganhar, e bem mal ganho, o dinheiro

do ordenado. É apenas o seu interesse particular que os lá leva, e nunca o interesse da sciencia e o desejo de ser util á educação da mentalidade dos estudantes. A noção filosofica da sua profissão ignoram-na, propositadamente a esquecem acomodando-se ás conveniencias.

Nos ultimos tempos téem propalado que vam fazer cursos livres, entrar abertamente num regimen novo. A reprovação do dr. José Eugenio Ferreira desmente-os eloquentemente. Porque ao lado d'esses lentes autoritarios, com o espirito educado pelos velhos processos, era precisamente nesta ocasião o dr. José Eugenio Ferreira que, como professor, pela sua orientação livre e pela honestidade do seu caracter, maiores garantias podia dar á inteligencia de cada um de nós, de que faria real e inteiramente um curso livre.

A sua reprovação por uma faculdade inteira, unanimemente, é a prova mais completa e decisiva de quanto esses cursos livres não passam d'uma balela lançada á ingenuidade que supõem em nós, para armar á simpatia dos estudantes. Como se nós não soubessemos que a principal vantagem dos cursos livres é, me-

nos que a seleção dos alunos. a propria seleção dos professores.

O que sam os da Universidade dizem-no bem estes dois dias d'actos a que todos nós assistimos. Um d'eles, o dr. Villela disse lá na Sala dos Capelos:

— O snr. José Eugenio que se senta ahi nesse lugar e nós que nos sentamos aqui nos doutorais não somos toda a gente!

Pela parte que toca ao dr. José Eugenio Ferreira protestamos e revindicamos essa designação para ele. Concretisava nesse momento tam bem as nossas aspirações, merecia tanto o aplauso do nosso espirito pela sinceridade das suas convicções e pelo arrojo com que as afirmava, que ele era a sintese de todos nós — era bem toda a gente.

Pela parte porém que cabe ao dr. Villela deixamos passar sem reparo a frase. Sim ele não é realmente toda a gente, porque na verdade o snr. dr. Villela não é ninguem!

O dr. José Eugenio Ferreira não é para nós apenas um candidato reprovado, mas o simbolo que devemos erguer perante a Universidade, como representando neste momento a tendencia moderna do ensino.

Por isso, juntando o meu protesto ao vosso,

eu termino com uma frase só, que deverá ser d'agora em diante o nosso grito de guerra lançado contra a Universidade:

— Viva o dr. José Eugenio Ferreira!

Nisto consistiu todo o insulto obsceno e infame que bôcas denegridas pela calunia me atribuiram. A acusação torpe que encobertamente e sem provas me foi feita e que um regimen inquisitorial permittiu poz nesse discurso toda a qualidade de improperios e de sujas e repugnantes insinuações, para que eu sofresse, no desprestigio do meu nome, a inutilisação do meu protesto contra o ensino oficial. A exclusão das aulas era pouco, para os «efeitos morais e sociais» que o sr. João Franco procurava; era preciso que do veredictum do conselho de decanos eu saisse, não só expulso, mas deshonrado.

Mas o expediente ficou perdido na mesma lama que levantaram contra mim. Ninguem acreditou que eu descesse ao infamissimo papel que alguns lentes declararam eu tinha desempenhado e cuja declaração deve em muito ter servido de base condenatoria no meu processo academico.

A manifestação proseguiu pela estrada da

Beira até junto da casa de José Eugenio Ferreira, onde se acentuou mais, começando a academia a tomar deliberações, nomeando logo uma comissão de vigilancia e considerando-se desde então em reunião permanente. Essa comissão propoz para a noite no Ginasio uma assembleia da academia. Defronte da casa do reprovado os estudantes logo fizeram as suas afirmações, aparecendo á votação e sendo unanimemente aprovada uma moção, proposta por mim, em que se generalisava já o protesto da academia ao ensino catedratico e que era concebida nestes termos:

« A Academia de Coimbra, reunida em sua quasi unanimidade deante da porta do dr. José Eugenio Ferreira, acabado de reprovar em teses e a quem acompanhou até aqui em manifestação de simpatia, protesta contra a injustiça flagrante d'esta decisão, contra a maneira jesuitica como foi tratado nos actos e toma estes factos como a declaração mais solene do caracter improgressivo e autoritario da Universidade. »

Com o mesmo criterio d'esta moção foi o discurso de José Eugenio Ferreira, que não atacou na Universidade os homens que o feri-

ram, mas a propria instituição universataria, velha e a pedir reformas radicais.

Assim se passou logo na primeira hora apoz a decisão do jury dos lentes. Logo ao nascer, o movimento academico se norteou por belas aspirações generosas, como se reprimidas estivessem de ha muito tempo, para romperem nesse momento impetuosamente á primeira voz. Foi desde o primeiro instante a alta afirmação d'uma mocidade que grita alto os seus direitos.

Os que, servindo a fraudulagem politica que lhes paga, miseravelmente procuram desvirtuar a significação do nosso acto, mentem quando afirmam que a questão José Eugenio Ferreira foi posta de parte quando vimos que ela era insustentavel. Na realidade nunca houve propriamente a questão José Eugenio, porque seria assim restingir toda a nossa acção e porque o modo de a resolver se não podia ajustar com a actual organisação da Universidade e implicava portanto a remodelação do proprio regulamento da casa. Nunca poderiamos separa-las, pois que dentro da Universidade como ela existe, a reparação da injustiça feita seria sempre incompleta, d'onde resultou o atenuar-se o espirito que reclamava a repe-

tição do acto do candidato para engrandecer-se o da reclamação pela transformação do ensino.

Só uma educação tacanha faz ver em cada caso da vida o seu caracter particular, desligando-o do aspecto social. Bem sabemos que com esse estreito criterio se improvisam os estadistas e os legisladores, mas isto não impede que, como afirmação consciente, tal modo de observar os factos seja rudimentarissimo. Nós, façam-nos a justiça nalguma coisa, nunca truncamos da engrenagem inquisitorial da Universidade, para a apreciar isoladamente, a reprovação de José Eugenio Ferreira.

Nessa noite, conservando-se ainda a academia tomada do mesmo impulso que a trouxera em manifestações para a rua, a assembleia geral no Ginasio foi uma das mais belas afirmações coletivas da mocidade academica. Ali se deliberou a manifestação de protesto na Universidade e com tal consciencia e decidido proposito que um lente de teologia se empenhou junto do reitor para que este não abrisse as aulas no dia seguinte. Ao lente, pelos informes colhidos, afigurava-se-lhe que estava deante d'um movimento firme, que já não podia quebrar-se e que, para evitar dissa-

bores de maior á Universidade, melhor era evitar as aulas do dia seguinte.

O reitor não quiz ouvir, apezar da conferencia ter sido muito demorada, e em que as instancias d'esse lente não eram justificadas por espirito de covardia, mas pela consciencia em que estava de que a academia não faltaria ao prometido. Se o reitor não tivesse de ser casmurro já por conta do governo, o protesto dos estudantes teria sido numa grande parte prejudicado.

E digo isto porque de todas as manifestações academicas aquela que mais fundamente ha-de ficar no meu espirito é a imponente e grandiosa exaltação da academia nessa manhã nos Gerais. Frente a frente com cada um dos trez lentes que acima vieram para as suas aulas, a academia, tomando-os como simbolo da propria Universidade, remessou-lhes o seu protesto, gritado alto com independencia e firmeza e mais acentuado ainda na sua decidida recusa em entrar nas aulas.

—Fora! Fora!—gritava-se. E era esta a unica palavra que se ouvia, vibrada com febre, atirada com violencia para o ar, na condenação de todo um regimen de autoritarismos e de iniquidades. Nada que possa compa-

rar-se em entusiasmo, em sinceridade, em audacia, a essa superior afirmação d'uma mocidade ardente, em que a vida explodia sem compressões ridiculas de convencionalismos. Fora! Fora! — Nada de grilhetas, de humilhações e de superioridades olimpicas; para traz toda a velha Universidade de D. Diniz; abaixo o ensino autoritario e sem intuitos largamente humanos. Fora! Fora! E a exclamação admiravel, ecoando pelos claustros, reboando no interior das aulas, descendo até abaixo ao gabinete dos lentes e chegando cá fóra indistincta já mas ainda quente e sincera e audaciosa, foi bem a sintese da alma d'aqueles rapazes, no seu sentimento de exaltação pela verdade e pela justiça.

Ante a firmeza da academia recuou logo a Universidade, interrompendo as aulas e d'ahi a pouco fechando-as oficialmente, com o aviso da retirada forçada da academia para além de não sei quantas leguas em torno da cidade. Foi então que os estudantes, tendo feito sucessivas reuniões em que se concertaram varios planos e se afirmavam sempre decididos na sua atitude de protesto, partiram para Lisboa.

A viagem fez-se silenciosamente, sem o

mais pequeno episodio alegre, como se o espirito de todos se tivesse concentrado naquela ideia fixa de que se não podia tomar ar, estender os braços, dar uma risada franca e perfeita, sem que dos hombros nos alijassem o peso d'aqueles seculos de Universidade, que nos acabrunhavam.

De resto cada um de nós sentia a necessidade de mostrar, bem em evidencia, a intenção das nossas reclamações, para que lhes não atribuissem outras para deshonra do nosso protesto. A nossa chegada e entrada em Lisboa tam serenamente se fez, sem vivas, sem palmas, que chegou a merecer os reparos criticos até d'aqueles por quem mais fomos recebidos em simpatia. E certamente, ante esta atitude, que assim foi mantida, os graves e ponderados conselheiros pensaram pela primeira vez que a academia de Coimbra era mais alguma cousa do que uns centos de rapazes inquietos perturbando a ordem e a quem era preciso reconduzir quantos antes á boa rasão.

Um dos motivos que levara a academia de Coimbra a Lisboa fôra o desejo de ouvir uma lição de Direito ao professor Teofilo Braga.

Esta ideia approvada em assembleia geral da academia havia sido lembrada por mim.

É certamente esta uma das agravantes do meu crime contra a Universidade. Só por este facto a não oculto, que de resto a unanimidade na sua aprovação e o entusiasmo com que a pozeram em pratica bem demonstraram já quanto ela estava no espirito de todos os estudantes.

O governo fechara-nos a Universidade, interrompendo o trabalho escolar. E a academia de Coimbra, livre uns momentos do ensino oficial, praticava o acto revolucionario de eleger um professor para lhe ouvir uma lição, na impossibilidade de lhe ouvir um curso completo e esse professor era escolhido exactamente entre os excomungados por essa mesma Universidade que se envergonhara de o ter por lente.

Teofilo Braga representa ainda hoje, pela sua honestidade de trabalhador, pela lucidez do seu espirito critico, pelo seu alto valor filosofico, o mais vivo protesto, implacavelmente erguido sempre, contra aqueles que entendem que o brilho da inteligencia se afirma na côr berrante dos seus capelos. E a academia de Coimbra, consciente nas suas aspirações não

fez mais do que frisar mais uma vez que a questão da Universidade não é apenas uma questão de remodelação do ensino, mas e muito notavelmente uma transformação dos próprios professores.

De volta a Coimbra, nos separamos todos, aguardando os acontecimentos e afirmando, apezar de distantes um dos outros, a nossa solidariedade neste movimento de protesto.

Que fez o governo e que fez a Universidade durante esse espaço de tempo? Que resoluções foram tomadas, num proposito digno de atenuar a má organisação do ensino? Que medidas se executaram para reorganisar, num metodo mais racional, o absurdo sistema universatario? Que tentativas se fizeram para anular o fôro academico? Que fez o governo e que fez a Universidade?

Um processo de policia academica contra alguns estudantes.

Nesse processo em que eu fui abrangido, a acusação entreteve-se a pôr os factos como bem entendeu. Acusado sem conhecer os pontos em que eu era atacado, as supostas provas que se erguiam contra mim, que factos particularisados tinham dado como elemento para

condenação, eu não podia logicamente apresentar uma defeza que merecesse este nome.

O meu crime era esse. Outros detalhes inventados eu não os podia prever, para que d'eles me defendesse. Assim ainda hoje eu não sei opôr-lhes, por os não conhecer completamente, senão a especie de defeza que, apoz a intimação oficial, remeti para a Universidade:

Ex.mo snr. Reitor da Universidade

Por mandado de V. Ex.a acabo de ser intimado para produzir a minha defeza por escrito num processo de policia academica em que sou acusado como um dos principais autores dos factos a que chamam na Universidade "de insubordinação, injurias, faltas de respeito e violencias praticadas contra os professores da Faculdade de Direito, dentro e fóra das Escolas, nos dias 28 de fevereiro ultimo e 1 de março corrente, por ocasião do acto de conclusões magnas do licenceado José Eugenio Ferreira."

O documento que me foi lido pelo agente da autoridade não me dá senão esta noticia

do processo, que segundo os tramites da Universidade é secreto.

Considerando pois:

1.º Que ha uma extraordinaria imprecisão dos factos de que me acusam, os quais não aparecem destacados e claros de modo a orientar a defeza;

2.º Que a falta de publicidade da acusação, ou pelo menos a falta do meu conhecimento d'ela, em todos os seus pormenores, me impede de responder diretamente ás provas, pois é nisto que consiste a defeza, visto, conforme ainda tiveram tempo de me ensinar na Universidade, ninguem ser obrigado a provar a inocencia mas a destruir as provas de acusação;

3.º Que eu não conheço ao menos os nomes das testemunhas que contra mim possam ter deposto, quando não conheça já os seus depoimentos, achando-me assim impossibilitado de declarar como suspeitas as que possam ter comigo situações de inimizade ou que, pelo seu mau caracter, não sejam dignas de credito, o que tudo constitue um direito do acusado;

4.º Que me falta um defensor em quem eu possa ter confiança, escolhido por mim proprio como a lei comum garante ainda aos assassinos da peior especie, para no debate oral dos factos de que sou acusado os impugnar e tudo quanto até esse momento possa surgir como elemento de apreciação;

5.º Que o movimento da academia de Coimbra é um movimento de protesto contra a Universidade tal como ela se encontra actualmente organisada e que neste processo se ofende assim um principio elementarissimo de Direito que impede que qualquer pessoa ou instituição seja ao mesmo tempo juiz e parte na mesma causa;

6.º Que tudo isto é anti-juridico e que a defeza por escrito não poderia nestas condições ter valor algum;

Declaro:

que eu, como qualquer outro estudante que por ventura venha a ser julgado academicamente, me encontro impossibilitado de me defender perante a Universidade emquanto existir o fôro academico.

Porto, 22 de março de 1907.

(a) *Campos Lima.*

III

REINCIDENCIA

Emquanto o meu processo corria e se preparava a minha condenação a dois anos de expulsão, isto é o equivalente a trez anos perdidos, incorrigivelmente insistia eu na pratica do crime.

De modo nenhum me amoldara á vontade dos lentes que a todo o transe prefeririam ver-me vergonhosamente curvado numa submissão deshonrosa a continuar a ter-me frente a frente, sem que a dignidade tivesse perigado, mas o mesmo rebelde de sempre. Nenhum d'eles se eu me humilhasse, pedindo-lhes desculpa, isto é se me deshonrasse, se fizesse rastejar na lama o meu nome, se o cobrisse bem de oprobrio, me recusaria amanhã a sua mão.

*

Mas eu preferi não apertar essa mão que assim se dá sem repugnancia aos que sabem descer ao ultimo grau da escala humana.

Por isso, processado primeiro, condenado depois, pesando sobre mim a perseguição universataria, — reincidi.

E já que estou em maré de confissões não quero furtar duas peças importantes d'este processo. A vêr se o conselho de decanos se resolve a remeter-me definitivamente para a Penitenciaria.

Discurso proferido no comicio publico promovido pelos estudantes e realisado no Porto, no dia 17 de março de 1907:

É um dos principios mais elementares da estrategia seguido pelos generais, ainda os de menos largueza de vistas, procurar em qualquer combate dividir o inimigo. Foi o que fez a Universidade á academia de Coimbra, separando-a, dissiminando-a pelo paiz, atirando-a em todas as direcções para os pontos mais diversos, para que entre os estudantes se quebrasse o laço de solidariedade que os unia na resistencia contra as velharias e autoritarismos do ensino oficial. Mas, emquanto a Universidade, que na pessôa dos seus lentes fugira vergonhosamente ante o protesto altivo e vibrante da academia, se encurralava naquele casarão sombrio que é ainda hoje a vergonha

de nós todos, os estudantes espalhados, empurrados para fóra de Coimbra por um decreto do governo, nem por isso desmancharam a sua atitude de firme oposição, de decidida e consciente hostilidade contra tudo quanto de mau e improgressivo na Universidade existe. E este comicio tem assim uma alta significação: vem mais uma vez confirmar publicamente que os estudantes de Coimbra, passados já tantos dias sobre o encerramento da Universidade, depois de toda a ordem de boatos que téem corrido sobre a pressão autoritaria e vexatoria que pretendem exercer sobre eles, continuam, embora separados fisicamente, unidos em espirito, na mesma aspiração e no mesmo protesto por um ensino racional e livre, como na hora em que a reprovação do dr. José Eugenio Ferreira os atirou para a rua numa manifestação de antipatia contra os dogmatismos e rigores catedraticos.

Uma outra razão d'este comicio, a que foram chamados não só os estudantes mas todo o publico, é que este movimento não é exclusivamente academico mas pertence a todos. Entre os grandes problemas que devem interessar a alma d'um povo, ou a d'aqueles que pelo povo tenham de interessar-se, é sem du-

vida a causa da instrução, porque é da instrução que resultam os maiores males da vida social. Por isso os estudantes de Coimbra se dirigiram ao paiz, explicando o seu acto e mantendo publicamente a sua atitude de protesto contra o actual regimen de ensino.

A imprensa tem por tal fórma desvirtuado, por noticias as mais contraditorias, a significação do movimento dos estudantes, que a primeira coisa a fazer tem de ser necessariamente a historia do inicio d'esse movimento. Alguns jornais atribuem a este movimento um caracter politico e alguns fazem insinuações mais torpes e isto porque a imprensa em toda a parte não serve os interesses do publico e é apenas uma imprensa dos partidos. É preciso antes de tudo restabelecer a verdade dos factos.

Do movimento dos estudantes téem os jornais feito para o publico apenas o protesto contra a reprovação do dr. José Eugenio Ferreira, como se este facto por si só pudesse unir e erguer toda uma academia e mantê-la até agora no seu proposito altivo, sem ter recuado um passo. A que distancia nós estamos já do caso do dr. Eugenio Ferreira. Se ele proprio aqui tivesse vindo, ele teria como

nós esquecido já o motivo ocasional de todo este movimento, e ele viria como qualquer de nós verberar não pessoalmente os homens a quem deve uma reprovação injusta mas a propria instituição que permite tais factos.

E se ele realmente aqui não está é apenas para com a sua propria presença não servir a que mal intencionados deturpem a significação da nossa atitude que tem um caracter mais geral, que não pode ficar apertada nas linhas estreitas da defeza dos direitos d'um só homem. E eu posso afirma-lo com a maior convicção, porque foi esta a atitude que José Eugenio Ferreira tomou logo apoz a manifestação que acabava de ser feita nas ruas de Coimbra desde o pateo da Universidade até á porta de sua casa. No discurso em que da janela ele se dirigiu aos estudantes, José Eugenio Ferreira soube logo, com a altivez do seu espirito independente, desviar-se do seu caso particular, para abranger em toda a sua amplitude, a grandeza d'aquele protesto.

A insinuação de que o movimento era republicano ou maçonico, tem apenas a explicação de que da parte da Universidade e do governo ha todo o proposito de tirar a estas manifestações o seu caracter colectivo. Em

ultima analise, porque José Eugenio Ferreira é republicano e maçon, quer-se significar que todo o movimento é obra d'ele proprio, como se tal pudesse conceber-se por maior que fosse a inconsciencia da geração academica a que pertenço. Por mim e pelos meus colegas protesto contra essa insinuação.

Mas, por muito pouco que o acto do dr. José Eugenio Ferreira valha já no actual movimento academico, eu tenho de a ele referir-me, para explicar como ele foi o ponto inicial, o pretexto de toda a agitação que se deu em Coimbra. Como se explica efetivamente que a academia de Coimbra só em dado momento se una e proteste, com largos intuitos, contra o sistema de ensino? Se realmente é esta a significação do movimento porque não irrompeu ele ha mais tempo?

O que é verdade é que no espirito de todos ha muito andava uma antipatia pronunciada pelo regimen universitario. Era até curioso que a academia de Coimbra, desunida em tantos pontos de vista, havia um só em que sempre estava d'accordo — era quando dizia mal dos lentes. Era preciso porém o pretexto, o sinal dado, para que todas aquelas almas vibrassem no mesmo grito de justiça e

de revolta. Esse pretexto, esse sinal, fôra o acto de José Eugenio Ferreira. Mas fôra apenas isto.

Tudo concorreu para que os factos se dessem por esta forma. Muito antes do acto de doutoramento se sabia que o José Eugenio Ferreira era antipatico aos lentes, pela sua atitude de independencia mantida nas aulas, sem capachismo e até por vezes de aberta hostilidade á cátedra. Constava que já em licenciado só por covardia os lentes o não tinham reprovado, pois então ainda na Universidade estavam muitos estudantes que, por contemporaneos do candidato, o conheciam mais de perto e dos quais mais facil era de supôr-se um movimento de resistencia. Tudo isto despertou um natural interesse nos estudantes e chamou quasi toda a academia á Sala dos Capêllos.

O que esse acto foi quasi não pode calcular-se. O reitor da Universidade disse a uma das comissões academicas que aquele acto de doutoramento fôra um acto de licenceado e um acto de licenceado apertado.

O acto de licenceado é a verdadeira prova do saber do candidato e a tal prova ele já fôra submetido, obtendo distinção. O acto de

doutoramento é, como a lei claramente o exprime, um acto de ostentação. Quer dizer: primeiro o candidato mostra os seus conhecimentos, depois, como prova de que não tem aquilo armazenado no cerebro e gravado á força de estudo, o candidato mostra os seus dotes de inteligencia. Ora os lentes repetiram-lhe o acto de licenceado, acto de perguntas e e respostas, para que o dr. José Eugenio Ferreira fosse a cada passo embaraçado na sua exposição e não lhe fosse permitido mostrar o brilho do seu talento e toda a audacia do seu espirito novo e rebelde.

Por vezes esse acto revestiu até um aspecto de irritante animadversão contra o candidato. A mim um lente de teologia, que assistiu a parte do interrogatorio, me disse logo quando o conflito academico surgiu e referindo-se aos lentes: «Não sei se a reprovação é justa. Não assisti a todo o acto, nem tenho competencia especial para avaliar com justeza esse acto. Mas o que é verdade é que podiam para com o José Eugenio Ferreira ser bem creados. Chegaram a trata-lo mal.»

Foi um acto de licenceado, bastante apertado e trataram-n'o mal. Não sou eu quem o

diz. É o reitor da Universidade e um lente de teologia.

Nesse acto a discussão versou por vezes sobre coisas secundarissimas, afastando-se os professores dos pontos principais da tese, em rabulices de lente. Um agarrado aos cartapacios do seu querido Direito Eclesiastico, comovia-se ante as heresias do candidato e, em vez de argumentos, atirava-lhe á cara lagrimas como punhos. Outro, em gestos de dama dengosa, torcia burlescamente o dorso, exprimindo a sua perturbação como se o Direito Internacional tivesse alguma coisa de ethereo, vaporoso, ideal, inatingivel, como um sonho de amores passado longe da terra, fóra da vulgaridade de *toda a gente*. Um terceiro agitava triunfante o punho, arremessando artigos do codigo, como quem nos pretendia esmagar sob o peso da legislação do reino, desde o principio da monarchia. Emfim a Universidade, com a sua decrepitude, cheia de achaques, com birras proprias da edade e pretensões ridiculas de velha gaiteira, ali se nos mostrou em toda a sua irritante inutilidade. E ela que em actos de protegidos ainda consegue encobrir, em torneios quasi combinados, a falta de presteza para tais combates, então que se tratava,

fosse como fosse, de se reprovar alguem, não pôde deixar de se dar tal como é, vesga, desdentada, idiota.

Por isso a academia de Coimbra lhe riu alto na cara, com borlas, capelos, charamela e tudo. Bem recomendava o reitor, instigado pelo infatigavel dr. Calisto — *serenidade, ordem, comedimento;* de todos os lados irrompiam as gargalhadas sublinhando as passagens mais grotescas. Até os senhores reis da sua alta galeria se riram com o seu ar cinico de estafermos.

Assim, mesmo antes da reprovação, começou a lavrar pela academia um movimento de hostilidade contra tudo aquilo. No dia em que veiu a decisão, a Universidade estava cheia de estudantes. E a manifestação academica começou assim com toda a imponencia d'uma manifestação unanime.

Mas é de notar que logo nesse momento a manifestação não teve um caracter exclusivo, como o que se lhe quer atribuir. Logo á Porta Ferrea de envolta com os vivas ao candidato se ouviam estas exclamações: cursos livres, queremos cursos livres e a remodelação do ensino. Nas ruas da Baixa, defronte depois da casa do candidato e á noite na reunião acade-

mica o mesmo grito se repetiu com toda a sinceridade de homens novos, e por ele foram os estudantes a Lisboa. O movimento alargou-se então e começou a interessar outras classes e hoje não póde ficar restrito ao simples caso d'uma reprovação, a qual só vale como facto tipico do que se pratica na Universidade.

Mas uma classe faz neste momento excepção ás outras. Não entra na discussão com um espirito independente e scientifico, mas materialmente considerando-a como uma questão de estomago. Refiro-me aos comerciantes de Coimbra. O comercio de Coimbra não trata os estudantes senão como uma mercadoria. Assim o demonstrou já quando no principio do ano letivo passado se impoz, querendo que a academia fosse para Coimbra, com risco da sua saude, na occasião em que ali grassava a variola, e em termos até de vitimar uma parte dos estudantes, e lá se ia de vez a preciosa mercadoria. Agora em vez de tratarem os factos, por um ponto de vista racional e filosofico e reclamar do governo atenda á sua situação economica e a remedeie por outro processo, véem declarar que protestam contra a separação da faculdade de Direito. Mas que

podem eles entender d'isto e que é o seu interesse perante os interesses da instrução que sam os do paiz inteiro?

A questão deve ser tratada unicamente sob o ponto de vista scientifico. Ora precisamente um dos factos que se impõem é esse da separação do estudo do direito. Eu tenho porém um outro criterio do que tenho visto ser apresentado: essa separação não deve ser feita materialmente, como quem parte uma melancia ou um queijo; deve ser pelo contrario a metodisação do ensino de direito e como tal a separação do que é direito do que é legislação.

Na Universidade actualmente não se ensina propriamente o direito, decora-se a sebenta e armazena-se á força no cerebro dos estudantes artigos de codigo. D'ahi o ficar prejudicada a independencia e o desenvolvimento intelectual dos alunos, desaparecendo da faculdade de direito todo o espirito scientifico.

O direito não é nem póde ser o que anda cristalisado nas formulas legais. O direito é um fenomeno natural, que sofre transformações como todas as coisas da vida e, como tal, é um fenomeno de observação que deve

analisar-se scientificamente. A legislação não é senão o registo, sempre imperfeito, d'uma dada fase juridica, mas que só póde valer como documento historico. Fóra da lei e acima da lei, a sociedade, na sua correlação de interesses, ante a constante transformação da vida, vai modificando o seu *processus*, equilibrando os seus antagonismos, moldando-se a novos estadios evolutivos. A vida social é tam complexa, abrange um sem numero de relações, que só por supina ignorancia se poderia conceber que o legislador poderia acompanha-las todas no seu grau juridico, sucessivamente modificado.

Por vezes a lei é até anti-juridica e nesse caso nem vale como documento historico. Dizem sumidades já embolorecidas que a lei tem sempre uma grande missão social e que ela está e aparece antes dos factos juridicos e que serve para preparar a sociedade, modifica-la, i-la conduzindo á pratica juridica, indo recuando á medida que a sociedade vai cumprindo voluntariamente a regra que a principio tinha caracter coativo. Que, assim, ham-de um dia dasaparecer todas as leis, mas só depois de realisarem o seu papel educativo. Mas afinal é o contrario. A lei aparece quando já

na sociedade se manifesta a tendencia juridica, quando essa tendencia se convertera em facto. Pois não está o legislador antes da lei? E em que se inspira ele senão na propria sociedade? Que é ele senão o resultado das tendencias do seu meio?

E quantas vezes a lei não é senão a satisfação dada pelo estado ás reclamações do povo? Quer isto dizer que o povo atingira já a noção juridica.

Se a lei é por essencia juridica, como se explica que muitas vezes ela não tenha vida propria, se adultere e perca a sua primitiva significação nas mãos dos seus interpretadores oficiais? Ha leis que caem em desuso. Que quer dizer isto? Que uma situação juridica se creou independentemente da lei e que já não consente, por antagonica, a norma expressa pelo legislador.

Outras leis vivem porque a coação social as impõe. Pois não se fazem já hoje gréves para que tal e tal lei se cumpra?

As leis pois em ultima analise não sam senão coisas vagas, que só a vida da sociedade anima, mas que se apagam desde que a sociedade deixe de vivifica-las.

Não, é falso o dizer das tais sumidades. O

aperfeiçoamento da sociedade faz-se independentemente da lei e contra a lei. Esta não faz senão cristalisar e esterilisar o direito. E o direito não é senão a relação de equilibrio entre os varios elementos sociais, alguma coisa de parecido com a afinidade na chimica.

O estudo pois do direito e o estudo da legislação sam coisas diferentes. Um demanda inteligencia e é altamente educador, o outro apenas memoria e é puramente mecanico. Um é profundamente filosofico, o outro um simples exercicio como a taboada.

Ao que a academia de Coimbra aspira pois é á metodisação do ensino. Que se criem cursos especiais para a advocacia, tabelionato, etc., e que um curso superior, com carater scientifico ensine o direito, para servir de orientação e de criterio inteligente ás futuras gerações do paiz.

Este comicio não póde ser a expressão de interesses particulares. Tudo quanto contra os estudantes a Universidade venha a fazer-se por causa da sua atitude não deve discutir-se ali, porque é assunto a resolver particularmente pela academia. Este comicio norteia-o um sentimento mais elevado: o da aspiração d'almas

novas por alguma coisa de mais justo e mais perfeito.

Por isso neste momento em que acabam de comunicar-me que contra mim corre já um precesso na Universidade e vou ser dos irremediavelmente condenados a expulsão, eu insisto em que, seja qual fôr a atitude da Universidade para com os estudantes, a nossa é que não póde deixar de continuar a ser a d'homens que, oprimidos por um sistema de ensino anti-scientifico, sem bases racionais, protestam pela libertação da sua mentalidade sufocada sob a pressão dos codigos e da cátedra.

*

Discurso proferido na reunião magna dos estudantes de Lisboa, realisada na vespera da reabertura das aulas, a 7 de abril de 1907:

Como o ilustre conselho dos decanos levou a sua condescendencia para comigo até ao ponto de me não desterrar para Timor ou restabelecer para mim as fogueiras da Inquisição, aqui me téem os meus amigos, como sempre, de animo seguro e coração cheio de entusiasmo, mantendo a mesma atitude de protesto contra a velha e jesuitica organisação da Universidade.

Na sua sêde de vingança, no seu espirito acanhado de homens que não comprehendem a justiça, os lentes podem a estas horas julgar-se senhores dominadores e victoriosos, calcando com a bota escravos submissos, que nem por isso a voz altiva e sincera d'aqueles que téem o orgulho de serem novos e como novos pensarem e sentirem, deixará de conti-

nuar a ouvir-se, vibrante, energica, impetuosa como a propria Verdade. No coração dos rapazes não pode abrigar-se nunca, com a consistencia que só se encontra nas almas endurecidas, o sentimento da covardia. Emquanto, receosos, acobertando-se por detraz de todas as ciladas do fôro academico, os lentes fogem a defrontar-se comnosco, num combate leal, frente a frente; os estudantes, pelo contrario, souberam manter sempre a sua atitude honesta e independente, como de quem tem a alma limpa e a consciencia tranquila.

A mocidade pode ter por vezes um certo alheamento das coisas e de si propria, ir ao sabor dos seus impulsos juvenis, absorvida em preocupações proprias da edade, gastando desprevenidamente a vida, abafando no prazer emoções que, dirigidas para um fim mais nobre, poderiam aproveitar-se para uma obra generosa e social; mas quando a mocidade repara e atende num facto, quando se apaixona por ele, não haja duvida de que sabe sempre merecer aquelas admiraveis palavras de Zola por ocasião do protesto Dreyfus, que ela sabe ser digna, que ela sabe ser justa.

Sobre eles, esses velhos antes do tempo, a quem o espirito universitario tornou caducos

logo no momento em que subiram o primeiro degrau da cátedra, sobre eles, esses velhos caturras, arredados da vida, nós temos a extraordinaria vantagem de sermos novos. E é como novos, com todo o fogo e impetuosidade dos nossos poucos anos, que temos vindo a lavrar a condenação solene d'essa instituição que não é já do nosso tempo, d'essa Universidade autoritaria e jesuitica que pesa sobre a nossa consciencia como um aviltamento; d'essa Universidade que é preciso derruir para que uma outra surja, inteiramente nova, amplamente livre, em que professores e discipulos não sejam mais do que uma familia unida e amiga, cumprindo os seus deveres no completo e absoluto goso dos seus direitos.

Que a Universidade precisa d'uma reforma radical, d'alto a baixo, é já hoje uma verdade geralmente reconhecida. Não ha ninguem que por lá tenha passado, a não ser que seja dotado d'uma crassa estupidez, que não compreenda que é ela um dos principais factores da depressão moral e intelectual do paiz.

Autoritaria e ridicula, ela conserva ainda cuidadosamente as tradições do seu passado, desde o olhar feroz e sombrio do Pedro Penedo até ao culto cerimonioso e teatral da

Imaculada Conceição. Porque a Universidade de Coimbra, é uma Universidade catolica, com todos os defeitos do espirito religioso, intolerante e dogmatica, fugindo a todo o debate de ideias, racional e livre, como aconteceu com as teses de José Eugenio Ferreira, em que cautelosamente os lentes evitaram os pontos mais revolucionarios, como tem acontecido nas teses de todos os espiritos independentes que se defrontaram com os doutorais, como aconteceu com esse a quem na Universidade se chama «um ignorantão» e que é expressão mais bela do caracter e da inteligencia, o sr. dr. Teofilo Braga.

Por isso na Universidade é uma coisa natural o culto da Imaculada Conceição. O que lá não ha é o culto da sciencia, o amor á verdade, a paixão pela justiça. Resa-se á Virgem...

No entanto não levam os lentes a sua sujeição pelas coisas antigas até ao ponto de seguirem todas as prescripções da Biblia. Sam muito mais humanos. Já não punem pela falta d'um só homem a humanidade inteira. Foi mesmo pelo contrario que procederam agora, preferindo pelos actos de nós todos, os estu-

dantes de Coimbra, tornar responsaveis apenas sete rapazes.

Nós ainda assim para com eles procedemos com outro criterio. Não os reputamos a eles os unicos autores d'este crime monstruoso que se vem praticando na Universidade — a deformação do caracter e da inteligencia dos que por lá passaram — sam eles esses autores, mas sam também os governos e seriamos nós mesmos, os estudantes, se não nos tivessemos erguido no nosso movimento de protesto e se não o mantivermos sempre altivo até ao fim. Porque o mal está na propria instituição universitaria, que assim amolda e dá uma feição de confraria cerrada e impenetravel a esses emproados sabios de opereta, que, depois de enfardados nas vestes doutorais, se entronisam numa vaidade idiota e ridicula e se afastam de tudo quanto em volta palpite de vida activa e inteligente. O mal está na organisação da Universidade. Essa é que é preciso remodelar e é isto que constitue a nossa questão.

Uma das maiores monstruosidades universitarias é o fôro academico. Basta para isso ver a maneira como a Universidade agora se comportou comnosco. Mas eu não me refiro a este caso das expulsões senão sob um ponto

de vista geral, e apenas como um exemplo concreto, uma prova que a Universidade quiz dar a publico de como se faz a justiça naquela casa.

O processo organisou-se secretamente. Secretamente foram chamadas a depôr as testemunhas. Assim fomos acusados.

Mas não se limitaram a pôr a acusação contra nós naquilo de que não precisavamos de nos defender, porque não era mais do que a nossa atitude honesta e independente. Fizeram mais: quizeram colocar-nos numa situação miseravel e suja de gente sem dignidade. E se nós não precisamos de defender-nos do que consideramos um acto honesto, teriamos, se assistissemos ao depoimento das testemunhas ou á acusação oficial, protestado contra o que tivesse tido por fim ofender-nos no nosso caracter.

Além porém do que appareceu agora a publico para desdouro do nosso nome, alguma coisa se fez ocultamente e que vai passando de boca em boca, para que assim se vulgarise, pela falta de coragem moral que os lentes téem em o manifestar em publico. Assim relativamente a mim atribuiram-se-me num discurso referencias indecorosas ao professor Vil-

lela, referencias que podem passar como *blague* pelas mezas dos cafés mas que nenhum homem digno reproduz ante o publico, demais a mais sem provas.

Repilo com toda a altivez de que possa ter dado provas pelos meus actos, como estudante e como homem, a calunia que pretende atirar-se sobre o meu nome. Todos os que me conhecem sabem bem que eu seria incapaz de vir lançar em publico uma insinuação torpe, tocando pontos de honra da vida de um homem, sem sequer ter a convicção do que dizia. Demais a mais as referencias que me atribuem ao professor Villela sam obscenas, não poderiam ter sido ditas sem termos grosseiros, diz até o processo universitario que injuriosos, e os que me conhecem sabem bem que nunca em publico eu ataquei ninguem servindo-me da linguagem repugnante dos canalhas. Não o fiz, não por consideração para com o professor Villela, mas por consideração para comigo e para com os estudantes que me ouviam em baixo, e, quando mais não fosse, por delicadeza para com as senhoras que estavam pelas janelas.

Mas se repilo essa infamia, por brio da minha propria dignidade, já que não pode ser

por homenagem á dignidade do professor Villela, nem por isso isto significa que não aceito toda a responsabilidade do que em violencia, em ataque directo á Universidade, eu puz nesse discurso.

Não preciso defender-me nem quero. Escuso, pois, de perfilhar também a declaração d'um jornal de Lisboa que me dá como um inofensivo, um anarchista teorico, mas que na pratica sou um rapaz ordeiro. Claro que na vida humana, nas relações sociais, sou pela ordem, quer dizer sou pela liberdade equilibrada, pela justiça, pelo amor, pela fraternidade, — isto é sou pela anarchia. E, porque ser anarchista é isto, sou, não um teorico, mas um anarchista pratico.

Porém, não quer isto dizer que eu não julgue necessaria, não a aplauda e não a acompanhe mesmo, a risistencia violenta e revolucionaria. Nós vinhamos a Lisboa para este fim apenas: demonstrar, como o faremos sempre, a justiça do nosso movimento de protesto. E para que nos ouvissem melhor, para que distinguissem bem as nossas palavras, nós não quizemos que elas fossem perturbadas pelas palmas e pelos vivas, para que ainda essas palavras valessem como alguma coisa

de reflectido e ponderado e a nossa manifestação se não confundisse com uma recepção de tunas bohemias, mas fosse bem a demonstração de que a nossa mocidade se continha naquele momento como num aviso significativo de que mais tarde, quando despresada e calcada, se havia de erguer com toda a impetuosidade do seu sangue quente. E se algum dia a mocidade se levantar num rasgo audacioso e independente e vier até á praça publica para mais alguma coisa do que para fazer discursos, ela sabe perfeitamente que eu estarei com ela, como ela actualmente está comigo e com os meus colegas expulsos.

Por mim e por eles, e em nome da comissão dos estudantes de Coimbra no Porto, sem lhes agradecer o que é apenas o cumprimento do seu dever, eu os aplaudo (tome nota a Universidade) a esses rapazes das escolas portuguezas que vam manejar ante os dirigentes a arma terrivel da gréve.

A nossa gréve pode para alguns parecer que não tem importancia. Nós não somos produtores, não vimos prejudicar fundamente com a paragem das aulas os interesses da sociedade. Uma gréve de padeiros, bem orientada, exerceria uma pressão maior de que a

nossa, dominando pelo prejuizo dos interesses da coletividade.

Pois bem, é exactamente em a nossa gréve se não impôr por ofensa de interesses materiais, em ela não dominar pela força do estomago, que ela é grande e bela se vier a impôr-se pela força da razão. Não é uma gréve de braços recusando-se a um trabalho mal remunerado, é uma gréve de consciencias recusando-se a pactuar com uma iniquidade. Tem este grande valor moral.

E ela saberá impôr a verdade e a justiça dos nossos protestos contra o ensino oficial e opressivo.

Termino dirigindo pois uma saudação a todos os estudantes, declarando que apesar de a Universidade me despedir como um creado que não serve, porque realmente eu para lacaio nunca servi, apesar d'isso, lhes não dirijo o meu adeus. Expulso, eu continúo a acompanha-los nos seus protestos, a estar com eles nas suas reclamações, porque ha uma coisa que os acompanha e de que não posso apartar-me nunca e que é a minha propria consciencia.

IV

A EXPIAÇÃO

Como nos romances de capa e espada este capitulo é tenebroso. Treme-me a mão ao assinalar no papel os lances tragicos e aventurosos em que eu andei, qual José do Telhado correndo a sua sina, sob a perseguição intemerata dos guardalhões da ordem.

Não sei se um dia virei a entrar na galeria dos criminosos celebres, ao lado de notaveis assassinos e quadrilheiros. Se assim não acontecer faz-me a historia uma grande injustiça. Os homens do meu tempo, nos quais deve inspirar-se todo o cronista consciencioso assim me consideraram e nem foi por outra coisa que as justiças d'el-rei, no seu alto mis-

ter preventivo e reparador, me lançaram a sua mão vingativa. Isto se diz prevenindo escrupulos do leitor não habituado a historias de aventuras perigosas.

Foi o caso que, logo apoz a sentença condenatoria que me roubava um ano do meu curso e me impedia a matricula durante os dois anos seguintes, um impeto de revolta entrou de preparar-me para grandes emprezas crueis, planos de vingança, desforços pessoais, o diabo. Assim pelo menos o imaginou a autoridade que nunca mais largou de sobre mim o seu olho vigilante. Parece que pelas esferas da policia se temia que eu incendeasse a casa d'algum lente.

Um belo dia tomo apressadamente o meu bilhete no rapido para Lisboa. Claro que não houve logo duvidas de que eu ia mas era a Coimbra praticar algum crime. A minha malêta, cheia de roupa branca, devia ter causado sérias suspeitas.

Mas um remordimento de consciencia, ou torpe sovinice, (não ficou isto ainda bem a limpo na policia) me fez aproveitar o resto do bilhete até Lisboa. Não sei se estabeleceram um cordão de vigilancia em volta do sr. João Franco e se pozeram a municipal de preven-

ção, o certo é que em Lisboa, durante os trez dias que por lá andei a passear os meus remorsos, varias caras atrevidas d'agentes da ordem, disfarçados pacificamente, me torceram o nariz refilão, na ingrata tarefa que lhes distribuiram de me seguir desabaladamente por toda a parte.

E foi por esse tempo que, em congregação com mais quatro dos estudantes expulsos, outros facinoras como eu, assentamos num plano. O qual plano consistia no seguinte:

No dia 8 d'abril á academia de Coimbra eram abertas de par em par as portas da Universidade, excepção feita para nós os condenados pelo fôro academico. A academia porém, ferida na sua dignidade, ia protestar pela *greve* contra a sentença que nos ferira.

Pela nossa parte competia-nos por egual lavrar o nosso protesto, impugnar por algum acto a decisão tomada pelo conselho de decanos. Quando toda a academia entrava num movimento de oposição declarada ao regimen do ensino oficial não podiamos nós, indicados pelo dedo justiceiro da Universidade como os maiores revoltados, ficar de largo a olhar a frio os acontecimentos.

Claramente que esse belo movimento da

greve, tam grande e admiravel que só então sentimos cada um de nós a nossa condição de expulsos por não sermos d'entre os grevistas, ia ser o protesto mais eloquente da academia portugueza. Para o efeito social não se precisava em nada da nossa cooperação, que nunca sete vozes fizeram falta onde se ergueram milhares d'elas. Mas era para nós naquele momento uma questão de consciencia o participar por egual no protesto dos estudantes. Mas como?

Havia um modo de o fazer. A expulsão implicava a não permanencia dos expulsos na cidade de Coimbra: partiriamos pois para lá, imfringindo assim o fôro academico.

Esta resolução não chegou a ser discutida porque surgiu espontaneamente no espirito de cada um de nós. O que levou tempo a deslindar foi a maneira de a pôr em pratica. Os automoveis dificultavam-se nas *garages* com o pretexto de desarranjos havidos, alugueis de repente, etc., e só em automovel nós tinhamos probabilidades de entrar em Coimbra. E o tempo ia passando sem que o embaraço desaparecesse.

Ao rapido nos fomos despedir dos rapazes que partiam para Coimbra e, como á hora do

comboio da noite ainda nada estivesse assente sobre os meios de locomoção e não suportassemos mais demoras, atiramo-nos para o fundo d'um compartimento de segunda, confiados ao espirito perspicaz da policia. Impedidos em qualquer estação de seguir viagem e postos á disposição da autoridade, em nada isso atenuaria a significação moral do nosso acto. E assim partimos convencidos de que em qualquer altura da linha nós teriamos a visita amavel dos agentes da ordem.

Efetivamente, a corroborar as nossas presunções, uma caracteristica cabeça de *bufo* nos apareceu á portinhola da carruagem, ainda mesmo na estação do Rocio. De resto assim era de prever, tam vigiadinhos nos tinha trazido o sr. João Franco nessas ultimas horas de Lisboa.

Atiramos despreocupadamente o moido corpo para as bancadas e, sem cerimonias, começamos industriando os nossos companheiros de viagem sobre a nossa situação. Iam comnosco e em direção ao Porto um padre e um caixeiro-viajante e, arrumado para um canto, dormindo como um desesperado, uma creatura a que ninguem ainda tinha visto a cara e em que a nossa pratica no conhecimento d'aquela

especie d'animais já tinha reconhecido um agente de policia.

O Carlos Olavo e o Ramada Curto, apertados pelo calor, tiveram de tirar os sobretudos, ficando em batina. O Pinho Ferreira esse nunca havia largado o trajo da Universidade. Eu levava-o dentro da mala, na esperança de o exibir ainda em publico. Porque tudo isto eram formas de imfringir o acordam do conselho de decanos. Só o Alberto Xavier é que ia miseravelmente á futrica, porque havia deixado a capa e batina em Coimbra.

O padre e o caixeiro-viajante interessavam-se pelo caso. Este ultimo prestava-se a transmitir o respectivo telegrama para a imprensa de Lisboa e a comunicar o facto na do Porto caso nos visse prender em qualquer estação.

Levavamos bilhete até Santarem. Ao chegar ali ficamos surpreendidos de nada nos ter embaraçado, tam seguros nós iamos de que S. Ex.ª a policia se não conteria muito.

Foi uma discussão tremenda para comprar outro bilhete. Ninguem queria arriscar mais dinheiro com aquela certeza de o perder como numa cautela de loteria.

E de repente um propõe:

*

—Compra-se um bilhete para o Luso.

Era uma ideia como outra qualquer. Se a policia nos fosse apanhar ao comboio puxavamos do respectivo bilhete e iamos para o Luso. Ali veriamos se nos seria possivel iludir a vigilancia da autoridade e tomariamos mesmo a pé o caminho para Coimbra.

Mas de repente o Carlos Olavo entrou de desanimar os colegas. Tinha pescado o padre a resar no breviario e com tanta unção religiosa que perdera desde o momento toda a fé no bom sucesso de empreza. E na verdade ao chegarmos ao entroncamento veiu um revisor despertar o dorminhoco agente que nos acompanhava desde Lisboa, gritar-lhe alto que tinha de saltar ali. D'aí a momentos já duas feras nos inspecionavam ousadamente atravez das portinholas.

Enfastiados já, deliberamos saltar em Taveiro, estação muito proxima de Coimbra e a dentro da area proibida aos nossos amaldiçoados pés de expulsos. Fomos pois fazendo as despedidas ao padre, um pobre diabo inofensivo, e outra vez recomendamos ao caixeiro viajante reparasse se ali eramos apanhados pela garra polical.

O revisor mirou-nos o bilhete, explicando-

nos, cuidadoso, que deviamos saltar na Pampilhosa e seguir depois noutro comboio para o Luso. No entanto o zeloso empregado foi-se arrumando á portinhola do lado da estação, como em sinal combinado. Compreendemos pois que nos seria impossivel, se o tentassemos, apear-nos do outro lado da linha. De forma que ao descermos em Taveiro fizemo-lo com toda a consciencia de que iamos já com um pé no aljube.

A gare tinha um aspecto funebre. Não havia iluminação. Tudo estava previsto, como nas emboscadas dramaticas. Investimos afoitamente as trevas sempre na espectativa de tropeçar com o inimigo. Assim fomos rompendo até ao interior d'uma sala escurissima onde alguem nos recebia os bilhetes e, arrumado a nós, se escapava para o lado de fóra da estação. Cheirava a policia que trezandava.

Felizes com o encontro, olhamos em roda. Não havia mais ninguem. Presuroso o homem oferecia-se para nos ensinar o caminho. O estratagema era grosseirissimo, mas em nenhum de nós havia o desejo de andar em correrias áquela hora da madrugada, preferindo meternos voluntariamente na boca do lobo.

Entretanto fomos-lhe chegando um fosforo

aceso ás ventas, com toda a nossa impudencia de bandidos que se divertem com as autoridades. O homem perturbou-se mas, retomando o sangue frio, ei-lo no seu papel de guia cuidadoso, metendo-nos por atalhos, avisando das poças d'agua, animando-nos com o seu conhecimento d'aqueles sitios. E foi dizendo atabalhoadamente a sua historia. Era empregado ali no caminho de ferro, uma massada que rendia pouco e só dava canceiras. Agora aí ia ele áquelas horas da madrugada para a deita e morava ainda distante um bocado.

Fomo-nos divertindo a criva-lo de perguntas, sem fazermos gaudio das contradições em que o apanhavamos. E sempre a dar-lhe o desalmado, com grande pressa de nos levar, como se aquilo se estivesse a perder.

De repente d'um recanto, fechando-nos a retaguarda, trez matulões, mixto de fadistas e de soldados, gritaram alto, com uma intonação velhaca:

— Ora muito bons dias!

— Bons dias — disse o outro sem se deter.

E aí vamos nós, perfeitamente filados, continuando a nossa marcha, sustentando por simples divertimento, apezar d'aquilo já ser mais

claro que a agua, o nosso papel de pacovios. Houve um que chegou a agradecer-lhes a companhia.

Eu ia um pouco á frente e deu-me a certa altura para incomodar o nosso guia, tam atencioso ainda no momento. Comecei então a apressar-me como quem pretende escapulir-se.

E já o homem, receioso que a vanguarda não ficasse fechada e se sumissem os outros bradava pelo auxilio d'um colega. Lá mais adiante parei, esperei os rapazes e rompendo a comedia expliquei aos cavalheiros que muito obrigado, que dispensavamos a amavel companhia e que d'ali por diante já conheciamos o caminho, não estivessem a incomodar-se por nossa causa. Então os quatro, quasi ao mesmo tempo, disseram da sua justiça: nós iamos para Coimbra, eram *ordes*.

Ali mesmo na estrada nos pozemos em geito de fazer a entrada na cidade com todo o caracter. Abri a mala, tirei a capa e a batina e procedi ao enfarpelamento. O Ramada, o Olavo e o Pinho Ferreira iam já academicos acabados.

Só o Xavier destoava, á futrica. Era de vantagem para o efeito que se tinha em vista que a nossa prisão fosse conhecida; por isso

nos embatinavamos e iamos agora demorando a marcha para entrar de dia em Coimbra.

Entramos pois em cavaco com os nossos homens. Discutimos um pouco de politica, puzemos-lhes a Universidade pelas ruas da amargura, e até tivemos uma tirada moralista para um d'eles, rapaz muito novo e forte, a quem a serio lamentamos a desprezivel situação em que a sorte o colocára.

Tinhamos tambem de vez em quando a nossa arrancada panteista. Por exemplo:

—Que felizes os passaritos. Olhem como eles gosam a liberdade.

E um dos guardas:

—É porque não andam em revoltas como os senhores.

—Não é, não é por isso. É que ainda não ha passaros policias...

E vá de festejar o dito, na tranquilidade em que os puzera a convicção de que nós não opunhamos resistencia e nos iriamos encafuar na prisão como quem ia para sua casa.

Chegamos emfim a Bemcanta onde nos esperava, oculto numa taberna, um avultado troço de policias fardados, com o respectivo chanfalho e a boa vontade de o desembainhar. Adiante estava o comissario com mais policia

ainda. Foi ele que nos conduziu a uns trez trens que esperavam num recanto da estrada, guardados ainda por policias.

D'ali por diante o trajecto fez-se com esta imponencia. Á frente o trem do comissario acompanhado de policias. Depois o nosso, também com policias na boleia e julgo que na concha. Atraz um outro carro carregado de guardas. Ladeando o nosso o resto dos policias. Olhamo-nos uns para os outros e houve quem perguntasse: — Iremos para a forca?

Chegados a Santa Clara os trens largaram de corrida, abandonando os guardas que os acompanhavam a pé. Do lado de lá da ponte esperava um piquete numeroso de cavalaria. O comandante veiu receber instruções. Não era porém preciso.

Os cocheiros bateram então rapidamente para o Largo da Feira, onde se encontra o edificio do Governo Civil. Tinhamos pois chegado *a casa*.

O facto, levado a rir, não era muito para impressionar. A jornada atravez a manhã, cortando os campos que começavam a tonalisar-se num lindo nascente de primavera, não podia irritar-nos. O ridiculo em que toparamos os nossos Javerts de pataco chegou mesmo

a divertir-nos. De resto a nossa mocidade não era coisa que se apagasse nem sob a garra feroz da guarda municipal, quanto mais nas mãos inhabeis de quatro *bufos* nada terriveis.

Mas não deixa por isso de haver margem para duas considerações. O caso sob o ponto de vista moral não deixa de ter sido repugnante. Apartada d'ele a circumstancia especial da nossa alegre disposição por o não tomarmos a serio, ele fica sempre o mesmo: uma emboscada pelas trez horas da noite, com todos os requisitos do lance. Aquilo foi para todos os efeitos uma cilada, a que não faltou a traição do guia e o disfarce de creaturas despreziveis em pessoas honestas. Foi uma apanha, com a particularidade de ter sido feita pelas costas, sem a audacia de caçadores que se prezam.

O fôro academico dá pois d'aquilo. Expulso da Universidade, um estudante fica sujeito a ser assim enxovalhado pela manapola indecorosa dos bufos, se pretende praticar este grande crime: entrar na cidade de Coimbra. Suspeita-se d'esse estudante como d'um capitão de malfeitores. A sua permanencia na cidade reputa-se tam perigosa como a peste e

todos os seus direitos de cidadão livre e honrado se anulam perante o receio dos lentes. E mantem-se e respeita-se ainda na atualidade uma jurisdicção especial que dispõe isto.

Aqui se registra ao menos para elucidação dos que não sintam ainda merecedor de protesto de todas as pessoas dignas essa monstruosidade juridica que se chama o fôro academico.

Estavamos sob os ferros d'el-rei. Eu e o meu amigo Pinho Ferreira fomos recolhidos num calaboiço do interior do edificio. Carlos Olavo, Reimada Curto e Alberto Xavier haviam ficado noutra parte.

A instalação de nós ambos era verdadeiramente desoladora. Imaginem um aposento de uns trez metros por dois, de chão lageado e humido, com as paredes salitrosas reçumando agua. Numa d'elas uma lapide com este letreiro sinistro «Entrada do cano» a avisar-nos de que ali passava, como auxiliar da lei para aliviar a sociedade da vida incomoda de criminosos, um cano terrivel, com agua fresquinha, tam boa para bronchites.

Um guarda informou-nos de que d'ali ia direitinho para o hospital quem por lá se de-

morasse uma semana, por mais rija que fosse a sua constituição. A minha não era nada de molde a suportar aquilo. O Pinho Ferreira esse em peiores circumstancias do que eu ainda, porque dos medicos tinha recomendação expressa de se resguardar da humidade. E afinal caidos ambos num poço em que havia agua até no ar.

Acrescentem agora alguma porcaria, uma isolação completa da vida cá de fora e nem uma enxerga, nem um banco ou meza, a mais pequena coisa enfim a que encostar o corpo. Se ao menos o chão não fosse humido e de lagedo, poderiamos deitar-nos ou sentar-nos. Assim, fugindo das paredes sujas e cheias d'agua, só tinhamos o recurso dos grandes varões de ferro da porta d'entrada, frios e duros, contra os quais nos teriamos de resignar a encostar o pobre canastro moido da viagem e da aventura carnavalesca da madrugada.

Ambos haviamos perdido a noite no comboio e precisavamos de repouso. Os guardas diziam-nos que não tinham licença de ali meter um colchão nem sequer uma taboa.

Parecia uma condenação á morte. Porque nos tratavam assim? Soubemo-lo depois. Havia

ordem para ter os cinco incomunicaveis; principalmente os dois: eu por ser *o peior*, o Pinho Ferreira porque já uma vez fôra preso pelo mesmo delito e, pela reincidencia, era considerado tam perigoso como eu. Ora na casa não havia sitio tam incomunicavel e seguro como aquele. D'aí a ordem de nos encafuarem naquela caverna que nem os homens primitivos tomariam por habitação.

Para não enojar o leitor omito outras particularidades repugnantes. Basta o que fica dito para se fazer uma ideia de como a autoridade recebe os seus hospedes.

Tentamos reagir os dois, reclamando um pouco mais de consideração por nós. Mas não havia meio de quebrar a rija inflexibilidade do guarda que nos vigiava. A qualquer instancia nossa, logo nos era respondido que não havia ordem e que não se podia ir levar nenhuma comunicação nossa ao comissario. Acabamos pois por cruzar os braços resignadamente.

Como a necessidade de repouso era muita eu tive um rasgo de genio inventivo. Transformei a capa num rolo e, atando cada uma das pontas aos varões de ferro, improvisei uma

d'aquelas cadeiras tam festejadas pelos moços d'esquina. Foi a descoberta recebida com entusiasmo pelo meu companheiro que logo me imitou. Assim instalados, com todo o cuidado porque as capas de vez em quando ameaçavam rasgar-se, permanecemos em palestra amena uma parte da manhã. Dormir naquela posição é que era impossivel, por mais tentativas que fizessemos.

Em breve uma outra preocupação veiu perturbar-nos mais. A falta do almoço. Como nos tinham votado a um abandono quasi completo, não aparecendo viv'alma junto das grades, só muito tarde nos foi dado reclama-lo d'um restaurante, d'onde só veiu pela uma hora.

Mas na prisão tudo sam contrariedades. Quando o almoço chegou surgiu nova complicação. Era preciso almoçar dentro do calaboiço, sem termos onde nos sentar nem onde colocar os pratos. Protestamos e o incidente resolveu-se favoravelmente: almoçariamos numa sala fóra. Pedimos então agua para nos lavarmos. O espanto que isto levantou na policia! Para que diabo precisaria a gente de se lavar? E terminantemente um guardalhão terrivel, dos que já devem ter-se notabilisado cá

fóra em multas em defeza da higiene publica, nos declarou que a respeito d'agua nem vê-la.

Puzemo-nos os dois em greve recusando o almoço. E novamente fomos reconduzidos ao carcere. Sobre nós correu outra vez aquele gradão sinistro, e a chave deu a volta á lingueta com o seu rangido desolador. E, frente a frente um do outro, cada um de nós decidido e firme, exclamamos:

—Ainda que se arrebente de fome, ou vem agua ou não comemos.

De repente *sentimo-la* perto, correndo d'alto sobre uma vasilha de loiça. E logo nos vieram buscar. A respeito de sabonete e toalha é que ia começar outra questão se não fosse um guarda dos de Lisboa atencioso e amoravel, que, como era dos que costumam lavar-se, delicadamente no-los ofereceu.

Saboreamos então a doce sensação de nos sentarmos. Havia já oito ou nove horas que o não faziamos. Tentamos trocar duas palavras com o moço do restaurante mas foi-nos absolutamente proibido. Queriamos que ele nos fosse comprar jornais, e havia ordem para nos não deixarem lêr jornais. Quizemos vinho, e não havia permissão para beber vinho. E era

andar rapido, porque parece que até tinhamos minutos marcados para comer. E assim voltamos á prisão, o imundo antro que nos tinham dado para castigo do nosso crime.

Que noticias havia da greve? Como se teria desenrolado o movimento? Estivemos os dois até ás seis horas da tarde sem saber absolutamente nada. Os guardas eram impenetraveis como rochas. Ninguem nos dizia coisa nenhuma.

Punhamo-nos então a fazer supposições. Havia uma coisa que sabiamos com certeza: é que não tinha havido tumultos. Do sitio onde estavamos, tinhamos ouvido ordens expressas para estarem de prevenção tais e tais numeros que sairiam, uns para o Liceu outros para o Muzeu, á primeira voz. Durante o dia não presentimos que esses guardas saíssem, nem chegou até nós o ruido natural da chegada de nenhum estudante preso. Logo fizera-se a gréve.

Muito tarde um guarda, instado por nós a que dissesse «o que tinha havido por lá» arriscou:

— Tudo socegado. Entra quem quer, quem não quer não entra.

E logo se fechou num mutismo feroz de

que não houve tira-lo. Então tinham ido rapazes ás aulas? Em que numero? Ahi ficamos nós perdidos em cogitações.

De fóra parecia que ninguem se lembrava de nós. A unica comunicação que tivemos do exterior foi um almoço que nos mandaram já depois das duas horas, sem a indicação de quem no-lo enviava.

Por causa d'este segundo almoço deu-se até um incidente. O Pinho Ferreira, como já se havia passado algum tempo depois da nossa refeição, tinha vontade de comer. Eu estava meio tentado a fazer-lhe companhia. Perguntamos quem nos enviara o almoço e disseram-nos:

— Vem ali dos Caçadores.

— Quem o manda?

E o guarda a rir-se:

— Algum amigo dos senhores.

— Queres tu vêr que é ordem do governo civil?

— Bem, recusa-se.

Passado tempo o Pinho Ferreira, instigado pelo apetite, interroga outro guarda:

— D'onde vem esta comida?

— De caçadores 6.

O guarda era de Lisboa e confundira o nome do restaurante dos Caçadores com o do

regimento. Nós, que não sabiamos se algum regimento de caçadores tinha vindo para Coimbra, tomamos logo o recado á letra. Não havia duvida, o comer vinha do regimento, por ordem do governador civil. E o apetite do Pinho Ferreira teve de ser iludido até á tarde com uns maços de cigarros cuja entrada não tinham impedido.

O que mais nos incomodava era a falta de repoiso. Tinhamos uma grande necessidade de dormir. Não podendo vencer o sono, resignamo-nos ao maior dos sacrificios. Estendemos no chão as duas capas sobrepostas e deitamo-nos sobre elas. Ao acordar tinhamos o lado do corpo sobre que nos apoiaramos completamente enregelado e sem movimento. Foi uma recordaçãosinha com que haviamos de ficar da prisão e ainda hoje no braço e na perna esquerda eu sinto, em certas dores reumaticas, o quanto de abominavel foi para nós esse calaboiço d'assassinos perigosos.

Pouco antes do jantar tivemos a visita do comissario de policia. Mandou abrir a portada de ferro e logo que o gradão rodou, nos perguntou se nos faltava alguma coisa.

— Falta-nos tudo! — replicamos.

E fomos desenrolando o sudario. Parece

que ele ignorava estes factos, que tinham sido assim porque se esquecera de explicar ao cabo da guarda que a incomunicabilidade mantida contra nós não tinha adjunta aquela tortura em que nos puzeram. Tudo aquilo era o costume, o que se fazia a quem para ali vinha, pois que os incomunicaveis sam sempre os criminosos mais temiveis. E logo foi levantada a proibição da meza e bancos e nos foi prometida uma enxerga e uma vassourada naquela porcaria toda. Continuariamos a não poder ler á nossa vontade os jornais: no entanto o comissario emprestou-nos o *Seculo*, não prometendo porém deixar ler o do dia seguinte, senão depois de rigorosa analise. As ordens eram apertadissimas.

A visita do comissario deixou-nos boa impressão. Percebia-se que a profissão o contrariava um pouco e que não era de natural desabrido. Não eramos positivamente hospedes de S. Ex.ª, mas pareceu-nos que da parte d'ele havia um certo desgosto por havermos passado mal, como se o fossemos. Tanto bastava para esquecermos logo tudo o que haviamos sofrido já. Uma palavra atenciosa vale muitas vezes longas horas d'amargura. E se os rapazes se exasperam sempre contra humilhações e vio-

lencias nunca deixaram de impressionar-se ante um vislumbre ainda que apagado e rapido de bondade.

Pelas seis horas da tarde fomos avisados de que tinha chegado um jantar para cinco. Os guardas atrapalharam-se e preparavam-se para fazer-nos comer por turmas. Porém a visita do commissario havia feito maravilhas e não nos foi dificil fazer-lhe chegar uma comunicação. Veiu então ordem para nos deixarem comer juntos.

Foi um delirio de abraços ao reencontrarmo-nos. Esse jantar correu animadissimo, e só perturbado no fim pelo aviso dos guardas de que era preciso recolher ao calaboiço. Foi pelos outros companheiros, mais felizes do que nós, que soubemos noticias da greve, a qual se mantinha unanime. Bebeu-se pois (já havia licença para beber vinho) aos estudantes de Coimbra. Os policias até andavam já comovidos.

Tinham-nos dito que sairiamos nesse dia, mas á noite surgiram complicações. Assim, tivemos de dormir no carcere, naquela frialdade insuportavel, sacrificando a nossa preciosa saude aos caprichos do sr. João Franco.

O dia seguinte passou-se melhor. Na cama.

Ao almoço e jantar nos juntamos outra vez os cinco alegremente. O jantar esse foi de despedida. Dava-se como certo que seriamos postos em liberdade, porém que eu seria obrigado a vir para o Porto. Trocaram-se pois os brindes do estilo. E foi no meio d'este entusiasmo que me veiu uma noticia agradavel. Eu iria, não ás 3 da madrugada, mas ás 8 da noite. Havia só tempo para mais dois ou trez abraços e toca a partir.

A despedida foi imponente. Os rapazes vieram quasi á porta da rua, acenando o seu adeus amigo para a portinhola do trem que me esperava no largo.

A carruagem correu rapidamente atravez do cumprimento d'um ou outro estudante, muito raro, que me reconhecia. Como se soubera a noticia, tive alguns amigos na Estação Velha, para onde fui directamente. Parti no mixto para a Pampilhosa e ali me passaram para o rapido. E com todas estas precauções, ladeado por dois policias, fui posto no Porto, no Governo Civil, e d'ali com dois policias portuenses á porta de minha casa, entregue apenas ao meu remorso.

Na prisão, apezar de todas as contrariedades, nenhum de nós sentiu o peso da sua sorte. A pena infamante tinha-nos bolido pouco com a consciencia. Estavamos os mesmos impudentes criminosos insubmissos prontos a reincidir no crime. Se alguma coisa havia que lamentassemos, era a de não sermos também do numero dos grevistas, para colaborar com os outros naquele belo acto de protesto. Depois da saida da prisão a situação para cada um de nós continuou a ser a mesma. Apezar de toda a reprovação da Universidade e do governo contra nós nem por isso eu senti o vexame com que imaginavam ferir-me. A este respeito consignei já o facto num artigo publicado na *Vanguarda* sob o titulo *Irreflexão:*

«Uma das muitas que tem tido o ilustre presidente do conselho. S. ex.ª, no seu formidavel discurso ás maiorias parlamentares, afirmou relativamente aos estudantes expulsos da Universidade, que era de prever que viesse a manifestar-se a natural benevolencia dos professores ao começar o proximo ano lectivo. Antes não, porque «era preciso que a pena imposta tivesse tido todos os seus efeitos morais e sociais».

Reputo a frase do audacioso estadista

verdadeiramente perigosa na boca d'um presidente do conselho, encarregado, de mais a mais, como ele diz, de manter a ordem publica. A afirmação que se contem nessas palavras é altamente revolucionaria.

Disse um dia s. ex.ª que caçava no mesmo terreno que os republicanos. Mas eis que nos aparece á ultima hora mais avançado, deixando para traz todas as velhas superstições. Não ha duvida que s. ex.ª tem feito progressos.

Com que então para o ilustre filho do Fundão a lei tem apenas o sentido abstracto, meramente declaratorio d'um facto criminoso? A pena em si não vale nada; a reprovação publica é que é tudo, não é verdade?

Vai um homem por uma rua fóra. Salta-lhe do lado um robusto facinora que lhe crava um punhal pelas costas. Surge a lei e agarra o assassino, chama-o á responsabilidade, cola-se-lhe á pele fortemente, como um ferrête infamante que a todos diz: Este homem praticou um acto vil, é indigno de que lhe aperteis a mão, e ele aqui vai para exemplo de todos.

É isto?

Abre-se a Penitenciaria a um bandido. Regenera-o? Não, pelo contrario. Mas ha uma

coisa que se salva, dirá o nosso estadista: é que este homem fica assim apontado como um criminoso, passará entre os outros homens sem d'eles ter consideração nem estima, e, quando isto o não faça modificar, contribuirá, pelo menos, para conter os impulsos malevolos dos outros.

É isto?

Mas então que fica da coacção absolutamente fisica imposta pelo Estado? Nada, snr. presidente do conselho, absolutamente nada.

É por isso que entendo que em ultima analise v. ex.ª fez uma inconsiderada afirmação revolucionaria, qual é a negação do caracter obrigatorio e absoluto das leis. E o poder moderador deixaria de ser o que a Carta estabeleceu que ele fosse, mas um pesa-gottas da tensão do espirito publico contra determinado delicto. Logo que se visse que uma certa sentença havia cumprido os seus efeitos morais e sociais, saltaria logo a intervenção moderadora, dando por terminada a acção judicial.

É assim?

De forma que o acordam do conselho de decanos, pensando bem, não foi senão um voto de excomunhão. Houve apenas a pretensão

de lançar á execração publica os nomes d'esses sete rapazes expulsos. Mais nada.

Realisada que seja a resistencia das pessoas honestas contra o acto vilissimo que esses rapazes praticaram; desde que cada um d'eles sinta bem no fundo da consciencia quanto é censuravel e infame o seu procedimento; desde que a toda a gente, ante a indignação que o crime d'esses sete criminosos despertou, lhe não fique vontade de imita-los, os lentes mostrarám a sua natural benevolencia, porque se obtiveram da sentença os seus efeitos morais e sociais.

Gradue embora diferentemente a penalidade o conselho de decanos. Não é para cumprir-se, é apenas para indicar á multidão quais os que merecem mais odio. É como um letreiro a côr mais carregada para se lêr melhor.

Ora eu venho muito lealmente declarar ao ilustre presidente do conselho uma coisa extraordinaria. Desde que soube que v. ex.ª fallára nos efeitos morais e sociais da penalidade universitaria, puz-me reservadamente a observar a atitude do similhante para comigo. E tenho andado na convicção, imagine v. ex.ª, de que os tais efeitos se não fizeram ainda sentir.

Não sei se os outros meus colegas téem sido perseguidos pelo odio da sociedade, se em volta d'eles se tem feito isolação completa, não havendo quem lhes chegue uma sêde d'agua. Eu, por mim, passo regularmente, e ainda não vi que a sentença da Universidade detivesse nenhuma das mãos que me téem sido estendidas, como se eu não fosse aquele reprobo indicado pelos srs. lentes ao ostracismo.

Quer o sr. presidente do conselho acreditar que até tenho recebido maiores atenções do que nunca? É como lhe conto. A não ser a perseguição incomoda de uma alcateia de *bufos* com que v. ex.ª me tem brindado, não tive ainda da parte dos meus concidadãos nenhuma manifestação de antipatia.

A minha hospedeira essa então é prodigiosa nas amabilidades. Mal imagina v. ex.ª o cuidado com que ela me instiga a deixa-lo ficar mal a v. ex.ª! E estou a vêr que lhe prega a partida, porque já o outro dia ela notou que eu estava mais gordo.

Que vergonha, sr. presidente do conselho, para a minha situação. Não seria mau levantar por uns dias a pena de excomunhão, porque estou a vêr que vai dando o efeito contrario.

Não o digo por mim, mas por v. ex.ª

mesmo, porque o meu socego, esta boa tranquilidade em que vai estando o meu corpo de condenado, deve inquieta-lo, tirar-lhe o sono.

— Então os efeitos morais e sociais?! — continuaria a exclamar desorientado v. ex.ª.

E eu não quero que por uma coisa tão pequena se perca a reputação do primeiro homem de Estado d'este paiz. Por menos do que isso eu estaria pronto a sacrificar estes ossos impuros, esta carne empeçonhada e esta cabeça miseravel, que v. ex.ª, por uma condescendencia propria da generosidade do seu caracter, ainda se não lembrou de pôr a preço.»

Este artigo provocou no *Jornal da Noite*, as felicitações da gente do governo pelo meu estado de saude. Muito obrigado.

E para que o sr. João Franco continue a sentir-se feliz, novamente o informo de que não ha mal que me chegue. Num livro do Balsac, a cuja leitura um amigo meu ha pouco me incitou, ha um excomungado que se imagina perdido porque em volta a pena de excomunhão lhe retirou as atenções do seu meio. Desconsiderado, o homem parte para fóra da sua terra a implorar que a excomunhão lhe

seja levantada, para que torne a entrar no conceito do mundo. E eis que, á medida que se vai distanciando do pequeno circulo dos conhecidos, começa a reparar que ninguem lhe volta as costas e que é tratado como qualquer outro. O poder de Deus não se afirmara d'uma maneira tam poderosa que o marcasse a todos ignominiosamente como condenado pela sua alta justiça.

Muito menos agora a excomunhão dos decanos. Por mais pesada que a mão lhes tenha sido, a minha perversidade não ficou reconhecida senão na sala das congregações e no gabinete do sr. João Franco.

Por isso, vai-se vivendo. E a respeito de *efeitos morais e sociais* da sentença universitaria, só conheço os que téem servido a condenar moralmente quem a subscreveu e quem, mantendo-a, a perfilhou.

II

O PROCESSO D'ELES

I

OS LENTES

O protesto da academia de Coimbra naquela manhã nos *Gerais* foi por alguns mal intencionados alcunhado de desacato irreflectido e culposo. Lamentou-se então que os rapazes tivessem faltado ao respeito devido aos seus professores. E, o que é mais, algumas folhas afectas ao movimento dos estudantes tentaram desculpar o facto com a natural impetuosidade dos verdes anos da juventude.

O aspecto grandioso do movimento era — dizia a imprensa — a deliberação da academia em reclamar a remodelação do ensino. Tinha havido exageros, mas a causa era justa, simpatica, digna de todo o apoio moral.

Ora pela parte que me toca como manifestante dos *Gerais*, onde se não desceu á grosseria insultuosa que algumas pessoas apregoam, sem comtudo o protesto deixar de ter sido intenso,—eu reclamo o direito de consideração pela atitude da academia de Coimbra mesmo nesse momento.

Os estudantes não podiam escolher melhor forma de manifestarem a sua antipatia pelo ensino da Universidade do que a de manifestarem a sua aberta antipatia pelos lentes e sobretudo pelos lentes de Direito. Porque os lentes de Direito sam simbolicamente a expressão mais perfeita e concreta d'esse ensino refalsado, que só serve a imbecilisar quem a ele se adapta mentalmente e que nunca contribuiu para o desenvolvimento intelectual de ninguem.

A Faculdade de Direito, confraria impenetravel, só para os mediocres e abrindo de vez em quando a sua porta por engano a um homem de talento, que logo á pressa se vai embora; a Faculdade de Direito, que recruta os seus professores entre os estudantes que se humilhem perante a catedra e só raramente por descuido recebe alguma pessoa independente; a Faculdade de Direito, com as suas

lições cosidas e recosidas no velho caldeirão da rotineirice, temperadas de asneiras bravias repetidas servilmente d'outros asneirões já falecidos, nunca soube impôr-se como uma classe respeitavel, digna de merecer que na questão da Universidade ela ficasse á parte, para que a discussão se estabelecesse abstratamente no dominio puro da doutrina, debatendo-se o sistema de educação sem envolver referencias despretigiosas para ela. Porque numa remodelação radical do ensino o primeiro artigo deve ser o da aposentação definitiva dos lentes de Direito, chamando á Universidade quem tenha proficiencia e aptidões naturais para o professorado.

Eu não posso compreender que, sendo o ensino de Direito detestavel e sendo os melhores *ursos* a genuina afirmação da palermice universitaria, que os lentes possam vir a ser na sua generalidade verdadeiros homens de sciencia. Quem protesta contra o ensino de Direito como ele se faz na Universidade não pode deixar de condenar como ridiculos e pretenciosos os que, fazendo esse mesmo ensino sem se revoltarem, se imaginam uteis socialmente.

Eu avanço mesmo mais. Numa grande

parte sam eles que tornam peior o sistema de ensino. O lente tem ainda assim na sua catedra uma relativa liberdade. Pode atenuar em muito os defeitos do programa, corrigindo-o com um metodo mais racional e pondo nas preleções inteligencia e dedicação. Quantos lentes de Direito podem com verdade afirmar que durante toda a vida tiveram uma centena de alunos que os escutassem interessadamente? Uma preleção em Direito é uma coisa tam detestavel que alguns num rebate de consciencia, já chegaram a suprimi-la.

Quando o programa determinasse o estudo de certa materia considerada pelo criterio do professor como de pouco alcance e com resultados contra-producentes servindo só a sobrecarregar a memoria do aluno sem vantagens praticas, podia o lente, sem fugir ás responsabilidades da lei, reduzir a exposição de tais materias e não exigir que se decorassem textualmente, contentando-se com uma ideia ligeira do assunto. Mas, em vez d'isso, o que se encontra é quem nos obrigue a reproduzir quasi servilmente palavra por palavra a sebenta saída na vespera, ainda que haja dez paginas de datas, de leis e de numeros d'artigos.

E sobretudo se o lente fosse verdadeira-

mente um homem interessado em desenvolver o espirito dos seus alunos, na compreensão exata do seu papel de educador, estabeleceria sempre na sua aula a mais perfeita liberdade de relações, tratando os discipulos como amigos e companheiros de trabalho e nunca com aquela superioridade carateristica da catedra. E o que vemos nós? Ha aulas que parecem colegios de padres irrasciveis, de ferula na mão. Não se pode a gente mecher, rir-se, tossir, nem quasi virar a pagina d'um livro. É como quem se mete numa fôrma, d'onde só pode sair passada a hora e meia regulamentar que dura a aula.

Por isso eu entendi sempre que os lentes sam tam dignos de reprovação emquanto se comportarem assim, como a propria Universidade emquanto não entrar num regimen moderno de ensino. Foi esta a opinião expressa ainda ha poucos dias no *Paiz* nestas minhas palavras, a que chamei—*A logica dos factos:*

«O dr. Bernardino Machado, obedecendo não só ao impulso generoso do seu feitio, mas por acto muito reflectido do seu espirito, pediu a demissão de professor da Universidade, demissão que acaba de lhe ser dada. Por este facto eu não tenho senão a felicitar-me.

*

Não vam imaginar porém que isto envolve algum desvanecimento, na minha situação especial de estudante expulso, por o dr. Bernardino Machado se ter posto assim decididamente ao meu lado. A razão está em que este facto é a confirmação da verdade e justiça da atitude hostil que atravez da minha vida academica sempre mantive para com a Universidade. O caso interessa-me pois sob o ponto de vista da coerencia dos principios.

Bernardino Machado, homem feito na educação sentimental d'uma geração romantica, teve sempre uma inclinação pronunciada para desculpar os homens, atenuar-lhes a responsabilidade moral de certos factos e vêr as instituições atravez d'um prisma bondoso e complacente. A instituição universitaria, uma das mais contaminadas do nosso tempo, em que se cristalisaram os defeitos de toda uma nação enfraquecida e gasta, foi sempre apreciada por Bernardino Machado com um ar amigo, desculpando os seus exageros, preferindo a combate-la orienta-la com o mesmo cuidado paternal com que educava os filhos.

A mim por vezes me classificou de injusto por dirigir os meus ataques contra a Universidade. Queria ele bondosamente que a minha

atitude se moderasse, que eu como filho da Universidade fizesse os meus reparos como os faria a uma pessoa de familia, sem arrebatamentos nem exaltações. O que havia de mau na Universidade não era suficiente para nos cegar a ponto de não vermos o que lá havia de bom. E o dr. Bernardido Machado acreditava a serio numa corrente nova de lentes que se proporiam levar a cabo um dia uma reforma radical dos estudos, abolindo o fôro academico e creando relações de simpatia com os estudantes.

D'um simples facto, da falta de atenção d'um lente para com os alunos, da prepotencia d'um reitor emfim, nós — dizia-me o estimado professor — não deviamos argumentar contra todos, abrangê-los na mesma reprovação. E se ele muito defendia a remodelação do ensino era exactamente pelo muito que ele amava a sua Universidade.

Eu tinha outro criterio. Confundia na mesma impressão de tedio e de antipatia tudo aquilo. A Universidade, modificada por parcelas, sem lhe tocarem nos alicerces, era para mim toda ela digna do meu protesto.

Os lentes, por isso mesmo que tinham saído d'entre os estudantes que mais se ha-

viam amoldado a tal regimen, deviam sofrer necessariamente os mesmos vicios da instituição.

E raciocinava: Dêmos de barato que um entrava, puro, bem intencionado, resolvido a proceder conforme uma orientação elevada e justa. Poderia manter-se um tal professor assim muito tempo? A natural camaradagem estabelecida com os outros, o espirito de classe, o proprio regimen universitario que lhe não permitia expansões, tudo isto acabava por absorvê-lo, modifica-lo, e quando outro viesse de espirito livre e intenções honestas já nele não encontrava o apoio moral que, á entrada, esse debalde procurara. Porque realmente para um homem ali dentro se manter com uma linha de conducta séria atravez da sua vida de professor é preciso ter-se a envergadura moral de Bernardino Machado.

Por isso eu muito propositadamente atacava em conjunto Universidade, atirando os meus golpes para o monte, na convicção de que poucos perderia. O dr. Bernardino Machado pedindo a demissão dá-me um facto a mais para eu não perder essa convicção. Este professor viu-se na dura necessidade, para manter o seu brio d'homem, para proceder di-

gnamente, de apartar-se da mesma Universidade que sempre d'ele tivera as maiores atenções.

A quando da sua oração de sapiencia já alguma coisa devia ter-lhe levado ao espirito o convencimento de que a Universidade não se modifica com palavras d'amor, se o espirito d'esse homem não fosse d'uma grande generosidade, que é o seu maior defeito. O conflito academico, em cujas responsabilidades uma manifesta má vontade dos dirigentes o ia envolvendo, sem que a Universidade pela pessoa dos seus lentes se erguesse num protesto, como a academia o fez para comnosco, os estudantes expulsos, deve ter-lhe feito vêr claro a respeito das belezas d'aquele armazem de sabios sem sciencia.

Por muito que a natural benevolencia para desculpar os erros dos outros o atraiçôe na apreciação das grandes miserias do coração humano, o dr. Bernardino Machado ha-de ter compreendido hoje, embora não possa acompanhar-nos por falta de espirito combativo, que a obra maior, embora aparentemente perturbadora é sempre a dos revolucionarios.

E eu sou dos que não poderia nunca ter pedido ao dr. Bernardino Machado para de-

sistir do seu proposito, tam coerente o julgo, tam significativo eu acho esse acto de protesto. Na verdade neste momento em que tam pouco representa o prestigio da Universidade, mais vale estar ao lado dos estudantes expulsos. Ha ao menos a confiança de que se está junto de pessoas de bem.»

Para muita gente a indisposição contra o lente é apenas uma forma de materialisar grosseiramente a revolta contra o regimen universitario. O ataque num ponto de vista abstracto passa as mais das vezes desapercebido. Os grandes gestos que a historia registra sam sempre contra um objectivo concreto. A aspiração por a remodelação do ensino nunca chegaria á apaixonar ninguem, supõem, se ela se mantivesse sempre vaga, sem se precisar definitivamente em alguma coisa de real e palpavel.

Ora, ainda que assim fosse, o que é facto é que o motivo era bem escolhido, os lentes eram bem o simbolo que melhor podia satisfazer os requisitos desejados para mover a academia e agitar a opinião publica, num grande espirito de protesto. Mas infelizmente o que é lamentavel é que, independentemente da questão da Universidade, os lentes

por si só ofereciam já sobejas razões para provocar um tal movimento.

Senão é ver-se. Tomemos meia duzia d'esses preciosos exemplares. Examinemo-los conscienciosamente. Viremo-los e reviremo-los. Façamos todo o possivel por lhes descobrir as qualidades e virtudes que a missão do professorado exige. E a triste verdade da sua completa negação para o cargo em que os investiram ficará mais uma vez patente.

Não é preciso exagerar os defeitos, deformar as linhas, simular atitudes ridiculas. É apanha-los de acaso, em qualquer altura da sua vida profissional, e eles se nos mostrarám por egual palavrosos, imponentes, cheios de pretensões e caindo sempre no mesmo papel acanhado de repetidores fastidiosos de ideias d'outros. Compendios ambulantes, que gesticulam e berram, mas sem vida propria, onde foi despejar-se sem metodisação, quasi em monte, o que outros pensaram ou sentiram.

Mas o melhor, ainda assim, é tirar a prova:

Assis. — O admiravel, o afamado, o precioso Assis! Não ha já ninguem que o não tenha uma vez que seja tomado em consideração. Entrou mesmo já na anedocta, como o

Bocage e outras figuras celebres. Ás creanças as mães ignorántes falam-lhes no Papão quando querem inspirar-lhes medo. Aos homens, para os fazer rir, fala-se no Assis.

Quem uma vez o viu nunca mais o pode esquecer, naquela sua pose archi-teatral de gran-duque de opereta, em passadas magistrais, movendo-se gravemente sem tornear a cabeça. A capa parece um manto real, tam ceremoniosamente ele a arrepanha, sem uma prega a mais nem uma prega a menos. A cabeça é um primor de cabeleireiro: que linda risca direita, que bem penteados cabelos! Vê-se bem que faz gala da beleza que Deus lhe deu.

É um dos professores que mais ama a cátedra. Durante trinta anos nunca d'ali arredou pé, sempre fiel aos seus brios de lente. Ser catedratico é mesmo para ele alguma coisa religioso, como ser catolico ou maometano. Senão é ver o gosto que ele põe em passear, gravada na sua carruagem, como um brasão aristocratico, a sua querida borla vermelha.

Pois este homem solene, que é quem em Coimbra sustenta a *linha* catedratica, não passa dentro da sua aula d'um mestre escola d'aldeia, sem duas ideias aproveitaveis. Ha trinta anos que repete o mesmo. O livro que adota é ainda

mais velho, mas isso não impede que ele obrigue os rapazes a estudar aquilo. As Finanças para esse precioso cavalheiro ficaram cristalisadas no livro do dr. Jardim. A lei manda-lhe fazer um livro, mas ele limita-se a rever todos os anos as provas tipograficas do dr. Jardim, num grande espirito de rotina.

Até nem nas tolices sabe dar novidades. Todos os anos, a certa altura, explicando os bens de mão morta costuma dizer:

— Chamam-se de mão morta, porque o morto quando agarra alguma coisa nunca mais a larga.

Invariavelmente uma vez por ano ele diz isto. Perdão no meu terceiro ano disse-a duas vezes, porque o curso estava dividido em duas turmas.

Tem tambem a da dissertação que é celebre. Imaginem os leitores que este lente teve a habilidade de dividir o seu trabalho... numa *parte unica!* Lá está com todas as letras para quem quizer ver...

Do que ele pode ser como professor já por aqui se faz uma ideia. Leva uma porção de tempo a ensinar ao curso que o orçamento se divide em tres partes: a parte inicial, parte

media e parte final; a parte inicial é a do principio, a parte media a do meio e a parte final a do fim. Assim o explica pomposamente, com uma gesticulação imponente, como quem descobriu as Arabias. Tem uma extraordinaria habilidade para tornar escuro o que é claro por si sem explicações e confundir o espirito dos alunos com noções elementarissimas, que, por triviais, toda a gente imagina que téem um sentido diferente. Nisso é prodigioso. Ouvi-o já perto d'uma hora explicar, com grandes demonstrações esta coisa: que precisava de estar no Porto durante um tempo e que seria substituido na regencia de cadeira por outro professor; que nos actos o estudante responderia pela materia dada até ali pelas sebentas d'ele Assis e pelas do outro professor d'aí em diante. Pois para dizer só isto foi formidavel de enredos e emaranhados circumloquios o ilustre catedratico. Metia pena.

Uma vez, no passado ano letivo, o curso declarou-lhe á porta da aula que a lição era muito confusa, que precisavam que ele não chamasse e explicasse essa lição. Assis não preleciona, costuma fazer as tais *explicações* que nada explicam atravez a lição do estudante chamado. A preleção teria mais res-

ponsabilidades intelectuais e de trabalho, era preciso coordená-la e, quando mais não fosse, decora-la da *sebenta*, como alguns fazem. De forma que, apanhado assim de surpreza, pelo curso do ano passado, Assis era homem perdido. Agradava-lhe por um lado, porque não via naquilo a simples desculpa que o curso arranjara para não dar uma lição massadora e retarda-la para um dia mais, mas o desejo de lhe ouvir a palavra fluente e agradavel. Pois na conjectura Assis embatucou, fez repetir o pedido, titubeou depois, por fim declarou que *não trouxera os apontamentos*, não podia explicar; tinha de chamar, não podia deixar de chamar.

Um rapaz do lado informou que sabia a lição, que tinha visto alguma coisa em Ricca Salerno e que podia ele fazer as explicações que o curso reclamava. E o grande homem aceitou. Em resumo, um professor de Universidade declara-se incompetente perante o seu proprio curso de dar explicações d'uma lição, d'um assunto que ensina ha trinta anos! E consente ser substituido por um aluno, sem preparo especial, com o estudo d'uma noite.

Efetivamente o aluno chamado fez de conta que o lente não existia e prelecionou

para o curso, desenvolvendo a lição conforme poude e soube, mas sempre sem dar importancia á cátedra e enchendo ele o tempo. Com que consciencia recebeu o snr. Assis Teixeira o dinheiro que o Estado lhe pagou por esse dia d'aula?

E lá continuou no dia seguinte com o seu processo ronceiro, baralhando o assunto, sem criterio, sem metodo, sem competencia enfim.

Pois este professor é consideradissimo pelos colegas. Ouvem-lhe a opinião como a um oraculo, e o que ele diz é o que se escreve.

Cá fóra tambem ha quem o respeite. Apezar de que o ano passado num casino da Figueira da Foz foi desfeiteado deante d'uma grande assembleia, por uma questão de dignidade. Não era de resto senão a repetição d'uma scena egual passada no Cruzeiro do Sul, em Vizella, onde um marido nada peco por processo identico se desafrontou.

Mas isso é o menos: o capelo vermelho cobre tudo. Nós já nos contentavamos que eles ao menos fossem inteligentes...

Guilherme Moreira. — Herdeiro de dois terriveis ornamentos da Universidade, o Pedro Penedo e o Albuquerque, ele foi durante muitos anos o terror dos estudantes de Direito.

Chamavam-lhe o Pedro II, por guardar do primeiro, o Pedro Penedo, grandes semelhanças. Varias gerações academicas d'ele se queixam. Quando eu entrei para a Universidade constava que era terrivel.

Na sua cátedra, coçando a orelha, ou aliviando as ventas, ele lá estava com o seu Direito Civil manhoso, escrito ao correr do joelho como ele dizia em confidencia desculpando-se dos erros de gramatica. Mas, ou fosse por isso, por se sentir pouco á vontade em materia vista ao de leve, longe do seu Direito Romano em que ele era um poço de nomes e de datas, ou porque a reforma da Universidade, separando os actos em actos por cadeiras, lhe tirasse um pouco da sua influencia nas decisões do primeiro ano, o que é facto é que abrandou e só era medonho quando lá do alto se ria, com aquele seu riso sinistro, que fez as colicas de muito novato mal precavido.

Agrada-me vê-lo por outro aspecto: o primôr com que se desempenhava da sua missão de lente. Porém como ele foi sempre muito mais apreciavel no Direito Romano e porque é d'essa materia que ele se vangloria de saber, prefiro falar-lhes do meu acto d'essa cadeira, em que o tive como examinador.

Esta cadeira abrange também parte de Direito portuguez, parte que estava na antiga do mesmo Guilherme Moreira. Pois foi precisamente neste ponto. Destacadamente rompe de lá:

— Que sucedeu ás Ordenações manuelinas quando se puzeram em vigor as filipinas?

Resposta minha:

— Deixaram de vigorar.

— Não é isso, senhor. Não perderam o vigor logo todos os volumes. Á medida que iam aparecendo os volumes das filipinas que acontecia a cada um dos outros?

Resposta minha:

— Iam perdendo o vigor á medida que ia aparecendo cada volume.

— Não é isso, senhor. Refiro-me aos volumes, aos proprios volumes.

— Ah!

— Que lhe fizeram?

— Naturalmente archivaram-nos.

— Não senhor. — E com um gesto temivel: — Queimaram-nos!

— Ou isso!

Eu era d'uma supina ignorancia. Desconhecia aquele importantissimo pormenor. Mas o assunto ainda não estava liquidado.

— Para que os queimaram?

Raciocinei:

— Para por esta forma demonstrarem publicamente o nenhum valor d'essas Ordenações. Era um formalismo como outro qualquer.

— E para que mais?

— Provavelmente também para impedir que os jurisconsultos embaraçassem as demandas com o reportarem-se, a titulo de interpretação, ao texto d'essas Ordenações.

— E queimaram-se todos os exemplares?

— Não senhor.

— E porque diz isso?

— Porque, se se tivessem queimado todos, todos, todos — nós não teriamos um conhecimento tam completo d'elas. Sempre era preciso ao menos um exemplar para recordação...

Ora d'este facto não é dificil concluir o seguinte. Se eu não tivesse um pouco de desenvolvimento, ou acreditasse na ferocidade d'este lente e me perturbasse, era homem perdido. Logo á primeira pergunta ele compreendeu que eu, porque ninguem nunca m'o dissera, nem da catédra nem escrito nas lições, não sabia d'aquela queima ignominiosa do trabalho manuelino, nem tinha obrigação de saber. No entanto o lente insistiu por aquela

fórma, acabando por me levar até aquele jogo de adivinhas de que felizmente me pude deslindar. E assim me livrei da reprovação. O que não pude foi ficar classificado, como dois anos depois soube o professor da cadeira havia proposto. Aquele caso da fogueira das Ordenações depunha ferozmente contra mim!

Outra conclusão a tirar-se é a de como no ensino do Direito o lente se prende a estas ninharias. Como isto é fundamental para a educação d'um bacharel!

Villela. — Este moço, com aquele seu ar angelico de inocente é perigoso. Palavrinhas mansas, olhares suaves, sorrisos atenciosos mas sempre com intenções reservadas.

Conheci-o logo num acto do primeiro ano, no qual, depois d'uns vinte minutos em que eu desenvolvi os principios da não retroactividade das leis, materia do meu ponto, me fez uma pergunta que eu entendi ás vessas, e depois da resposta, se saiu com esta:

— Vejo que o senhor não compreendeu a doutrina.

Protestei logo:

— Pois v. ex.ª depois de tanto tempo só agora compreendeu que eu não tinha compreendido?

E fi-lo repetir a pergunta, dando depois a resposta conveniente.

Fiquei-o desde então a conhecer e a precaver-me, contando comtudo com um certo partido a meu favor, o da sua inhabilidade para casos d'estes como ahi fica provado. Efetivamente em que situação ele se colocou logo: declarava que eu não sabia nada do ponto, sem ver que me tinha ouvido vinte minutos já sem me ter conhecido como um ignorante. Que conclusão a tirar, logica, imediata, a ser verdade o que o lente afirmava? Que ele ainda vinha a saber menos que eu.

Como eles sam!

O ano passado foi mais interessante. Tive-o no meu acto de Administração Colonial. Começou por me querer embrulhar numa questão do trabalho dos negros. A certa altura perguntou-me pelos processos de obrigar o negro a trabalhar. Enumerei-lhe os que a *sebenta* apontava, tendo o cuidado de resalvar a sua ineficacia.

Feito isto destaca um dos processos, seguido para certas colonias pela Inglaterra:

— Quais sam as rasões porque a Inglaterra lança esse imposto?

*

Não respondi. Pedi que repetisse a pergunta.

Eu podia bem imaginar que se tratava de explicar porque a Inglaterra preferia aquele processo a outro. Em todo o caso presentindo outra coisa, pedi que fosse mais claro.

— Ó senhor para que é que se aplica esse imposto relativamente ao assunto de que estamos a tratar? O senhor não compreende isto, não sei pôr-lhe a pergunta mais clara.

— V. ex.ª quer que eu diga que esse imposto é para obrigar os negros a trabalhar?

— Sim senhor! Já podia ter dito isso. Não compreendeu.

— Nem podia compreender, porque eu acabei agora mesmo de apresentar isso como um dos processos defendidos para impulsionar o trabalho dos negros. De modo nenhum podia entender que v. ex.ª me repetisse a seguir a mesma pergunta, porque realmente nós não podemos ficar sempre no mesmo sitio.

Corou então, consultou o colega, o dr. Marnoco, que confirmou as minhas palavras, e o que o levou a explicar que não tinha reparado, fazendo assim a confissão de que não estava atento.

Nesse acto tive occasião de contestar que

s. ex.ª sabia muito pouco de sciencia economica, sendo preciso uma das vezes em que ele ia destrambelhadamente aos tropeções na doutrina que o colega Marnoco lhe segredasse:

— Olhe que ele está a defender-se dentro do criterio anarchista.

E logo como se o ferisse uma mola:

— Mas diga-me cá, como se organisaria a sociedade com esses preceitos que o senhor estabeleceu em que a satisfação das necessidades é o criterio principal para a retribuição do trabalho?

— Mas a questão é diferente. Eu estou a responder a v. ex.ª num outro ponto. De resto isso levar-me-ia a uma explicação muito longa para poder expôr tudo, e eu já gastei tanto tempo... O meu acto está afinal terminado...

E assim acabou a discussão. Não sei se realmente o lente compreendeu que eu temia ter de ensinar-lhe as coisas mais rudimentares da doutrina anarchista e ficar ali a tarde toda. O que é certo é que houve por bem aceitar a justiça da minha recusa.

Como lente do quinto ano tambem tenho de falar-lhes d'ele. É admiravel. Pondo de parte o seu ar pretencioso, a sua gesticulação

ridicula, a sua voz cheia de entonações exageradas, fóra da gama apropriada á frase, fazendo os finos onde deviam ser os tons carregados e ao contrario surpreendendo-se em pausa solene e retorica em passagens vulgarissimas sem relevo artistico, nem scientifico, nem nada; pondo de parte tudo isto — ha ainda muito que contar d'este interessante Villela.

Este lente quer que a sua aula seja silenciosa como uma tumba. Que ninguem se mecha, nem fale, nem apare um lapis, nem vire as folhas d'um livro. A todo o momento passa do alto da catedra a sua descompostura para que estejam todos muito quietinhos.

— Ó snr. n.º tantos, se está incomodado pode retirar-se.

E logo a gente fica a saber que o snr. n.º tantos se mecheu, ou riu, ou disse alguma coisa a um condiscipulo.

Pois é este lente um dos apaixonados pelos cursos livres na Universidade. É como lhes digo. No principio do ano lectivo lá o declarou: que ia inaugurar uma experiencia de curso livre para fazer a transição...

A qual experiencia consistia no seguinte: prelecionar muitos dias a seguir e sair depois a *sebenta* d'aquela temporada, por que nos

haviamos de regular nas aulas seguintes. Isto não era coisa nenhuma mas podia ainda assim ter algum geito, ser um pouco melhor que o costume, em que se não podia fazer uma ideia d'um certo assunto por incompleta a exposição d'ele. Mas para isso era preciso o que o snr. Villela não viu: que, emquanto se não desse tal materia, se interrompessem as preleções e recomeçassem sempre até ficar outro assunto completo, seguindo-se o mesmo processo. Já se não tinha de baralhar tudo como sucedeu e ter de o professor, sem ninguem ter dado pela mudança, de cair no metodo antigo.

Que ideia faz este lente dos cursos livres se ele tem uma educação toda autoritaria que se revela a cada passo dentro da aula? Como entende ele um curso livre em que não ha liberdade até para se dar a lição? Um curso livre na sua aula, um curso verdadeiramente livre teria como base esta coisa muito simples: os estudantes convidarem-no a deixar a outro o cargo de professor.

Marnoco. — Não é um homem é um catalogo de livraria. As suas lições sam interessantisimas por este aspecto: sam uma indicação preciosa, com a respectiva amostra trans-

crita, de varias publicações feitas por esse mundo de Cristo.

Quem no estrangeiro lêsse apenas o indice das suas lições ficaria pasmado, imaginando que aquele curso tinha sido feito em dez ou vinte anos. Quem lê tudo vê porém logo que não passa o curso, apezar de vastissimo no programa, d'umas tinturas muito ligeiras de teorias e mais teorias, só servindo para baralhar os factos e deprimir a inteligencia dos alunos.

Mil e tantas paginas que este professor faz decorar todos os anos, se fossem bem aproveitadas, podiam valer de alguma coisa. Assim não passam d'um resumo de opiniões de escritores, sem o valor sequer ao menos da consulta dos originais pelo aluno, porque não ha tempo para tanto na precipitação com que sam tratados os assuntos.

Em vez de o lente expôr as suas ideias sobre certa materia, desenvolve-las numa exposição de factos e de argumentos, valorisa-las com a discussão deante do seu curso, indicando outros autores que sejam a favor ou contra a sua opinião, prefere o dr. Marnoco reproduzir o que os outros dizem e ás vezes em

bem pouco cuidada tradução a denunciar o expositor francez d'onde recortou o resumo.

Este lente nunca me pareceu mal intencionado, procurando ser justo na apreciação do valor dos seus alunos. É porém muito desconfiado, melindrando-se com supostas faltas de respeito e tendo a sua aula quasi debaixo de fórma. Por uma d'essas imaginarias faltas de respeito chega a perturbar-se e sem querer a deixar-se influir por esse facto na apreciação do estudante. Mas, repito, em geral sempre me pareceu que procurava ser o mais equitativo possivel.

É trabalhador, estuda bastante e procura cumprir o seu dever. Mas compreende mal esse dever e é esse o seu maior defeito. Toma á letra a significação da palavra lente, fazendo da sua missão a ideia de que é apenas um fonografo encarregado de reproduzir as ideias dos outros.

Pitta.—Eu sempre tive por este padre Pitta uma grande piedade. Afligia-me vê-lo compenetrado da importancia do seu Direito Eclesiastico, a lamentar-se por terem reduzido até a uma cadeira só a antiga e extraordinaria e bela e admiravel e explendorosa faculdade de Canones. Via-lhe lagrimas nos olhos quando

falava nà divindade da sua Egreja, quando passava em revisão as passagens gloriosas dos Concilics, quando remechia na importancia e dignidades dos Bispos e outros principes da religião. E fazia aquilo com um ar de convicção que até apetecia á gente, para lhe fazer a vontade, acreditar naquelas coisas...

No tempo em que tenho andado pela Universidade e uns poucos d'anos antes, até onde podia chegar a minha investigação, nenhum curso o tem tomado a sério. Emquanto ele fala dos Concilios e do pápa o curso cavaqueia, ri-se, lê jornais, joga as cartas, faz o seu bocado de musica, e até já lá se deitaram balõesinhos. É o desprestigio completo d'aquele homem como professor.

Mas quando eu deplorava esse pobre homem, tam bondoso, que nunca se irritava e era afinal um passa-culpas; quando eu lembrava aos meus condiscipulos que ainda haviam de fazer, com tanto barulho na aula, com que o Pitta fosse substituido por quem fosse capaz de nos fazer estudar o Direito Eclesiastico, houve sempre quem me dissesse que o Pitta não era tam bom como se pintava, que nos actos ele sabia assentar a mão e se assim não tinha aparecido claro até ali, por os actos até

então serem de todas as cadeiras ao mesmo tempo, eu iria ter a prova no fim do ano quando chegasse a vez de ele ter importancia nas decisões finais. E saiu certo: o Pitta tem reprovado meio por meio! Aquela bondade que estava quasi a ser historica era apenas timidez, falta d'aquilo que dá homens como Teixeira d'Abreu ou Dias da Silva. E a prova real apareceu ha pouco, pois foi ele quem no conselho de decanos substituiu o da Faculdade de Direito, tomando parte na elaboração do precioso acordam com a sua limpida alma de santo.

Fernandes Vaz. — Que impressão que me meteu sempre este homem! Muito velho, imovel na sua catédra, olhos pregados no tecto, deu-me sempre a ideia d'uma mumia que ali tivesse ficado esquecida do tempo de D. Diniz.

O Direito Comercial é ensinado por este lente pelo processo seguinte. Não preleciona. Marca artigos de codigo e os rapazes que estudem em casa. No dia seguinte explica á chamada do estudante, mas a explicação rende uma lição má ao aluno. E ha um trabalhão enorme em rebuscar *sebentas* antigas, livros etc. e, se nestas investigações antes de bom

resultado é apanhado o estudante só com a leitura dos artigos é um zero pela certa.

No entanto a lei obriga-o a prelecionar e a fazer um livro. Mas a lei na Universidade é só para os estudantes...

É mausito. E é implacavel em certas ocasiões contra os alunos. Vá lá uma d'ele. No meu quarto ano proximo das ferias do Carnaval constou que lhe tinham feito em casa uma partida carnavalesca, julgo que tinha sido uma pessoa de familia que lhe escondera uns castiçais muito estimados, simulando um roubo. Tremeu o curso, porque já sabia que a irritação do lente lhe iria ser funesta.

Efetivamente chamou um rapaz e procurou estendê-lo. Era o estudante Sepulveda, o qual no fim da aula lhe foi muito peremptoriamente declarar «que não tinha culpa que s. ex.ª viese irritado de casa; que estudara a sua lição e que aquilo não eram maneiras de tratar ninguem.» E como o rapaz insistisse em que ele viera irritado de casa, o lente enfureceu-se. Depois abrandou perante o ridiculo da situação e o estudante condenado livrou-se assim do zero.

É o decano da Faculdade e tem tenções de se jubilar breve. Ainda bem.

Callisto. — É o verdadeiro simbolo da Universidade: palavroso, praxista, e autoritario. De resto é reconhecidamente um telhudo.

Comigo passou-se esta. Chamou-me, disse-lhe o enunciado da lição, isto é quatro palavras ou cinco. Depois falou ele sem me deixar dizer mais palavra e no fim marcou-me uma nota regular.

As suas apreciações sam quasi todas assim. Já uma vez aconteceu marcar lição a um rapaz que nem chegou a levantar-se do lugar.

Mas ha melhor. Um dia chamou um aluno. O rapaz foi até ao lugar destinado ás lições e sentou-se. Nisto entrou o bedel para marcar faltas. O lente fez sinal ao bedel para começar a chamada. E no fim da chamada, esquecendo-se que o rapaz ainda não tinha dito nada, mandou-o sentar e marcou-lhe nota na lição!

No primeiro acto em que o tive, como levava uma batina com os cotovelos rotos, chamou pela campainha o guarda-mór e censurou-o por me ter permitido a entrada a acto, porque aquilo era uma vergonha para a Universidade! Tinha de entrar a outro acto, o de sociologia. Fui a correr ao alfaiate preparar batina nova. Pois nesse dia ficaram os outros alunos todos reprovados, passando apenas

eu, graças á compostura em que apareci. Posso afirmar isto, porque, por mais que se saiba, não se pode fazer bom acto no Callisto quando ele não quer. Haja vista aquela d'ele no acto do meu condiscipulo Joaquim d'Oliveira.

—Mas o determinismo — retorquia o estudante.

—Qual determinismo, nem qual diabo! — interrompeu o lente. E assim mata todas as questões. E é que não ha maneira de ninguem deixar se desconcertar com um lente d'estes.

Agora rege tambem Direito Comercial. Informaram-me o outro dia que andou lá uma porção de tempo a discutir um artigo... que afinal já estava revogado.

Rege com tanta proficiencia a sua cadeira de sociologia que quando vai para a aula costuma dizer aos intimos:

—Ora vamos lá intrujar esses caloiros...

Não é preciso mais. Bastam estes sete. Dou cada um d'eles por cada um dos estudantes expulsos.

É uma amostra. Mas fiquem certos de que os outros sam pouco mais ou menos o mesmo.

II

A UNIVERSIDADE

Mas, se os lentes assim sam, quem assim os fez foi a propria Universidade. O principal defeito é ainda o da instituição que tam fortemente contribue para o amesquinhamento intelectual das gerações academicas que por lá passam.

Em Portugal o bacharel é um tipo definido, caracteristico, com molde fixo na palermice nacional. É o homem que diz asneiras com pose cobrindo-se com as cartas e falando de cadeira.

Num paiz de analfabetos julga-se uma pessoa ilustrada, mas passou em Coimbra encafuado na sebenta ou chafurdando nos bordeis. Emquanto lá fora sóbe a fecunda e

transbordante exaltação da alma moderna, vibrando, em bravas arremetidas, o protesto vigoroso da consciencia humana, o nosso bacharel bacoreja duas lerias a proposito de eleições, fala do apostolado das grandes ideias da administração publica e discute longamente o talento, a perspicacia, o tino governativo do Hintze.

Portugal é um paiz de formulas. Para os actos mais insignificantes da vida portugueza ha sempre um papel rabiscado e uma assinatura firmada. Só é autentico o que é defendido com um papel nas unhas. O valor real, palpavel, pouco importa: o diploma é que é tudo. Assim necessariamente na nossa sociedade o bacharel devia desempenhar uma função importante, sendo como é o homem culto reconhecido oficialmente.

E isto vem de traz. Já no liceu a aspiração é a certidão do exame, isto é a garantia oficial. Muito operario mete os filhos a aprender a ler e inconscientemente o que pretende é que eles lhe façam o exame, embora de nada essa habilitação lhes valha, por não representar um estudo real e aproveitado.

O bacharel, sabio oficial, tem preponderancia. Consultam-no a proposito de tudo.

Ele nunca deixa de responder, nunca se confessa ignorante. A Universidade já o dispoz assim. Dá o seu parecer, com um ar importante, paternalmente, na grande superioridade em que se julga por cima de toda a gente. E quasi sempre a sua opinião, expendida com largueza de gestos e profusão de termos literarios, é disparatada e idiota.

É ver o deputado. Trazido o nosso bacharel lá do fundo da sua provincia pelo sagrado sufragio, que é como quem diz pela vontade do governo ou pelo dinheiro do pai, que lhe comprou os votos, ele aí se apresenta todo flamante, de lapela florida e monoculo no olho. O primeiro mez é para passear a sua vaidade pela capital, mostrar-se aos amigos e conhecidos, falar muito de politica a toda a gente, para provocar a frase agradavel:

—Ah, é verdade, foste eleito, os meus parabens.

—Ora... ora... uma massada. Mais valia a vida que passava em casa, sem estas arrelias todas da politica. Mas emfim é preciso. Sem deputados que seria do paiz...

Passado o primeiro mez o ilustre deputado gasta mez e meio a estudar o seu primeiro discurso, avisado, com toda esta antecedencia,

da materia que na altura entrará em discussão. E ás vezes, como os governantes téem caprichos e uma dissolução de côrtes se faz do pé para a mão, o nosso homem volta para a terra sem ter aberto bico.

Comquanto isto seja de arrelia, porque todo o circulo que o elegeu se desgosta da mudez do papagaio que remeteu para Lisboa, é ainda assim o melhor que lhe poderá acontecer. Porque se fala, então é medonho. É uma sebenta viva, despejada de torneira, citando, a proposito de coisas correntes e triviais, Aristoteles e Platão, falando d'alhos e de bogalhos ao mesmo tempo e acabando por uma patetica invocação ás Musas, na sugestão encantadora e quasi religiosa da poesia que se encontra no tradicionalismo monarchico portuguez. E o precioso manto real, e a refulgente corôa brigantina, e o admiravel scetro do monarcha, tudo isto aparece a intrecortar as frases, a dar-lhes relevo e solenidade. E, no fim, limpando as lagrimas: Eu te saudo pois, ó nobre e altivo pendão das Quinas!

É ver o ministro. Debate-se uma alta questão, de solução dificil, problema intrincado que joga com conhecimentos complexos, de que só um espirito muito lucido pode apenas

apreender as linhas essenciais e que precisa de tempo para estudar e resolver. Pois bem, o nosso ministro, como bom bacharel, não se preocupa com dificuldades. Vai para as camaras e de improviso despega, numa tirada retorica, a tratar do caso, a responder a este e áquele, a fazer afirmações tomando todas as responsabilidades, entusiasmando-se com as suas proprias palavras heroicas.

Uma das suas qualidades é falar bem. Falar bem entre nós é falar depressa, o que sempre acontece a quem não tem ideias e não demora tempo a produzi-las. O que se quer sam palavras e em Portugal os ministros não nos téem dado senão palavras.

A questão complica-se, embrulha-se mais. E então o ministro, isto é o bacharel, arrisca mais meia duzia de palavras ainda:

— Por motivos superiores da governação publica, por alto interesse do paiz, para salvação das instituições, para restabelecer a normalidade da ordem publica, ficam as côrtes encerradas.

Por toda a parte o bacharel é pouco mais ou menos isso: um papagaio a quem fizeram decorar umas palavras. Espirito sem iniciativa propria, sem energia intelectual, sem perso-

*

nalidade. Incapaz de se sair d'uma situação pelo seu esforço individual, limitando-se a copiar os moldes gastos dos seus predecessores no cargo para que o atiraram. E sendo o homem de menos habilidade para fazer seja o que fôr é por isso mesmo que em Portugal é chamado para fazer todas as coisas.

E é o bacharel o que a Universidade produz! E do bacharel é que sai o lente.

Fala-se da reforma da Universidade, uma reforma radical que remecha tudo lá dentro. Prometem-na as oposições. O governo não a nega. Mas quem vai fazer essa reforma? Os bachareis.

É um circulo vicioso de que se não pode sair? É realmente, porque o problema da instrução, como o problema do trabalho e da familia, nunca podem ter uma solução perfeita e justa emquanto tiverem que ser tratados a dentro das formulas legais.

Por isso eu não acredito numa reforma. Reformada foi ela ainda ha pouco e toda a gente sabe como os politicos passaram respeitosamente ante a veneravel anciã, sem lhe tocar nos bandós, sem lhe sacudir o pó da capa. É que ela é assim a mais segura garantia das proprias camarilhas politicas que, para susten-

tar-se, precisam do apoio do bacharel, assim idiota e sem criterio.

O que nada altera o direito da livre critica.

O principal defeito da Universidade de Coimbra é o seu espirito de seita. O professorado tem o ar de frades do mesmo convento, vivendo isoladamente dos homens. Cada professor é recrutado, numa selecção quasi secreta, entre os que mais se harmonisam com aquele seu feitio monacal. «Tal e tal servem, sam dos nossos» — e eis que ahi começa a proteção, ás vezes indecorosa, em todas as aulas e em todos os actos, até que os meninos se formam, se licenceiam, se doutoram e fazem concurso.

Em geral sam meninos que decoram muito mas que percebem pouco. Incapazes, por isso, de na vida triumfarem. D'ahi o agarrarem-se áquela profissão que lhes oferecem, levados só pelo espirito de vaidade para se pavonearem com o seu capelo e nunca porque dentro em si sintam uma vocação pronunciada para o magisterio tendo suas ideias sobre pedagogia e aspirando a fazer uma obra superior de educação.

O professorado devia ser um sacerdocio e fizeram d'ele — um mister de vida.

Os professores da Universidade deviam ser escolhidos d'entre os homens mais notaveis pelo seu saber e nunca d'entre os protegidos pela Universidade. Os actos de licenceado e doutoramento podiam ser substituidos por outras provas, podendo concorrer toda a gente sem lhe ser exigido á porta o cartão de identidade passado pelos lentes.

Porque positivamente o professorado não é nenhum presente de bodas para dar aos noivos das filhas, nem é bem que se transmita por herança aos filhos dos lentes.

Annunciaram alguns professores que iam fazer aparecer á luz da publicidade um importante trabalho em que demonstrariam como a Universidade de Coimbra está, na organisação dos seus estudos, a par das Universidades mais adiantadas. Não li ainda o opusculo, que suponho não foi publicado. No entanto já posso ir dizendo alguma coisa.

Não me admira que os professores afirmem que a Universidade de Coimbra está a par das do estrangeiro. Referem-se naturalmente ao programa dos estudos. E na realidade em programas nós somos primorosos . . . na tradução. Mas a maneira de regulamentar esses

programas e de os executar é que é tudo, meus caros senhores.

Onde estam as consultas feitas por outras Universidades ao espirito lucido dos professores de Coimbra? Quem se lembra da Universidade de Coimbra lá fora, onde ela anda esquecida desde o seculo XVIII?

Não ha diferença nenhuma então entre a nossa e as outras universidades? Pois nesta questão da admissão dos professores é já ela notabilissima. Acaso na Universidade de Coimbra se faz como se fez na Noroega, admitindo para o magisterio da Universidade uma rapariga de 18 anos, nascida na Russia e educada na Suissa e apenas por lhe terem reconhecido merecimentos e disposições especiais para a missão do professorado? Acaso podia dar-se na Universidade de Coimbra o que se deu em Pariz com a mulher de Curie?

Já véem que é preciso não confundir as aparencias com a realidade. Qualquer d'estes factos seria um escandalo sob o ponto de vista scientifico na Universidade de Coimbra. Podia lá admitir-se uma mulher a reger por exemplo uma cadeira de Direito? Era caso para o dr. Callisto se suicidar!

Como se o que se devesse procurar não

fosse o merecimento real, onde quer que ele se encontrasse. Como se uma cadeira de professor, por isso mesmo que se trata da instrução, não devesse confiar-se a quem mais provas de aptidão tivesse dado. Como finalmente se a sciencia e os interesses d'ela devessem ser preteridos pelos interesses particulares de meia duzia de protegidos, que pedem uma cátedra como aos politicos se pede um emprego numa repartição publica.

O professorado deve ser alguma coisa mais séria e digna e deve abrir-se livremente, amplamente, a todos os que, tendo valor e vocação pedagogica, se proponham dedicar inteira uma vida de sacrificios e de abnegações pela sua bela missão de educadores, num grande amor pela verdade, objectivo real de toda a instrucção racional e perfeita. E a Universidade de Coimbra neste ponto, como em muitos outros, é a demonstração mais frisante de como se tem descurado entre nós o problema da educação.

Quanto á regulamentação interna do estabelecimento tambem muito ha que reclamar. A chamada disciplina academica é o que ha de mais vexatorio para a dignidade dos estu-

dantes. Entre o professor e o discipulo é ela uma barreira que se não pode transpôr.

A primeira coisa a fazer é destruir essa barreira. Como? Revogando o fôro academico, acabando com as chamadas nas aulas e com as faltas, inutilisando assim a preponderancia da caderneta do lente. Colocando pois os estudantes face a face com os professores, numa relação de egualdade que não seja deprimente para ninguem, para que assim os professores se imponham só pelo seu merecimento real e não pela supremacia que lhe confere a lei.

Tudo quanto fosse uma recordação do estado atual devia desaparecer. A simples destruição da cátedra, especie de cazulo onde se encaixa o lente, era só por si uma grande manifestação de progresso. Por este facto só, o lente deixaria os termos impolados de sua retorica balofa, para esforçar-se por apresentar ideias em vez de palavras. Perdia metade da autoridade e era preciso conquista-la por outra forma, procurando assim entrar antes no coração dos rapazes pela maneira como curasse da sua educação, do que fazer-se temido pelo terror.

E com a cátedra devia desaparecer a ridicula cerimonia da oração em latim ao come-

çar dos actos, o calção e a meia preta e o cabeção da praxe, o juramento, a charamela, o grau, e até as borlas e os capelos. Como tudo isto cheira ao pó dos tempos!

Em suma, o que é preciso sob o ponto de vista da regulamentação interna da Universidade é secularisar essa Universidade, fazê-la repassar do espirito da epoca, torná-la livre. E tudo isto é uma questão ainda mais importante do que a propria remodelação do ensino, sob o ponto de vista restrito do metodo e do programa.

Todos os pedagogistas dignos d'este nome ensinam que na educação o principal não é propriamente o que se dá em conhecimentos mas o que se radica no espirito dos alunos em disposições intelectuais, afectivas e morais. Desenvolver a inteligencia e a vontade, despertar o espirito de iniciativa, formar o caracter, preparar para a sociedade seres uteis e rigorosamente humanos—eis o scopo da verdadeira educação.

Ora na Universidade de Coimbra nunca isto poderá conseguir-se emquanto existir a pressão autoritaria que ali se exerce sobre os estudantes, revelada não só na oposição á natural revolta d'alguns menos submissos, mas

mesmo abafando na aula o espirito independente dos que se proponham seguir as suas proprias tendencias e ideias, afastando-se originalmente da concepção dos professores.

Depois sob o ponto de vista da instrução, isto é dos conhecimentos que os alunos da Universidade se propõem adquirir, ainda sob este aspecto não pode esquecer-se a base fundamental da pedagogia. Assim o ensino de Direito não pode ser um amontoado de legislação, mas as linhas gerais dos factos juridicos, a sua coordenação racional e filosofica. Uma parte historica seria até de utilidade, mas orientada num criterio verdadeiro, observando as instituições em conjunto como consequencias de certos e certos fenomenos e não ilogicamente estudadas em si mesmas, sem se destacar a sua relação d'umas com as outras. Mas que de tudo isso se apercebesse nitidamente como o Direito resulta espontaneamente da ação e reação da coletividade e não da vontade arbitraria dos legisladores.

Em face d'isto que importancia pode ter um artigo d'um codigo, um decreto de lei, um regulamento do governo? Qualquer d'estas coisas numa aula de Direito só podia compreender-se a titulo de exemplo para melhor

entendimento da doutrina e nunca para decorar, para fixar na memoria, como se uma lei feita pelo poder legislativo fosse alguma coisa de parecido com as leis da fisica e da chimica, imutaveis, e cuja retenção no nosso espirito representa, na instrução de cada um, um conhecimento apreciavel.

O que principalmente se devia procurar conseguir d'um estudante de Direito, mesmo se quizermos vêr apenas o lado pratico, a necessidade de se preparar para uma profissão, não era decorar imbecilmente a legislação e levar da Universidade meia duzia de questões resolvidas, mas a aptidão para estudar qualquer d'essas questões. Davam-se-lhe os principios gerais que entram em todos os codigos e com eles ficariam habilitados a orientar-se no estudo de qualquer dificuldade legislativa, consultando então as leis.

Mas na Universidade de Coimbra não ha nada d'isto. Anda o estudo do Direito baralhado e confundido com a legislação, num amalgama capaz de desorientar o espirito mais metodico.

E, o que é peior, é que é precisamente a legislação que suplanta a sciencia juridica, sendo os professores mais exigentes na expo-

sição da parte pratica do que na doutrinaria. D'onde resulta inevitavelmente que a inteligencia do estudante em vez de desenvolver-se, procurando produzir por si ideias, auxiliar a propria sciencia, se cristalisa numa sujeição deprimente á letra da lei, não sabendo já senão encarar o que está concretisado no codigo e não o que em sciencia ha que evolucione sempre.

Os conhecimentos humanos téem socialmente um duplo valor. Pelo que eles representam em utilidade já adquirida, na modificação produzida na civilisação. E pelo que eles téem em si de força creadora e reprodutiva.

Um homem que estude muito, arrecadando no cerebro tudo o que a humanidade atingiu e se limite a isto, nunca será um homem notavel, por mais sabio que seja. Mas o homem que, com meia duzia de conhecimentos, soube coordena-los, tirar d'eles conclusões ainda não vistas, conseguindo assim conhecimentos novos, a vida d'esse terá representado uma verdadeira utilidade. Assim progride a sciencia e se transformam as ideias d'uma epoca.

Sem duvida da inteligencia humana a qualidade mais nobre é o poder inventivo. Mas

nunca poderá manifestar-se se o apertarmos numa esteril repetição de nomes e de numeros sem significação filosofica. E é precisamente isto o que se faz nas aulas de Direito.

Crie-se pois o ensino do Direito separadamente da legislação e d'esta dêsse ao aluno apenas a parte fundamental que ele precisa para regular-se no estudo e interpretação das leis. E tenha-se sempre em vista que o que deve pretender-se não é crear funcionarios já prontos e acabados, mas aptidões e tendencias para o virem a ser.

Esta é a norma d'uma boa remodelação do ensino do Direito. Mas não pode ser posta em pratica, porque supõe já por si mesma um certo criterio racional, que os nossos legisladores não téem porque sahiram na sua maior parte d'essa Universidade, que só serve a inutilisar a tendencia orientadora do espirito, esterilisando-a dispersivamente em toda a ordem de inutilidades.

III

OS GOVERNOS

O grande mal porém é outro ainda. Se a Universidade padece de todos esses achaques, se ela não é, como devia ser, uma grande obra de educação coletiva, é porque a isso se téem oposto os governos. Os estadistas preocupam-se pouco com a instrução do paiz. Chamados ao poder apenas vêem o periodo restrito da sua governação e toda a sua actividade se concentra para desviar as dificuldades do dia a dia. Uma remodelação do ensino não teria consequencias imediatas, e, a tê-las, sería contra o proprio governo, pois que o prestigio da autoridade está sempre na razão inversa da ilustração dos governados.

O ensino só é modificado ou quando se pretende arranjar um *truc* para despertar as atenções, ou arrastado o governo pela força dos acontecimentos e neste ultimo caso por transigencia do poder. Foi assim que na Russia se fundaram as Universidades para mulheres. Mas até á ultima procurarám sempre os governos iludir os factos, dando o menos possivel em regalias.

O problema não pode pois comportar a exposição em que o enunciam as folhas liberais, supondo um governo capaz de reformar honestamente a Universidade, com intuitos eminentemente sociais. É muito mais complexo e contende com a propria organisação societaria presente.

Que deve ser, sob o ponto de vista da doutrina uma Universidade? Como a palavra o diz, deve ser a coordenação filosofica de todos os conhecimentos. Não d'um modo absoluto e rigoroso, mas genericamente, num processo sintetico.

E pode ser isto algum dia a Universidade, emquanto a sociedade evolucionar imperfeitamente, apertada nas formulas politicas, sem livre expansão das actividades naturais? Pode acaso a Universidade ter esse caracter, se o

que se pretende atualmente, no conflito economico de todos os dias, é conseguir o diploma para entrar na luta pelo pão?

Sem que tudo na vida seja natural, ha-de ser sempre pouco mais ou menos aquilo. Assim convém á situação de aparente equilibrio da sociedade atual e assim tem de convir aos governos que sam o ponto de apoio d'essa sociedade em ruina.

De resto, mesmo num aspecto mais restrito, os governos téem todo o interesse em manter assim a Universidade. Lá dentro ha creaturas que não convém irritar, velhos caturras que podem dispôr de influencia e amargurar umas eleições.

Imagine-se só este facto: a creação dos cursos livres. Quanto isto acarretaria a um governo em contrariedades pela oposição aberta dos lentes.

Claro que falo de cursos livres como eles deveriam ser e não como mesmo alguns dos professores os téem defendido. Um curso livre para ser perfeito seria estabelecido nos termos seguintes: liberdade de frequencia, não chamada ás lições, faculdade de tomar a palavra concedida a todo o estudante que em qualquer altura da aula d'ela quizesse fazer uso,

dando-se-lhe toda a largueza de exposição e de critica. Liberdade de exercicio da profissão de professor, podendo da mesma cadeira haver mais do que um. Condição imposta apenas para o exercicio do professorado: a frequencia normal d'um certo numero de alunos, para o que haveria um registo especial sem o valor da chamada atual do bedel.

Nestas condições aconteceria o seguinte. Um lente sem valôr e sem conhecimentos estaria constantemente á mercê da intervenção inteligente d'um aluno que, tomando a palavra, desenvolveria melhor do que o professor o assunto em discussão. Tal lente desprestigiar-se-ia perante o curso. E o curso deixaria de frequentar-lhe a aula. Resultado: como a frequencia não alcançava a media legal, o professor deixaria de perceber remuneração.

Também já nenhum afilhado de lente poderia colocar-se, desprovido de talento e de sciencia, porque compreendia a inutilidade da tentativa ante a oposição que lhe estabeleceriam os ouvintes. E lá se ia a influencia dos lentes, derivada exclusivamente da proteção prestada em apadrinhamentos escandalosos.

Por seu turno os lentes inteligentes seriam obrigados a estudar, a tornar interessantes as

suas lições, retendo assim os seus alunos que os prefeririam a estudar por si materia vista pela primeira vez. Esses lentes andariam em dia com a sciencia e nunca na sua vida seriam capazes de afirmar o que afirmou um dia na Sala dos Capelos o dr. Tavares, que não conhecia bem, porque não lêra, a grande elaboração juridica que se produzira nos ultimos anos lá fóra. Seriam professores realmente dignos d'este nome, tendo todo o cuidado em não cairem ridiculamente no descredito dos seus proprios alunos.

E quem perdia eram apenas os nulos e os ignorantes. Quem ficava sacrificado era todo aquele que numa Universidade, instituida para a educação, só serve a embaraçar essa mesma educação.

Ora convinha isto a um governo fosse ele qual fosse? De modo nenhum, porque isso iria mecher exatamente com esses interesses que ele precisa de manter para sustentar-se. E porque seria, acima de tudo, o golpe mais audacioso contra o principio da autoridade.

Um lente, um superior, posto á mercê dos rapazes! Podia lá ser uma coisa d'estas?! E como incutir no espirito d'esses rapazes a ideia da subordinação ao poder, como domar-lhes a

*

vontade para se amoldarem aos caprichos dos governantes, como fazer d'eles cordeirinhos mansos levados para a toda a parte para fazer o que se lhes mandasse? Que governo seria capaz de contribuir assim para a sua morte?

De resto a questão não deve ser vista isoladamente sob o aspecto restrito do ensino universitario. Uma tal reforma teria de estender-se aos liceus e dar um impulso vigoroso á educação popular.

Ora nenhum governo ate hoje, por mais radical que se proclame, o realisou ainda. Na propria França se debate atualmente o problema e todo o empenho do governo tem sido exatamente abafar o espirito de iniciativa dos professores do ensino primario, para que eles não ponham em pratica as modernas tendencias revolucionarias da pedagogia.

Este facto foi admiravelmente posto por Zola na *Verité*. É assombrosa essa luta entre os professores reacionarios e os independentes e como o Estado perturba a estes ultimos a acção benefica. Agora acaba essa oposição dos governos ás aspirações livres d'uma grande parte do professorado, principalmente dos professores novos, de ter uma desoladora confirmação. Procurando resistir á pressão da autoridade e

armando-se para combinar o movimento de defeza, os professores resolveram crear associações de classe e filia-las na Confederação Geral do Trabalho. E o que conseguiram até hoje foi incitar o governo contra eles, que lhes proibe o sindicato e lhes impede a comunicação com os operarios.

Mas d'este mesmo movimento resulta uma grande verdade. E é que, se realmente dos governos nada ha a esperar de bom sob o ponto de vista da instrução, ha a contar-se já hoje com uma grande força, que é a iniciativa particular. Será a propria sociedade, desinteressada da intervenção dos governos, que irá pouco a pouco modificando o processo educativo.

Em muitos paizes já hoje a instrução realisada pelo esforço da iniciativa particular tem progredido muito. Na Belgica, na Holanda, na Inglaterra, é já notabilissimo o trabalho feito. E os proprios governos vam sendo forçados em muitos paizes a fazer concessões pouco a pouco, porque alguma coisa util que os governos realisam é porque sempre a isso sam arrastados pela propria sociedade que eles imaginam dirigir e ter na mão.

No entendimento d'esta verdade, é que eu

me convenço que a natural oposição contra o espirito do ensino portuguz deve ser o impulso dado a todas as obras de instrução que sejam orientadas por um criterio pedagogico moderno.

Estudando a sociedade e pondo de parte tudo quanto é transitorio e produto apenas da atual situação economica, nós podemos já deduzir como no futuro será feito o ensino. Terá de haver uma primeira fase na instrução de cada individuo, que lhe será o preparo para que ele possa integrar-se como homem civilisado na vida do seu tempo. E, ajustada á tendencia especial de cada um, ser-lhe-ha feita, numa segunda fase, uma instrução particular para que ele, realisando uma produção de harmonia com a sua vontade, se torne util socialmente.

Assim cada pessoa que se interesse pelo problema da educação, desde que se sabe improcedente a reclamação feita perante os poderes publicos, devo contribuir com todo o seu esforço e dedicação para a ir realisando já hoje dentro da sua esfera de acção. Para isso dever-se-ha começar pela instrução do povo, não só porque ela é o primeiro grau d'um plano de educação coletiva, como tam-

bém que é ela que, não estando tam sujeita a desviar-se para estudos pedagogicamente desnecessarios como se dá no ensino superior, se pode já hoje organisar em corpo de doutrina perfeito e racional.

A instrução popular tem que ter, como todo o ensino, uma feição integral. Basta isso para se vêr como os governos se téem desinteressado do problema. As escolas primarias dam apenas uns rudimentos incompletissimos, e nenhuma escola os secunda, a não serem os liceus, onde o ensino é realisado imperfeitissimamente.

Mas o povo, que já não pode concorrer ás escolas primarias, muito menos apto está a fazer a frequencia dos liceus. O que falta para isso é que aos alunos seja garantida a situação economica, para poderem gastar no estudo o que eles pedem em trabalho desde creanças para auxilio dos pais.

A instrução dos filhos do povo tem pois dois aspectos. Sam dois problemas que téem de ser resolvidos conjuntamente: a maneira de obter a frequencia das aulas e a parte teorica do plano de instrução.

A ambos os pontos satisfaz a educação integral, como a nós compreendemos. Para equi-

librar o desenvolvimento inteletual com o desenvolvimento fisico e servir de habilitação profissional para a luta pela vida, contribuindo também para a experimentação da parte doutrinaria, deverám estabelecer-se oficinas de aprendizagem. Nestas oficinas realisar-se-ha um trabalho que tem necessariamente de ter um certo valor. Como não existe o patronato em cada uma d'essas escolas, a parte que nas outras emprezas iudustriais é desviada na exploração capitalista reverterá para as despezas de alimentação, vestuario e alojamento das creanças e da sua instrução.

Essa, na sua parte inteletual, estabelecer-se-ha integralmente, numa coordenação logica das noções gerais das principais sciencias. Ensiñar a ler, escrever e contar não é coisa nenhuma. É preciso, alem d'isso, fortalecer o espirito com outros conhecimentos, tornando-o apto a poder desenvolver a sua esfera d'acção e a tornar mais produtiva a atividade de cada individuo.

Pouco antes de surgir o conflito academico lançara eu a publico um apelo em que, condensando estes principios, advogava a ideia da creação d'uma escola popular nestas condições. Mais do que nunca eu peço hoje para a

Escola Livre toda a atenção de quem em Portugal se interesse pelo problema do ensino.

E para os estudantes, que se ergueram num protesto vigoroso contra a instrução autoritaria da Universidade, o auxilio prestado a essa escóla, que será inteiramente moldada em processos novos, que será verdadeiramente livre, não é só a satisfação moral de cumprirem um dever, mas a propria continuação do seu movimento. Ante a Universidade, improgressiva, cristalisada no seu rotineirismo, incapaz de perfilhar uma ideia levantada e justa, ajudem-me os estudantes a erguer, em bases solidas, com um metodo racional e perfeito, a Escola Livre, que será ainda e sempre o nosso protesto vivo lançado na face dos que nos apodam de perturbadores da ordem publica, obra de paz, de justiça e de amor.

Demonstremos d'uma forma pratica como a instrução mais perfeita é a que nós preconisamos. Já que no-la não deram a nós, saibamos nós da-la aos outros. E o nosso esforço, traduzido em resultados, será mais uma vez a manifestação eloquente de que a verdade está do nosso lado.

Os governos desinteressam-se do nosso movimento, como se desinteressam ha muito já

de todos os problemas da educação. Pois bem, ante os governos, façamos a afirmação de que na grande obra do ensino já não acreditamos na eficacia da sua intervenção que só serve a embaraçar a propria iniciativa particular. E a Escola Livre, que um grupo já constituindo se propõe crear, poderá surgir com o apoio de todos uma obra digna da geração que lhe vai dar vida.

Voltemos as nossas vistas para os humildes, para os pequenos. É d'eles que provém todo o trabalho util, de que nós colhemos os beneficios. Se nós hoje podemos ser-lhes superiores pela inteligencia, foram eles que, numa vida sacrificada, perdida hora a hora num esforço extenuante, concorreram para que nos nossos lares não faltasse o pão e para que assim o nosso cerebro se desenvolvesse. As regalias que hoje fruimos resultam do seu sacrificio. Saibamos pois uma vez na vida pagar a grande divida que vem sendo contraída pelos menos necessitados para com os que nada téem.

Temos reparado demasiadamente em nós, nos processos deprimentes a que sujeitam a nossa mentalidade, na baixeza em que nos curvam perante os lentes, no espirito reaceo-

nario a que nos submetem. Precisamos também de reparar nos outros, nos que sofrem uma pressão maior do que a que sobre nós exercem. Sem isso os nossos protestos perderám metade da sua significação moral.

E assim teremos contribuido honestamente, num grande exemplo de solidariedade, chamando a nós os filhos do povo, desenvolvendo-lhes o espirito e formando-lhes o caracter, para a grande obra de justiça que um dia mudará a face da terra e fará da sociedade egoista em que vivemos uma sociedade nova e egualitaria. E poderemos morrer tranquilamente na convicção de que de nós vai, para além de nós, uma parcela viva do nosso esforço, que será, na coordenação de todas as forças sociais, a representação do que em vida fomos.

A todos pois eu termino com o mesmo apelo. Se sois sinceramente pela instrução livre, desembaraçada de preconceitos, realisada num metodo natural e scientifico, começai, meus amigos, por se-lo praticamente, dando-a aos outros. Que sempre no exemplo esteve a melhor forma de fazer frutificar uma ideia.

INDICE

Pag.

I — O meu processo

I — Os meus antecedentes criminosos. 9
II — O meu crime 83
III — Reincidencia 115
IV — A expiação 142

II — O processo d'eles

I — Os lentes. 175
II — A Universidade. 207
III — Os governos 223